



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

MATHEUS ANDRADE DE MORAES

**MOVIMENTO SOCIAL LGBTQIAPN+: entre tensões e disputas políticas
no estado de Sergipe**

São Cristóvão – SE
2025

MATHEUS ANDRADE DE MORAES

**MOVIMENTO SOCIAL LGBTQIAPN+: entre tensões e disputas políticas
no estado de Sergipe**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof.^a Pós-doc. Silmere Alves Santos.

Linha de Pesquisa: Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2025**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M827m Moraes, Matheus Andrade de
Movimento social LGBTQIAPN+: entre tensões e disputas políticas no estado de Sergipe / Matheus Andrade de Moraes ; orientadora Silmere Alves Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.
216 f.; il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Serviço social. 2. Movimentos sociais - Sergipe. 3. Política social. 4. Minorias sexuais - Sergipe. 5. Organizações não -governamentais. I. Santos, Silmere Alves, orient. II. Título.

CDU 364.6:316.35-055.3(813.7)

MATHEUS ANDRADE DE MORAES

**MOVIMENTO SOCIAL LGBTQIAPN+: entre tensões e disputas políticas
no estado de Sergipe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Pós-Doc. Silmere Alves Santos.

Data de Aprovação: _06_ de _fevereiro_ de _2025_

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. PhD. _____
Prof^a. Pós-Doc. Silmere Alves Santos (Orientadora)
Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. _____
Prof. Pós-Doc. Marco José de Oliveira Duarte (Examinador Externo)
Faculdade de Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dra. _____
Prof^a. Dr^a. Catarina Nascimento de Oliveira (Examinadora Interna)
Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. _____
Prof. Dr. Alison Cleiton de Araújo (Examinador Suplente)
Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Goiás

*Esse corpo demarcado para a morte, para o
cárcere, para a não humanização aparecer na
televisão da família tradicional brasileira
dizendo “eu tenho um projeto de nação”:
e nós temos!*

(Érica Hilton no filme Corpolítica, 2022)

AGRADECIMENTOS

Deitar sobre um leito e lutar para alcançar a paz foi o maior desafio ao longo do percurso do mestrado. Coloquei minha mente à prova diariamente: em alguns dias, a inércia predominava; em outros, acreditava que nada estava bom o suficiente; e, em raros momentos, sentia-me indestrutível. Assim, inicio agradecendo à minha mente por sua flexibilidade e por sempre buscar um equilíbrio entre os traumas do passado, o presente vivido e a capacidade de esperar pelo amanhã, mesmo quando a ansiedade se fazia ensurdecedora.

Acredito que existe uma força que não está acima de tudo decidindo nosso destino, mas que se move de dentro para fora. Sou grato(a) por essas energias, entidades e deusas que me cercam, especialmente nos dias mais cansativos e desafiadores.

Agradeço à minha mãe, Marleide, por ser a maior rocha em minha vida desde sempre e, particularmente, por intensificar seus esforços para me apoiar durante esta caminhada do mestrado. Sem a sua parceria, nada disso seria sequer uma possibilidade remota. Estendo minha gratidão à minha família materna e paterna, que contribuiu para minha formação desde o início.

À minha orientadora, Silmere, poderia destacar seu profissionalismo e perseverança, qualidades que admiro profundamente. Porém, neste espaço pessoal, quero agradecer por sua amizade, lealdade e afeto espiritual, valores que pude vivenciar de forma mais próxima nos últimos anos. Saiba que pode sempre contar com o meu carinho e a minha companhia.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe por todo o aprendizado proporcionado, bem como à banca examinadora, pelas orientações afetuosas realizadas durante a qualificação. Sou grato(a) ainda à professora Catarina, pelo acolhimento e pelo espaço oferecido durante o estágio docente.

Inclusão de agradecimentos à Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pela bolsa de auxílio nesta pesquisa, de extrema importância para manutenção e permanência no mestrado, além do incentivo à ciência nesta temática para o estado de Sergipe.

Por fim, dedico um carinho especial aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado, sempre interessados em meu progresso no mestrado e dispostos a ajudar, sendo, além disso, fontes constantes de alegria em minha vida para além da academia. Seus nomes não serão destacados aqui, pois meus agradecimentos serão expressos em nossos olhares, durante conversas de domingo ou ao redor de uma mesa de bar.

Que eu siga sendo uma proporção de amor, devolvendo ao mundo tudo o que recebo.

RESUMO

O trabalho realiza uma análise sobre as tensões e perspectivas existentes entre movimentos sociais, políticas sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para a população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. O método que orientou a pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, o qual apresenta processos sociais dinâmicos e complexos da materialidade social, que se manifestam nas ações do Estado ultraneoliberal, na trajetória do movimento LGBTQIAPN+ e nas ONGs voltadas para esse público. A abordagem metodológica é qualitativa e utiliza pesquisa bibliográfica para sustentar a fundamentação teórica, bem como os resultados da pesquisa. Além disso, emprega fontes documentais referentes às ações das instituições do Estado e das ONGs voltadas para o público em questão, assim como aquelas que revelem a historicidade do movimento social LGBTQIAPN+, sejam elas atas de fundação, estatutos, inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e/ou relatórios de ações. Acrescenta-se a técnica de entrevista com lideranças do movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe com o intuito de apresentar suas trajetórias e possíveis ligações com conselhos de direitos, partidos políticos e/ou ONGs. Apresenta-se a trajetória histórica do movimento LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe, que surgiu em contato com cunhos religiosos e se desenvolveu a partir da comunicação com outros grupos LGBTQIAPN+ do Brasil, realizando ações voltadas para a proteção de sua população, pressionando o Estado contra as violações de direitos, institucionalizando-se em ONGs e apresentando contradições em relação às origens do movimento. Compreende-se que existem estruturas sociais que aprofundam as desigualdades sociais contra as pessoas LGBTQIAPN+, processos de exploração, dominação, opressão, exclusão, silenciamento e apagamento que se apresentam no movimento da historicidade e são reflexos de uma política e sociedade conservadoras. A imbricação entre gênero, sexualidade, raça e classe possibilita analisar as estruturas patriarcais que provocam a heterocisnormatividade, o classismo e o racismo como um nó nas relações sociais e seus desdobramentos na formação sócio-histórica, bem como nas expressões da questão social.

Palavras-Chave: Estado; Políticas Sociais; Movimentos Sociais; Organizações Não-governamentais; LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

The work conducts an analysis of the tensions and perspectives existing between social movements, social policies, and Non-Governmental Organizations (NGOs) focused on the LGBTQIAPN+ population in the state of Sergipe. The guiding method for the research was historical-dialectical materialism, which presents dynamic and complex social processes of social materiality that manifest in the actions of the ultraneoliberal State, the trajectory of the LGBTQIAPN+ movement, and NGOs directed towards this audience. The methodological approach is qualitative, utilizing bibliographic research to support the theoretical foundation as well as the research results. Additionally, it employs documentary sources related to the actions of State institutions and NGOs aimed at the mentioned public, as well as those that reveal the historicity of the LGBTQIAPN+ social movement, such as founding minutes, statutes, registrations in the National Registry of Legal Entities, and/or action reports. The research also includes interviews with leaders of the LGBTQIAPN+ movement in Sergipe to present their trajectories and possible connections with rights councils, political parties, and/or NGOs. The historical trajectory of the LGBTQIAPN+ movement in the state of Sergipe is presented, highlighting its origins in religious contexts and its development through communication with other LGBTQIAPN+ groups in Brazil, carrying out actions aimed at protecting their population, pressuring the State against rights violations, institutionalizing itself in NGOs, and presenting contradictions in relation to the movement's origins. It is understood that there are social structures that deepen social inequalities against LGBTQIAPN+ people, processes of exploitation, domination, oppression, exclusion, silencing, and erasure that appear in the movement of historicity and reflect a conservative policy and society. The intertwining of gender, sexuality, race, and class enables the analysis of patriarchal structures that provoke heterocisnormativity, classism, and racism as a knot in social relations and their developments in socio-historical formation, as well as in the expressions of the social issue.

Keywords: State; social movements; Non-governmental organizations; LGBTQIAPN+.

RESUMEN

El trabajo analiza las tensiones y perspectivas que existen entre movimientos sociales, políticas sociales y Organizaciones No Gubernamentales (ONG) dirigidas a la población LGBTQIAPN+ en el estado de Sergipe. El método que guió la investigación fue el materialismo histórico-dialéctico, que presenta procesos sociales dinámicos y complejos de materialidad social, que se manifiestan en el accionar del Estado ultraneoliberal, en la trayectoria del movimiento LGBTQIAPN+ y en las ONG dirigidas a este público. . El enfoque metodológico es cualitativo y utiliza la investigación bibliográfica para sustentar la fundamentación teórica, así como los resultados de la investigación. Además, utiliza fuentes documentales referidas al accionar de instituciones del Estado y ONG dirigidas al público en cuestión, así como aquellas que revelan la historicidad del movimiento social LGBTQIAPN+, ya sean actas fundacionales, estatutos, inscripciones en el Registro Nacional de Asuntos Jurídicos. Entidades y/o informes de actuación. Se agrega la técnica de entrevistar a líderes del movimiento LGBTQIAPN+ en Sergipe con el objetivo de presentar sus trayectorias y posibles vínculos con consejos de derechos, partidos políticos y/o ONG. Se presenta la trayectoria histórica del movimiento LGBTQIAPN+ en el estado de Sergipe. surgió en contacto con inquietudes religiosas y se desarrolló a partir de la comunicación con otros grupos LGBTQIAPN+ en Brasil, realizando acciones destinadas a proteger a su población, presionando al Estado contra violaciones de derechos, institucionalizándose en las ONG y presentando contradicciones en relación con los orígenes del movimiento. Se entiende que existen estructuras sociales que profundizan las desigualdades sociales contra las personas LGBTQIAPN+, procesos de explotación, dominación, opresión, exclusión, silenciamiento y borramiento que aparecen en el movimiento de la historicidad y son reflejos de una política y sociedad conservadora. La superposición entre género, sexualidad, raza y clase permite analizar las estructuras patriarcales que provocan la heterocisnormatividad, el clasismo y el racismo como nudo en las relaciones sociales y sus consecuencias en la formación sociohistórica, así como en las expresiones de la cuestión social.

Palabras clave: Estado; Políticas Sociales; Movimientos Sociales; Organizaciones no gubernamentales; LGBTQIAPN+.

LISTA DE SIGLAS

ADHONS	Associação de Defesa Homossexual de Sergipe
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
AGS	Associação LGBTQIA+ Simão Dias
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
ASTRA LGBT	Associação de Travestis e Transexuais de Sergipe
ASTRAES	Associação de Transgêneros de Estância
ASTRAL	Associação de Travestis e Transexuais de Lagarto
CEP	Código de Ética Profissional
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD/ LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
COMEGER	Comitê da Equidade de Gênero e Raça
CONLGBT	Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRDH LGBTI+/SE	Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ de Sergipe
DAGV	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DEACHRI	Delegacia Especial de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EDISE	Editora Diário Oficial de Sergipe
EGHON	Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste
FAPITEC	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
FASC	Festival de Artes de São Cristóvão
GDS	Grupo Dialogay de Sergipe

GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travestis e Intersexuais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e Outros
MOLS	Movimento de Lésbicas de Sergipe
MPSE	Ministério Público do Estado de Sergipe
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAB/SE	Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe
ONG	Organizações não-governamentais
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SEIAS	Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TJSE	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo
UNIDAS	Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião de lançamento do jornal Lampião de Esquina em Sergipe no ano de 1980	81
Figura 2 - Boletim do Grupo Dialogay Sergipe, nº 3, 1982	84
Figura 3 - Passeata "Parada da Paz", jornal Gazeta de Sergipe em 1995.....	86
Figura 4 - Manual de Prevenção à Violência contra gays (Dialogay, 2000).....	89
Figura 5 - 18º Parada do Orgulho LGBT em Aracaju (2019)	96
Figura 6 - Posse de Linda Brasil, primeira deputada estadual trans de Sergipe.....	101
Figura 7 - Percentual sobre contratação trabalhista de LGBTQIAPN+	118
Figura 8- Cartaz de divulgação do 23º Chá Cultural da ADHONES (2024)	132
Figura 9 - Cartaz de divulgação do III Seminário de Direitos LGBTI+(2019).....	133
Figura 10 - Curso de Formadores de novas lideranças e ativistas LGBT em Salvador (2014)	134
Figura 11 - Cartaz de divulgação da X Semana de Visibilidade Trans (2024)	135
Figura 12 - Natal das Travestis em 2022.....	137
Figura 13 - Seminário Estanciano de Direitos e Cidadania LGBTQIAPN+ (2024)	139
Figura 14 - Encontro na Semana de Visibilidade Trans da Assessoria LGBT em 2020.....	145
Figura 15 - Coordenadores de CRAS e CREAS participam da IV Semana de Combate a LGBTQIfobia	146
Figura 16 - Reinauguração do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTQIAPN+ (2024)	148
Figura 17 Evento "Semana Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+" (2024)	149
Figura 18 - Semana de Visibilidade Trans do estado (2024)	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Identidade de Gênero das lideranças entrevistadas.....	72
Gráfico 2 - Sexualidade das pessoas entrevistadas.....	73
Gráfico 3 - Raça das pessoas entrevistadas	73
Gráfico 4 - Autoidentificação por classe	74
Gráfico 5 - Nível de escolaridade	74
Gráfico 6 - Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2022	106
Gráfico 7 - Número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil (2000-2023).....	107
Gráfico 8 - Número de mortes de LGBTI+ no Brasil, por segmento, em 2022	109
Gráfico 9 - Impactos na saúde da população LGBTQIAPN+ no Brasil em 2020	113
Gráfico 10 - Grau de aceitação das pessoas LGBTQIAPN+ por estudantes na educação, no Brasil, em 2015.....	115
Gráfico 11 - Espaços evitados por LGBTQIAPN+ no ambiente escolar por insegurança	116
Gráfico 12 - Classe e contexto social de pessoas travestis e transexuais em 2020	119
Gráfico 13 - Desempenho político de LGBTQIAPN+ no Brasil em 2022	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Organizações não-governamentais LGBTQIAPN+ da pesquisa	29
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O OBJETO DE PESQUISA: tensões epistemológicas e teóricas	19
1.1 O desenho da pesquisa	19
1.2 Gênero enquanto categoria analítica frente às questões da identidade de gênero e da sexualidade	34
1.3 A produção do conhecimento no viés de classe, gênero/ sexualidade, raça/etnia: implicações teóricas e metodológicas.....	47
2 Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e em Sergipe: tensões e disputas.....	57
2.1 Movimentos Sociais no campo teórico.....	57
2.2 Movimento no Brasil e as conferências.....	66
2.3 Perfil das lideranças do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe	72
2.4 Trajetória histórica e política do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe	76
3 ENTRE DEMANDAS E TENSÕES: atendimento público e atuação das ONG's para população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe	105
3.1 Demandas e manifestação da violência e os processos de dominação-opressão contra a população LGBTQIAPN+	105
3.2 Atuação das ONGs para população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe.....	129
3.3 Atendimento via equipamentos sociais e articulação com os conselhos de direitos LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe	143
3.3.1 Atendimento via equipamentos públicos.....	143
3.3.1.1 Assessoria LGBTQI+ da Prefeitura Municipal de Aracaju.....	145
3.3.1.2 Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+, governo estadual	147
3.3.1.3 Coordenadoria Estadual LGBT e Conselho Estadual LGBTQIAPN+.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	172
APÊNDICES	189

INTRODUÇÃO

A temática em questão aborda histórica e contemporaneamente a luta do movimento e as atividades das Organizações Não-Governamentais (ONG's) voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+ e suas lideranças. A problemática da pesquisa incita conhecer quais são as tensões e dificuldades entre esses entes para defesa dos direitos sociais da população LGBTQIAPN+ de Sergipe e quais suas possibilidades de avanço?

A contextualização deve passar inicialmente por explicações de quem é a população LGBTQIAPN+ uma vez que mesmo apresentando uma compreensão de totalidade, que perpassa por diversas formas de relações opressoras e dominadoras, também detém singularidades que distinguem cada comunidade.

Na categoria de orientação sexual a letra “L” representa mulheres lésbicas que são mulheres que se relacionam com outras pessoas que se reconhecem como mulheres. Importante salientar que independentemente de a questão de identidade de gênero ser cisgênero ou transgênero aqui é a referência a comunidade de mulheres que se relacionam afetivo/sexual com outras.

Para a letra “G” a representação é de homens gays, ou seja, independentemente de serem cis ou trans ou outras formas de gênero, são homens que se relacionam com outros. “Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino” (Mannaro et al., 2018, p. 22).

Uma observação importante a ser instruída é sobre o termo “homossexual” uma vez que se refere a uma pessoa que sente atração sexual por outra pessoa do mesmo gênero. Para Mannaro et al. (2018) é um termo que se pode dividir em dois: homossexual femininas (as mulheres lésbicas) e homossexual masculino (termo para os homens gays).

Quanto a letra “B” está relacionada a pessoas bissexuais que são aquelas que sentem desejo, atração e/ou afetividade no campo dos relacionamentos amorosos por pessoas de ambos os gêneros, sejam homens ou mulheres.

A comunidade “T” se refere à pessoas trans, um termo que envolve: Transgêneros são aquelas designadas de um gênero ao nascer, mas que durante o seu desenvolvimento se reconheceram como outro gênero, se dividindo entre mulheres trans, homens trans, transfemininas, transmasculinos e travestis¹ sendo aquelas que ao nascerem foram designadas

1 Quando se comunicar com pessoas travestis a utilização do artigo é “a”.

como homens, mas que se encontram como um outro gênero que se enquadra no feminino, esse termo é utilizado como um posicionamento político.

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente, portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice-versa (Jesus, 2012, p. 8).

O referencial teórico e a vivência junto à população sempre reforçam que nem todas as pessoas trans sentem a necessidade de modificar esteticamente o (a) corpo (a) através de cirurgias de redesignação sexual e/ou utilização de hormônios, dando um aporte que nem sempre é sobre uma questão corporal e/ou individual, mas sim sobre o reconhecimento de si sobre o mundo. Essas identidades estão atreladas às vivências de gênero bem como as *performances* de si no mundo.

De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. O termo queer também é utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ ou expressão de gênero (Mannaro et al., 2018, p. 31).

Pessoas *queer* representadas pela letra “Q” podem ser entendidas como aquelas que são questionadoras das “caixas” normativas de gênero e através de seus cotidianos subvertem o tradicionalismo, seja através de suas identidades e/ou suas expressões de gênero. Podendo demonstrar isso pela cultura do dia a dia, seja por utilização de maquiagem em conjunto com vestuário que vão de contra as normas que determinam como devem se comportar as pessoas dentro de suas caixas identitárias e/ou sexuais.

A letra “I” identifica as pessoas intersexo, as quais biologicamente nascem com combinação de cromossomos, hormônios e órgãos sexuais de ambos os gêneros, uma anatomia reprodutiva que está entre o que é dito masculino e o que é designado como feminino. Ser uma pessoa intersexo é uma condição biológica.

A comunidade “A” refere-se àquelas pessoas assexuais que não sentem atração sexual por nenhuma outra, mas isso não significa dizer que não sentem afetividades e outros sentimentos estando fora dos desejos de sexo.

Pessoas “P” são as pansexuais. Essa comunidade desenvolve desejo sexual por outras pessoas independentemente dos gêneros ou sexo biológico (Mannaro, 2018), ou seja, nessa

comunidade pansexuais se relacionam afetivamente e sexualmente com pessoas independentemente do gênero.

A comunidade de não-binários na letra “N” representam inúmeras outras formas de identidades de gênero, sendo pessoas que transitam no cotidiano entre vários gêneros e/ou nenhum deles. Essas pessoas possuem um diálogo com outras formas de artigos como “a, o, e” bem como de pronomes, questionando a cultura do binarismo masculino e feminino.

O termo “+” abarca outras identidades e expressões de gênero além de outros nomes de sexualidades. A utilização deste serve como uma inclusão daqueles que não se reconhecem nas letras anteriores, mas que não estão nas caixas da heterocisnormatividade.

A proximidade com o tema ocorreu durante o processo de formação social e acadêmica do pesquisador uma vez que esse atuou em ONG para as pessoas LGBTQIAPN+ bem como faz parte desta população. Além das observações do avanço do ultraconservadorismo no país e a expansiva crescente sendo o país que mais mata essas comunidades no mundo.

Salienta-se que esta pesquisa também se propõe em produzir dois produtos tecnológicos, uma vez que é fomentada com bolsa de mestrado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), a serem apresentados para os entes pesquisados e possibilitando uma construção social a partir dos modelos de cartilha e formulário de atendimento/ diagnóstico social.

A dissertação de mestrado segue com a sua sessão 1 que apresenta os elementos levantados para a pesquisa e os debates do objeto, demonstrando como foi a construção do projeto apresentando as justificativas, objetivos e metodologia. Além disso são apresentadas as teorias que estão nas questões de gênero, sexualidade e identidades de gênero a partir das relações sociais.

Na sessão 2 é apresentada a fundamentação teórica sobre movimentos sociais e a presença das lideranças políticas daquelas (es) ligadas (os) à pauta LGBTQIAPN+, um breve histórico de sua construção no Brasil e os resultados históricos e políticos no estado de Sergipe.

Por fim, na seção 3 os resultados sobre as principais demandas da população LGBTQIAPN+ no Brasil e em Sergipe, a partir dessas demandas foram observadas as ações das Organizações não-governamentais (ONG), a atuação da rede de atendimento das instituições públicas de Sergipe voltadas para pessoas LGBTQIAPN+, bem como a articulação com os conselhos de direitos.

1 O OBJETO DE PESQUISA: tensões epistemológicas e teóricas

1.1 O desenho da pesquisa

Pensar nos direitos sociais da população LGBTQIAPN+ é refletir sobre a amplitude de lutas, mas não somente na aplicabilidade enquanto políticas sociais ofertadas pelo Estado, também de um debate constante entre a profissão de Serviço Social e como engendrar tais debates de gênero e sexualidade no cerne da práxis. Consequentemente, pesquisar a realidade social vivenciada pela população LGBTQIAPN+ no Brasil faz-se mister tendo em vista que este é o país que mais mata essa população no mundo.

Localiza-se o entendimento e abrangência dos diferentes gêneros e sexualidades como questões que se inter cruzam entre o nascimento (as pessoas não realizam escolhas de suas identidades, tão pouco de suas afetividades sexuais), os fatores estruturantes (os quais correspondem às estruturas sociais pautadas no patriarcado e na heterocisnormatividade) e as construções sociais (marcadas pelas concordâncias ou discordâncias com o que foi designado na sociabilidade).

“Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.” (Jesus, 2012, p. 6). Ao analisar a afirmação de Jesus pode-se inferir que a forma como a pessoa se expressa e como se enxerga no mundo deve ser reconhecida. Para tanto esse trabalho sinaliza as diferentes formas de gêneros e sexualidades.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. (Butler, 2003, p. 28)

A cultura dos poderes hegemônicos é difundida através das relações sociais construídas historicamente e que defendem, em sua maioria, a única existência de dois gêneros, além de uma sexualidade considerada dentro dos padrões. Ao citar Butler (2003) se considera o

reconhecimento das diversas identidades e expressões de gêneros, o mesmo é válido para as diferentes formas de sexualidades.

No Brasil, outras estruturas de dominação também devem ser sinalizadas como as questões de raça e etnia. “A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado.” (Saffioti, 2004, p. 37), nesse contexto considerar os enraizamentos entre essas formas de dominação é um exercício diário, inclusive para profissionais e pesquisadoras (es) do Serviço Social.

Deste modo, o Serviço Social — como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual — precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional. (Lima, 2014, p. 55)

A profissão admite não como um mero detalhe, mas como questões postas, a sua caracterização enquanto categoria profissional e as categorias predominantes enquanto atendimentos. As prerrogativas de uma formação sócio-histórica em um país periférico levantam pontos que devem ser estudados e aprofundados.

De acordo com Duarte (2014), o debate sobre sexualidades aparece pela primeira vez no Serviço Social em 1986, ano de aprovação do quarto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986. O debate foi promovido no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos impulsionadores o movimento estudantil da época, composto pelos/as graduandos/as do curso de Serviço Social, dentre eles, alguns estudantes gays e lésbicas. (Menezes; Silva, 2017, p. 123)

Engendrar o discurso profissional junto à categoria da sexualidade auxilia na transformação de comportamentos conservadores, favorecendo uma aproximação dos valores e compromissos assumidos pelo Código de Ética Profissional.

O movimento feminista inicia sua trajetória nos espaços de saber e passa a desconstruir enfrentamento ao patriarcado no campo do conhecimento (Lisboa, 2010). Este enfrentamento produz conhecimento contrário ao androcentrismo, ou seja, uma luta pelo fim da visão masculina dentro das esferas do poder.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia e outras. (Lisboa, 2010, p. 69)

As diferentes estruturas de poder apontam que essas explorações resultantes de expressões da questão social, bem como de preconceitos de gênero e outras violações de direitos se perpetuam na sociedade.

Menezes e Silva (2017) pontuam também que o conhecimento científico garante espaço para uma produtividade de tais temáticas dentro das relações de exploração com a criação de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) criados através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

À luz das perspectivas desses grupos de trabalhos, a defesa dos direitos humanos foi desenvolvida para somar com a categoria profissional. A luta contemporânea do Serviço Social iniciou a partir desses encontros em nível nacional que tem contribuído com a dimensão teórico-metodológica a qual adentra nas universidades como caráter fundamental para sua atualização tendo vistas os novos contextos, pós período de redemocratização do país.

No Brasil, a produção acadêmica em Sexualidade e Serviço Social tem crescido estimulada pelo GTP na formação de grupos de trabalhos (GT), a exemplo do GT Política pública, diversidade sexual e de gênero e Serviço Social, no interior do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero, em Natal/RN; do VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade sexual e de Gênero da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura), no Rio Grande do Sul/RS; e o IV Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades em Salvador/BA. Porém, um dos grandes desafios para a categoria profissional é a consolidação de debate no âmbito do Serviço Social, uma vez que existe um reduzido número de profissionais que as trabalham, além da resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões, considerando-as irrelevantes ou desnecessárias. (Menezes; Silva, 2017, p. 123)

Os eventos de encontros de pesquisa e de trabalho têm aglutinado as diferentes visões sobre essas temáticas, portanto, se reforça a necessidade de abarcar as diferentes visões sobre os estudos de sexualidades, incluindo as visões de resistência a esses temas. É importante fazer esse contraponto para reconhecer que a própria profissão ainda está iniciando um debate, o que provoca desconhecimento de muitas (os) profissionais sobre as temáticas, além de um perigo iminente de perpetuação do preconceito na práxis profissional.

Alguns segmentos da profissão continuam resistentes a tais teorias, o que é reflexo de que tais profissionais não estão imunes ao caldo preconceituoso no que diz respeito as questões de identidades de gêneros, relações afetivo-sexuais e expressões de gêneros (Menezes; Silva, 2017). Em um país imerso no machismo, LGBTQIAPN+fobias, racismo, capacitismo a formação social das pessoas acompanha essas formas de exploração/dominação. Sendo assim, assistentes sociais também estão propensos a valores discriminatórios. Existe uma fragilidade de alguns profissionais reconhecerem tais direitos da população LGBTQIAPN+ então se exige um longo caminho para se libertar dessa visão conservadora (Menezes; Silva, 2017).

As lutas contra processos de dominação e expressão de poder, também deve ser contra intervenções moralistas, propondo reflexões sobre as teorias feministas, considerando a diversidade sexuais. Referenciar uma visão do Serviço Social atento às questões postas na contemporaneidade, além de combater as violências. Um olhar que vai além das demandas urgentes e/ou aparentes capacita a profissão para levar em consideração como tais violações de direitos perpassam e se perpetuam, seja no ambiente privado como no público. Essas violações de direitos apresentam-se no cotidiano profissional do Serviço Social como demandas, logo, trata-se de contribuir e construir na contemporaneidade uma postura reflexiva e crítica (CFESS, 2016b).

Feita a interconexão do tema como o campo do Serviço Social, com o intuito de produzir conhecimento científico a partir da realidade social vivenciada pela população LGBTQIAPN+, foram delimitados como questionamentos da pesquisa:

Quais são as condições da conjuntura sócio-histórica e cultural brasileira que fazem da dominação e da opressão contra a população LGBTQIAPN+² processos marcados pelas violências, sejam elas psicológicas, sociais, morais, físicas, patrimoniais?

Como o estado de Sergipe realiza atendimento via políticas sociais e como se articulam os conselhos de direitos para pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que essa minoria social é excluída e marginalizada pela formação sócio-histórica conservadora do Brasil?

Como foram construídas histórica e politicamente as organizações dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ em Sergipe, levando em consideração as suas lideranças políticas que realizam embates contra o conservadorismo e em favor da garantia de direitos?

A partir das violações de direitos existentes contra a população LGBTQIAPN+ que está imersa nas estruturas capitalistas, heterocisnormativa, patriarcal, racista e capacitista quais são

² Movimentos sociais LGBTQIAPN+ como a AmoSerTrans, Movimento de Lésbicas de Aracaju Greta Garbo, Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS), Grupo Gay de Socorro, Grupo Homossexual do Bugio, entre outros.

as demandas desses sujeitos (as, es) no estado de Sergipe, posteriormente a isso, quais são os locais que essas pessoas buscam para garantir o acesso aos direitos?

Como atuam as Organizações não-governamentais (ONGs) específicas para população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe uma vez que estas recebem demandas oriundas deste público que perpassa pelo cotidiano violento?

Como objetivo geral e específicos foram delimitados:

Analisar as tensões e perspectivas entre movimentos sociais, políticas sociais, ONGs para a população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe uma vez que essas pessoas são estrutural, histórica e politicamente excluídas da sociedade a partir da esfera do Estado.

E como objetivos específicos:

Analisar a conjuntura conservadora brasileira e seus processos de dominação-opressão contra a população LGBTQIAPN+ a partir dos atos das violências.

Compreender, histórica e politicamente, a organização dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ em Sergipe, bem como suas lideranças políticas.

Analisar como o estado de Sergipe realiza o atendimento via equipamentos sociais e como se articulam aos conselhos de direitos para população LGBTQIAPN+.

Conhecer a atuação das Organizações não-governamentais (ONG's) para população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe.

Produzir uma cartilha-modelo cujo conteúdo estará relacionado à identidade da população LGBTQIAPN+ e aos equipamentos sociais de atendimento, a qual poderá contribuir para orientação e educação em gênero e sexualidade, seja das pessoas que realizam o atendimento ou mesmo dos (as, es) usuários (as, es) dos serviços.

Elaborar formulário-modelo que possibilite o diagnóstico/ avaliação socioeconômica, bem como as demandas da população LGBTQIAPN+ no tocante aos direitos sociais de (saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência, participação política, enfrentamento à violência, por exemplo) de modo a qualificação e dar eficiência às políticas sociais de atendimento à população LGBTQIAPN+.

Justifica-se a quantidade de objetivos específicos por esse projeto ser financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). Sendo assim, os dois últimos objetivos específicos são, obrigatoriamente, produtos finais que adequaram a pesquisa à finalidade do edital

Quanto as hipóteses levantadas:

a) Por conta da conjuntura preconceituosa e violenta da sociedade conservadora brasileira a conjuntura oprime, domina e explora a população LGBTQIAPN+, esse fato é comprovado estatisticamente bem como no referencial bibliográfico.

b) A população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe é imersa na desproteção do Estado ao realizar atendimento via políticas sociais baseado no preconceito. Sendo assim, recorre para as organizações não governamentais como locais que respondem suas demandas urgentes, uma vez que a conjuntura aponta que historicamente o movimento social é a sua referência protetiva de seus direitos, lutas e resistência.

c) A trajetória histórica e política do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe foi construída sob regime de violência do poder do Estado por meio de embates e estratégias de resistência que se iniciam nas ruas e nas organizações governamentais.

d) As demandas da população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe são reflexos daqueles presentes em nível nacional, seja na saúde, educação, trabalho, entre outras. Quanto aos locais de atendimento, essas pessoas tem maior probabilidade de buscarem seus atendimentos via organizações não-governamentais por entenderem que são espaços sem preconceitos.

e) As ações das ONGs são voltadas estrategicamente para a população LGBTQIAPN+ através de espaços coletivos com atendimento, acompanhamento e encaminhamento. Além disso tem atuação, em sua maioria, de representações políticas que são referências para as diferentes comunidades por perpassarem e entenderem as violações de direitos.

Profissional e eticamente, esta pesquisa justifica-se pela defesa intransigente dos princípios do Código de Ética Profissional (1993). O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2016a) quando ressalta que o preconceito é oriundo a partir da negação do outro que ocasiona violências por questões de classe social, gênero, sexualidade, etnia entre outras formas de dominação, opressão e exploração do ser humano. Por isso também essa pesquisa se justifica pela defesa intransigente dos direitos humanos.

Destaca relatos de usuários/as e servidores/as destes órgãos sobre o processo de atendimento e acompanhamento do Serviço Social com tais demandas, demonstrando a atuação profissional como uma ferramenta poderosa no fortalecimento dos indivíduos e na promoção de mudanças sociais, enfatizando que a categoria profissional não tratava as LGBT como coitadinhos do preconceito, mas como sujeitos detentores de direitos civis, sociais e políticos. (Menezes; Silva, 2017, p. 125).

A partir dessas considerações pode-se inferir que o Serviço Social é uma profissão que assume na sua práxis um compromisso e respeito aos direitos humanos, como cita o Código de Ética Profissional “VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Brasil, 1993, p. 24).

O Serviço Social realiza a sua intervenção profissional regida pela sua dimensão ético-política e a partir da dimensão teórico-metodológica buscando a defesa de sujeitas (os, es)³ na criação de políticas públicas as quais centralizam usuárias (os, es). Essa pesquisa ao abordar, as questões relacionadas à população LGBTQIAPN+, possibilita à categoria profissional mais conteúdo científico, acadêmico, qualificando assim o debate e as discussões. (Menezes; Silva, 2017).

Para Menezes e Silva (2017) é inegável que o Serviço Social busca a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ uma vez que a categoria acompanha os direitos constitucionais ao passo que apoia os movimentos sociais, porém, é necessário aprofundar as discussões para nortear uma prática profissional.

Destaca-se a importância política uma vez que existe relação de luta do movimento LGBTQIAPN+ e suas pautas por acesso aos direitos a partir de movimentos sociais, partidos políticos, espaços sócio ocupacionais de profissões, construção do poder e dos conhecimentos científicos.

Para Guerra (2009) o conhecimento deve permitir tanto analisar e operar sobre o existente quanto reconhecer as tendências do movimento, “o vir a ser” dos processos sociais. Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica. Cabe a nós fazermos o desocultamento do real, ou seja, sair do imediato para o concreto pensado, da aparência para a essência das demandas, das necessidades apresentadas pelo(as) usuários(as) no cotidiano profissional. Nos termos de Minayo, “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (Minayo, 2002, p. 17).

³ A utilização do artigo “e” como forma de demonstrar que este projeto leva em consideração as diferentes identidades de gênero além do binarismo estruturante da sociedade.

Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias ideológicas. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica. Tal enunciado lança um desafio à análise empírica. Como não isolar as relações sociais, se não quisermos trabalhar com categorias reificadas? (Kergoat, 2010, p. 99)

Assim, Beiras e Bronz (2016) alertam:

Estamos todos imersos nesse mesmo caldo cultural machista, patriarcal, androcêntrico e heteronormativo e é necessário um exercício cotidiano de autovigilância para manter-nos reflexivos, uma tentativa de abrir distância suficiente para que a crítica consiga perpassar, possibilitando o surgimento de posturas mais desejáveis, que tragam consequências positivas para a qualidade do convívio. (Beiras e Bronz, 2016, p. 8)

Consequentemente, nos termos de Ferrajoli (2007) compreende-se que os direitos humanos crescem como um contrapoder, o qual marca processos de lutas constantes contra a lei do mais forte, visando equilibrar relações assimétricas de poder, sejam nos campos público ou privado. E, por isso, direitos humanos são irrenunciáveis, inalienáveis e imprescritíveis.

Buscando fazer um levantamento da produção do conhecimento científico, no âmbito do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Moraes (2019) destacou que, até o ano de 2019, os Trabalhos de Conclusão de Curso, em nível de graduação, relacionados à população LGBTQIAPN+, tem temas sobre profissionais do sexo ou infecções sexualmente transmissíveis.

Quanto o portal do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFS, o levantamento evidenciou que não existem dissertações de mestrado específicas sobre pessoas LGBTQIAPN+.

Enquanto mestrando, considero-me como parte das pessoas LGBTQIAPN+, o que me coloca como parte da luta. Neste sentido, minha trajetória acadêmica e de experiência em uma Organização não-governamental (ONG) com atendimento direcionado para essa população, evidenciam o meu interesse pessoal, científico e político. Ademais, a motivação está relacionada ao meu desejo dar continuidade à pesquisa desenvolvida enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Costurando Resistência: saúde mental da população LGBTQI+ atendida na CasAmor de Aracaju/SE” (2019).

Epistemológica e metodologicamente, a pesquisa está referenciada no método materialista histórico-dialético. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009) trata-se de um paradigma científico, oriundo de teoria sociológica que leva em consideração processos sociais, condições econômicas e as contradições. Ainda segundo as autoras, a dialética analisa contextos históricos, determinações sociais, relações sociais, totalidade e a dominação. Gil (2008) destaca que a dialética fornece base para uma interpretação dinâmica, entende ainda que os fatos sociais não podem ser entendidos como casos isolados, por outro lado a sua dinâmica prioriza procedimentos qualitativos.

Voltemos à concepção marxiana de teoria: a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. [...] Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (Netto, 2011, p. 25)

O materialismo histórico dialético revela-se como poderosa ferramenta, a qual leva em consideração sujeitas (os, es) dentro de suas potencialidades da essência o que se apoia na tradição do Serviço Social contemporâneo. Esse método também é mister para reconhecer como funcionam as características do capitalismo como a contradição, cotidiano, alienação, desumanização e como elas se entrelaçam com as estruturas LGBTQIAPN+fóbicas, racistas, machistas, capacitista entre outras, é papel do método observar as suas complexidades a partir da realidade posta.

A utilização da historicidade na pesquisa se dará através de uma análise histórica, conjuntural, política e cultural das formas de dominação que fazem parte da consubstancialidade. Na totalidade serão analisadas como as políticas sociais, movimentos sociais, população LGBTQIAPN+ e ONGs, buscará entender como esses agentes se relacionam a partir de um movimento dinâmico no estado de Sergipe. Por fim, na contradição serão entendidas as consequências de como essas pessoas são atingidas por violências ainda que a Constituição explicita seus direitos. Explicando que: qualquer conhecimento produzindo cientificamente é uma tentativa de aproximação da realidade social, uma tentativa de compreendê-la. Nenhum método, será capaz de produzir uma verdade absoluta. Sempre estando, portanto, aberto ao debate.

Portanto, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória. Gil (2008) explica que a sua principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos. Inclusive, para analisar a realidade das diferentes instituições e movimentos sociais será necessário realizar um apanhado de informações, analisar conjunturalmente e explicitar direitos sociais específicos da população em questão, as trajetórias e os processos de resistência para garantia de políticas sociais efetivas.

O que se configura também como uma análise qualitativa, segundo Gil (2008) informa que para análise dos dados oriundos da realidade com objetivo interpretativo que se sobressai do descritivo que está aparente no cotidiano pragmático. A análise dos resultados passará por um agrupamento, por uma apresentação e pela produção de inferência para compreensão das expressões da questão social e das relações sociais que afetam à população LGBTQIAPN+ de Sergipe, para as quais o Estado deve dar respostas através de políticas sociais. Acrescenta-se que para organizar e situar o tempo de construção da dissertação foi disponibilizado o Cronograma (APÊNDICE I).

Consequentemente, a análise da conjuntura conservadora brasileira, seus processos e formas de expressar a tentativa de dominação-opressão e ataques contra a população LGBTQIAPN+ a partir dos atos das violências foi fundamental. O que possibilitou a abordagem com os processos e características da formação sócio-histórica brasileira.

Sobre os procedimentos técnicos da pesquisa, é utilizada a pesquisa bibliográfica a qual para Gil (2008) se dá a partir das fontes de pesquisas científicas realizadas anteriormente, uma vez que estas apresentam caráter técnico, formal e rigoroso. A utilização de livros, artigos, dissertações, teses, entre outros.

Enquanto fundamentação teórica, foram analisadas as categorias e conceitos sobre movimentos sociais, políticas sociais e organizações não-governamentais, gênero, sexualidade, consubstancialidades, entre outras.

Serão debatidos textos de autores/as como Netto e Braz (2006) - economia política, Foucault (1988) e Gonzalez (1984) - sexualidade, Butler (2010) e Saffioti (2015) - gênero, Almeida (2019) - racismo estrutural, Hirata (2014) - consubstancialidade, Gohn (2011) - movimentos sociais, Coutinho (2011), Faleiros (2009) - política social, Zimmerman (2020) - políticas LGBTQIAPN+, Iamamoto e Carvalho (2006) - relações sociais.

Também foi realizada pesquisa documental, a qual Gil (2008) classifica como documentos oficiais com dados estatísticos e descritivos. Neste âmbito especificamente sobre a população LGBTQIAPN+ como: Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 (ANTRA, 2022), Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil –

Relatório 2021 (GGB, 2022), Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017 (Peres; Soares; Dias, 2018).

A pesquisa também se propôs a utilizar fontes documentais oriundas da estrutura do Estado como: Assessoria LGBTQIAPN+ da Prefeitura Municipal de Aracaju, o Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ de Sergipe (CRDH LGBTI+/SE) fundado em 2008, além do Conselho Estadual LGBTQIAPN+ de Sergipe o qual possui sua primeira formação de 2022, para tal será encaminhado um termo de anuência para liberação dos dados. Além das fontes documentais, que sejam públicas, das Organizações não-governamentais como seus relatórios de ações anuais, material histórico da instituição e/ou dados estatísticos sobre atendimentos que realizam, entre outros.

Informa-se que foi entrado em contato via e-mail e presencialmente com a Coordenadoria LGBTQIAPN+ do Estado de Sergipe, porém, não se obteve sucesso com o retorno da carta de autorização institucional, nesse caso, para conhecer as ações do estado outras estratégias serão tomadas, como por exemplo, a pesquisa documental.

Para tanto, foi estabelecido contato com as instituições; posteriormente, o interesse em disponibilizar documento foi oficializado com a assinatura da Carta de Autorização Instituição Coparticipante (APÊNDICE II) das organizações não governamentais. Conforme quadro abaixo, foram contactadas as seguintes ONG's:

Quadro 1 Organizações não-governamentais LGBTQIAPN+ da pesquisa

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL	ANO DE FUNDAÇÃO
REMONTA LGBTQIAPN+	2019
Adversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco (A.D.A. LGBT/SE)	2015
Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AmoSerTrans)	2014
Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS)	2008
Associação de Transgêneros de Estância (ASTRAES)	2008
Associação LGBTQIA+ Simão Dias (AGS)	2005
Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e	2003

Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES)	
Associação de Travestis e Transexuais de Sergipe (ASTRA LGBT)	2001
UNIDAS	1999

Fonte: Produção Própria (2023)

Também nas ONGs foram realizadas observações diretas, o que possibilitou compreender o cotidiano, conhecer os trabalhos e ações sociais presentes nas ONGs para pessoas LGBTQIAPN+ de Sergipe.

Somada à aproximação do campo empírico e com o intuito de conhecer a trajetória das lideranças do movimento LGBTQIAPN+, sejam elas que atuem na gestão e/ou participação social no estado de Sergipe, com objetivo de compreender sua atuação na organização política do movimento social, bem como atuação nos equipamentos sociais, conselhos de direitos e nas ONG's do estado de Sergipe em uma perspectiva histórica e da totalidade da realidade social.

Para Gil (2008) através da técnica de entrevista, o pesquisador se apresenta frente ao problema e formula perguntas para colher dados e realizar sua análise. Tal técnica foi aplicada de forma presencial e/ou por meio de formulário eletrônico (via *Google Forms*) por opção da pessoa entrevistada. Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevistas (APÊNDICE III) com perguntas abertas e fechadas, cujos eixos relacionados à trajetória pessoal, atuação no movimento social, na gestão pública, nos conselhos de direitos, trabalho em ONGs, por exemplo.

Levando em consideração a possibilidade das entrevistas, por acessibilidade voluntária, com representações das ONGs e as lideranças LGBTQIAPN+ com mais de 10 anos de atuação política inicialmente chegou-se ao universo de aproximadamente 20 entrevistas. Entretanto, quando da realização das entrevistas, quatorze (14) pessoas participaram e autorizaram o uso de seus nomes para divulgação dos resultados.

De acordo com Puglisi e Franco (2005), para realizar a análise de conteúdo é necessário ter como base as respostas às seguintes perguntas: o que se fala, o que se escreve, qual a intensidade, qual a frequência, qual a simbologia figurada expressa nas ideias, quais as representações do silêncio e as entrelinhas. Considerar a quem se fala e os motivos disso é fundamental para desenvolver a descrição (primeira etapa necessária), a inferência (procedimento intermediário) e a interpretação (fase final do processo).

Assim, ao considerar a análise de conteúdo, objetiva-se descrever os resultados encontrados, organizá-los em categorias que indiquem aproximações e distanciamentos, além de levar em conta dados inéditos, alcançando a fase de interpretação e análise do conteúdo.

Dada a escolha pela realização de entrevistas, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Ciências Humanas e Sociais da UFS. Considerando a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Comitê de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, situa que a pesquisa preste assistência ao participante, demonstre benefícios, garanta confiabilidade, preserve a privacidade, consentimento livre e esclarecido demonstrando potenciais riscos da pesquisa, dano material e imaterial. O comitê também proíbe discriminação, estigmatização e preconceito.

De acordo com normativas do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE IV) deve conter linguagem acessível explicitando a confidencialidade, manutenção do sigilo e anonimato dos dados da pesquisa e somente será aplicado em aceitação da (o, e) participante. Neste termo também estão contidas informações de meio de contato com pesquisador responsável com campo para assinaturas, existindo a possibilidade de interrupção do estudo a qualquer momento da entrevista. Também foram disponibilizados o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisas em Ambiente Virtual (APÊNDICE V), bem como o Termo de Autorização para uso de Depoimento (APÊNDICE VI).

Desta forma é explorada a dimensão ética da pesquisa, demonstrando os benefícios individuais e coletivos que a pesquisa poderá trazer. Por fim, cita-se a publicação dos resultados para acesso público.

Art. 4º O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante. (Brasil, 2016, p. 5)

Quanto aos produtos tecnológicos, serão elaborados:

1) a cartilha-modelo (APÊNDICE VII) traz informações relacionadas à identidade da população LGBTQIAPN+ e aos equipamentos sociais de atendimento. Sua construção contará com textos e imagens informativas e de forma dinâmica para possibilitar maior facilidade de leitura e entendimento;

2) o formulário-modelo (APENDICE VIII) cujo conteúdo possibilitará o diagnóstico/ avaliação socioeconômica, bem como as demandas da população LGBTQIAPN+ no tocante aos direitos sociais de modo contribuir para a qualificação e eficiência das políticas sociais de atendimento à população LGBTQIAPN+.

A entrega dos materiais tecnológicos (cartilha-modelo e formulário-modelo) será realizada junto aos equipamentos sociais do Estado (como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria do Estado da Assistência Social e Cidadania, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Prefeitura Municipal de Aracaju, por exemplo), além de sua publicização junto ao movimento social LGBTQIAPN+ e Organizações não-governamentais do segmento em questão.

Para as pessoas LGBTQIAPN+ uma educação social sem preconceito se torna importante uma vez que existe liberdade para exprimir suas ideias, desejos e vivências, logo se sentirão acolhidas em qualquer espaço de esfera do estado. As influências da vida capitalista, racista, patriarcal, LGBTQIAPN+fóbicas constituem as falas, desejos e anseios de uma população marcada, historicamente, por exclusão e silenciamento.

Para fins de contribuição sobre o processo de submissão da pesquisa ao sistema da Plataforma Brasil, apresentam-se os principais elementos informados. Sobre os **critérios de inclusão**: são aqueles documentos, instituições e/ ou pessoas que estão aptas para contribuir com a pesquisa. No caso dessa pesquisa foram elencadas as instituições do estado de Sergipe que executam políticas sociais para a população LGBTQIAPN+ no estado; controle social estadual para as pessoas LGBTQIAPN+; 09 (nove) Organizações não-governamentais LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe com atuação voltadas para esse público que apresentam relevância estadual; Pessoas LGBTQIAPN+ e/ou pessoas que aderem à causa do movimento a partir de sua representatividade enquanto liderança política, no estado de Sergipe.

Sobre os **critérios de exclusão**: são aqueles entes, documentos e/ou participantes que estão fora da pesquisa para não gerar variáveis que não contribuam com os objetivos e resultados. No caso dessa pesquisa: Instituições do estado voltadas para a população em geral; Organizações não-governamentais que voltam suas ações para público em geral; Organizações não-governamentais LGBTQIAPN+ com menos de um ano de atuação; Pessoas heterossexuais e cisgêneras que não possuem vinculação com o movimento LGBTQIAPN+; Pessoas LGBTQIAPN+ que não estejam atreladas ao movimento como uma representação política; Pessoas heterossexuais, cisgêneras e/ou LGBTQIAPN+ que não sejam do estado de Sergipe.

Sobre **possíveis riscos**: uma vez realizadas, as entrevistas podem adentar em aspectos da vida pessoal, ainda que tais questionamentos sejam sobre as trajetórias políticas, bem como

interferência na rotina das pessoas entrevistadas. As entrevistas podem causar cansaço físico e mental, a depender do dia em que for realizada, pode também causar constrangimento ao rememorar do passado durante a construção da história oral. Existe a possibilidade de causar desconforto, uma vez que as entrevistas serão gravadas e repassadas para uma produção científica que será difundida, apesar de garantirmos o sigilo, a não ser que a pessoa entrevistada faça questão de ser identificada; além de receios ao responder perguntas que relembrem embates políticos.

Sobre **possíveis benefícios**: a participação das (os, es) respondentes pode ajudar aos pesquisadores a entender melhor o conteúdo histórico político, o qual pode provocar novas reflexões sobre como era e como modificou positivamente as políticas sociais ao passo em que existe pressão do movimento social. A pesquisa permite compreender novos horizontes a partir das tensões provocando novas interações para práticas de lutas e conquistas, identificando as perspectivas para avançar na garantia de direitos civis, sociais e políticos. Os resultados da pesquisa também contribuem com a comunidade acadêmica no fortalecimento teórico-prático sobre as pessoas LGBTQIAPN+, bem como ratificar a luta contra os preconceitos, violências e as formas de dominação e opressão.

Tamanho da **amostra no estado de Sergipe**: foram realizadas 14 entrevistas com lideranças LGBTQIAPN+ e/ou que são representações das principais ONGs representativas no estado de Sergipe, uma vez que ficou a critério das pessoas responderem ou não o formulário.

Durante o decorrer dos primeiros meses do mestrado foi construído o projeto para submissão apreciação do Comitê de Ética da Plataforma Brasil e aprovado através do parecer consubstanciado do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de número 75805023.1.0000.5546 e parecer de número 6.600.366. Tal submissão foi importante para obtenção de liberação para pesquisas documental e de campo que se seguem a partir deste item e os seus subsequentes.

1.2 Gênero enquanto categoria analítica frente às questões da identidade de gênero e da sexualidade

Antes de adentrar nas definições teóricas das categorias/conceitos de gênero e sexualidade, é importante apresentar elementos teóricos que fundamentam o objeto desta pesquisa e possibilitam tirar da invisibilidade teórica de sujeitas (os, es) historicamente excluídos, onde o método materialista histórico-dialético apresenta-se como válido e coerente para esta abordagem.

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (Netto, 2011, p. 25).

Nas palavras de Friedrich Engels:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existent ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. (Engels, 1890, p.1)

Trazendo a discussão sobre a categoria trabalho, sobre o desenvolvimento das relações sociais e sobre os complexos sociais na contemporaneidade. Lessa (2007) compreende o trabalho como a categoria que funda o desenvolvimento dos homens como uma esfera distinta da natureza, entretanto, a reprodução do mundo dos homens e a historicidade presente nele, apenas é possível pela gênese e construção através das relações sociais, existe uma necessidade de desenvolvimento da sociedade (mesmo que apresentando contradições) pelas próprias

relações sociais. O autor continua que estas relações são mediadas através de complexos como a ideologia, a filosofia, a arte, a educação, a sexualidade, a alimentação, o Estado, o Direito, a política, entre outras formas, reafirmar a centralidade do trabalho, para Marx, não desconsidera a ação e movimento na história de outros complexos sociais, ao contrário, apenas sendo, em última análise, fundados pelo trabalho, é que esses complexos sociais distintos do trabalho podem se relacionar com ele, consubstanciando o complexo processo dos homens que é a reprodução social, ao tentarem reduzir o mundo dos homens ao trabalho ou ao contrário acontece uma generalização, uma vez que não existe uma única forma de práxis social, consequentemente são produzidas teorias das quais não refletem o ser social enquanto sua complexidade.

Ao levar em consideração as citações acima faz-se a defesa de que as relações são baseadas sim na dominação do capitalismo, por outro lado, apresenta-se a necessidade de evidenciar relações sociais, apontando complexos sociais que se sobrepõem e atingem diferentes grupos sociais que nem sempre estão demarcados somente pelas determinações do capitalismo, mas também por outras determinações pertinentes à sociedade brasileira, cujas raízes estão imersas no patriarcalismo, racismo, sexismo, heterocisnormatividade entre outras formas de dominação-opressão. Determinações estas que realizam um nó com as expressões da questão social, somadas as expressões de violências simbólicas que se materializam sobre sujeitos excluídos histórica, social, política e culturalmente.

Nos termos de Saffioti (2004), a sociedade não comporta uma única contradição, são três as fundamentais a serem consideradas:

[...], são três as contradições fundamentais que devem ser consideradas [...] a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. [...] O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. Não é possível pensar o econômico desvinculado do político (Saffioti, 2004, p. 73).

Como mais detalhes, a autora explica que:

[...] há cerca de 6500 -7000 anos, os homens começaram a implantar seu esquema de dominação-exploração sobre as mulheres. Diferentemente do que a maioria pensa, ou melhor, acha, a ordem patriarcal de gênero é uma verdadeira recém-nascida. Com efeito, o que são sete milênios na história de uma humanidade de 250000-300000 anos? Foi nas sociedades de caça e

coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres. Tais sistemas operacionalizam-se, materializando-se em práticas sociais, em mercadorias, em rituais religiosos, além do infanticídio de meninas, do aborto seletivo de fetos femininos, etc.” (Saffioti, 2004, p. 72)

O exercício é observar dinâmicas sociais, sob a perspectiva de um paradigma que propõe aproximação da totalidade, analisando contradições em um movimento crítico, histórico e dialético, ou seja, considerando as imposições burguesas que exploram a classe trabalhadora, mas também considerando que esta mesma classe trabalhadora possui gêneros, sexualidades, raças, deficiências demarcadas por singularidades e particularidades, inerentes a determinada formação histórica, social e cultural. Assim, faz-se necessário aproximação da essência dos fenômenos pesquisados, uma vez que complexos sociais estão enraizados nas contradições do capitalismo entrelaçadas por determinações histórico-culturais do heterocispatriarcado, o que demanda constante apropriação teórica, olhar atento para a realidade social e ampliação dos fundamentos.

Na particularidade das desigualdades sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, Beauvoir (1967) explicita que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (Beauvoir, 1967, p. 9)

Essa clássica afirmação de Beauvoir é reflexo das potências as quais os diferentes gêneros são distintos entre si ao mesmo tempo que todos eles podem e devem construir-se enquanto igualdade. “As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrando a explicação dessa subordinação na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres.” (Scott, 1995, p. 9), ao passo que para Scott, historicamente, existe uma hierarquia masculina que tenta se sobrepôr à emancipação feminina.

Revisar os escritos de Scott (1995) é compreender sua visão sobre gênero enquanto categoria analítica do movimento feminista marxista. A compreensão da autora relaciona a interação entre os sexos o que forma sistemas que são analisados por essa categoria que influencia nas relações sociais organizadas por simbologias, história, poder e subjetividade.

A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos

específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise (Scott, 1995, p. 19)

Ao ressaltar essas proposituras analíticas, apresentam-se críticas nos embates daquilo ordenado pela estrutura do patriarcado. Entender a historicidade é agregar os seus significados como uma ampliação teórico-metodológica entre a vivência das experiências das identidades de gênero e da sexualidade, para qualificar a produção acadêmica entendendo estas experiências enquanto relações sociais.

Nos termos de Scott (1995 *apud* Santos 2012), existem quatro elementos importantes para operacionalização da categoria analítica gênero, são eles:

- 1) Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas. Para os/as historiadores/as, a principal questão é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos?
- 2) Os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos contidas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas trazem a oposição binária fixa do significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Aqui, a questão deveria preocupar os/as historiadores/as, deveria ser quando e em quais circunstâncias os conceitos normativos são contestados. Entretanto, a história é construída como se essas posições normativas fossem produto do consenso social e não do conflito.
- 3) Incluir uma concepção de política, bem como, uma referência às instituições e à organização social. O desafio ao/a historiador/a seria fazer explodir essa noção de fixidez, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Há necessidade de uma visão ampla que inclua o parentesco (especialmente para as complexas sociedades modernas), o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero).
- 4) Identidade subjetiva que leva a refletir sobre a construção da identidade generificada. Joan Scott concorda que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, mas discorda da pretensão universal da psicanálise, pois homens e mulheres reais não cumprem sempre, nem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Faz-se necessário examinar as formas pelas quais as identidades generificada são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (Scott, 1995 *apud* Santos, 2012, p. 65-66)

Os destaques teóricos, anteriormente expostos, demonstram que Scott (1995) amplia as possibilidades para compreensão da sociedade e do seu funcionamento, o que traz à tona

estruturas sociais situadas histórica, social e culturalmente, que se perpetuam no tempo. Tal apropriação é relevante para o enfrentamento da marginalização dos estudos de gênero na academia, por provocar rachaduras e questionamentos à Ciência Moderna que se coloca como hegemônica.

A perspectiva de Scott (1995) ainda destacou o quanto através da categoria analítica gênero é possível compreender sexualidade (a qual será analisada em sequência) por ser uma palavra útil aos “papéis sexuais”, porém, não quer dizer que existe uma relação direta a essa outra estrutura social, mas sim próxima as diferentes relações não implicando obrigatoriamente as práticas sexuais. A autora ainda abordou três movimentos teóricos.

[...] A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1995, p. 3).

Segundo Carloto:

[...] A noção de gênero adquire um duplo caráter epistemológico, de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tão simbólicos quanto materiais, e de outro, como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais (Carloto, 2001, p. 207).

A leitura da citação acima coaduna com o pensamento de Scott ao pensar na categoria gênero enquanto uma análise sobre a organização da sociedade e como os seus fenômenos se desdobram. Nos termos de Heilborn e Rodrigues (2018), ao analisarem Scott, certificam que a categoria analítica gênero permite questionar como os modos de vida e de interação social e humana funcionam nas relações sociais a partir das diferenças sexuais, reforçam, inclusive, a rejeição de explicações biológicas para as relações sociais.

Ressalta-se aqui o compromisso central de entender como o heterocispatriarcado influencia nas relações sociais atreladas às formas de exploração, dominação e opressão. Bem como, a sua ligação com a crítica feminista marxista para fomentar novas discussões em apoio com o movimento LGBTQIAPN+, compreendendo as singularidades e particularidades dessa reprodução, que se evidencia nas identidades de gênero, que se consubstanciam no cotidiano de sujeitas (os, es) específicos.

Saffioti (1991) destaca, sobre relações de gênero do ponto de vista heterocisnormativo, posições entre os pontos de vista masculinos e femininos, produto de relações dialéticas em conjunto com processo da reificação e que tal hora as mulheres estariam com possibilidades de menos alienação que os homens pelos próprios homens.

A sociabilidade masculina não é igual a feminina exatamente em função da organização social de gênero. Isto equivale a dizer que as mulheres vivenciam as experiências de vida diferentemente dos homens. Esta situação permite que às mulheres construir um *ponto de observação* a partir do qual o processo do conhecer científico ganha novas dimensões. Evidentemente, muda a natureza do compromisso entre a produtora (ou o produtor que vier a ocupar o mesmo ponto de observação) de conhecimento, vivendo processos epistemológicos novos na tentativa de conhecer o ser social também concebido de maneira inédita, e a realidade estruturada em classes, gênero e etnicidade que ela (e) deseja transformar [...] (Saffioti, 1991, p. 151, grifos do original).

Do ponto de vista heterocisnormativo, trata-se naquele momento histórico, de uma abertura dentro dos sistemas opressivos que abandonam e violentam mulheres da classe trabalhadora. Portanto, entender que gênero também abraça processo de sociabilidade que demanda trabalho intelectual e, para tal são necessárias transformações e ampliação de seus estudos, onde outras (os, es) sujeitas (os, es) ganham as cenas teóricas.

Saffioti (2015) e Scott (1995) dedicam-se aos estudos e produções teóricas situadas historicamente, os quais abarcam homens e mulheres da matriz social heterocisnormativa. Nesta dissertação, trata-se de uma base teórica importante para compreender as origens do patriarcado, entretanto, do ponto de vista das produções que buscam as singularidades e particularidades vivenciadas pelas pessoas trans, travestis, não binárias entre outras, existem limitações, uma vez que as identidades de gênero ultrapassam relações sociais binárias.

“É importante destacar a compreensão de que o sujeito atual que intenta plasmar na sociabilidade do mundo contemporâneo é cada vez mais egóico, autocentrado, descrente das esferas coletivas, competitivo, eficiente, eximido das responsabilidades sociais e morais. [...]” (Duarte, 2010, p. 19). Tais características impostas pelos padrões capitalistas vão deslegitimando as existências do “ser” e, conseqüentemente, provocam sobreposição das desigualdades sob sujeitas (os, es), além de envolver cultura, formação histórica, política e complexos sociais com outras estruturas.

Do ponto de vista da moralidade patriarcal, significa reforço, manutenção de sexismos, machismos e valores homotransfóbicos que buscam manter no silenciamento ou nos “armários”, sujeitas (os, es) histórica, social e culturalmente silenciados e, para tanto, usam expressões neofascistas, fundamentalistas religiosas, que violentam e assassinam corpos (as)

tidos como “anormais”, necessitados de “cura gay”, os quais não estão sobre a proteção do “Grande Pai”, jogados à prostituição, expulsos do seio da família tradicional conservadora.

Tudo isso implica que, pensar que as subjetividades são exclusivamente individuais é apagar a importância da coletividade, da historicidade, da cultura para enfrentar o poder hegemônico da mercadoria, da burguesia, da coisificação desfigurando assim a consciência social (Duarte, 2010), bem como avançar no nível de ruptura com padrões impostos pela heterocisnormatividade e pelo patriarcado⁴.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. (Butler, 2003, p. 28)

Logo, a autora pontua que a linguagem da racionalidade universal constitui normas e estruturas culturais das quais estão estritamente limitando as possibilidades dos discursos de gênero, sendo desses debates uma aproximação com as culturas hegemônicas, ou seja, que as análises nem sempre chegam nas experiências. Nestes termos, ratifica a necessidade de aproximação das vivências das (os, es) sujeitas (os, es), o que não se apresenta incongruente com o método materialista histórico-dialético, mas exige esforços teóricos de imbricações e apropriação das consubstancialidades entre as categorias de classe, gênero, raça e sexualidade, por exemplo. Assunto que será aprofundado na subseção seguinte.

Dentro da sociedade capitalista a mão de obra barata e/ou escravizada sempre foi a mais cotada para render lucratividade. Enquanto a classe trabalhadora é entendida (pela classe dominante) como a massa de manobra passível de ser excluída, ela também é desumanizada. Ao passo que a classe trabalhadora é segregada para não se reconhecer como a produtora do lucro, ela é desumanizada para não se reconhecer no outro e, neste ponto, ela se encontra “distante” do (a) outro (a) corpo (a), ainda mais se a outra pessoa for LGBTQIAPN+. Nesse caso, o outro nem deve ser levado em consideração, mas abafado, silenciado, apagado.

⁴ Segundo Hernandez (2018) sobre a Teoria *King Kong* de Virginie Despentes (2016) “[...] os homens ainda se mostram indulgentes quando o tema é o machismo e muitos se fragilizam com os espaços de autonomia e poder conquistados pelas mulheres. Não obstante, Virginie propõe uma questão provocante dirigida aos homens, em particular aos pais, em que sugere que eles deveriam alertar seus filhos de que o Exército e o Estado são “armadilhas” de tradição machista, sendo a manutenção da virilidade uma mutilação das emoções e afetos. A imposição da brutalidade é sempre uma violência em si destinada aos homens.” (Hernandez, 2018, p. 639).

Ao lançar um olhar sobre a historicidade o método do materialismo histórico dialético requer olhar sobre os fenômenos que assolam a reprodução social e as relações sociais. Não são apenas as proposições identitárias que cabem nas pautas LGBTQIAPN+, mas com a unidade dessa população se construiu enquanto movimento e quais são as suas demandas frente as ofensivas capitalistas e neoliberais. Por exemplo, onde estão a maioria dos (as) corpos (as) de pessoas trans e travestis? Qual motivo da rede de saúde não focar sua atenção ao combate de infecções sexualmente transmissíveis na comunidade lésbica? O que faz com que pessoas transgêneras estejam na margem da sociedade?

Ao lançar o olhar para a totalidade dos fenômenos sociais, o método responde:

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade - e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (Netto, 2011, p. 57)

É nessa teia de totalidade que a população LGBTQIAPN+ se encontra, enquanto classe trabalhadora que precisa, através da organização coletiva e da luta no movimento social, ainda apresentar como pauta o direito de existir, de ser e estar social e politicamente. Analisar as contradições existentes no seu movimento dinâmico é recorrer a uma teoria concreta que preza pela cientificidade.

Para entender o conceito de identidade de gênero é necessário defender o seu sentido além da aparência corpórea. No entendimento de Jesus (2012, p.6) “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.” A contribuição da autora reafirma o posicionamento de Beauvoir (1967) que desde sua época entendia a construção de gênero, ainda que termos da contemporaneidade não estivessem presentes em sua época, porém, as autoras respeitam as possibilidades dos gêneros.

Entretanto, a Biologia e a Medicina com base em seus pressupostos fundamentados no padrão heterocisnormativo decidem, observando a genitália da pessoa que acabou de nascer, se esta é do sexo masculino ou feminino, sem levar em consideração o tempo necessário para o desabrochar da identidade de gênero, sem considerar os processos que o ser em si necessita

para se expressar. Este é um dos poderes do patriarcado, que normatiza corpos e um dos poderes da Ciência Moderna, que se apresenta com padrões de produção de conhecimento científico, tido como hegemônico, uma Ciência Androcêntrica⁵.

Adentrando às questões das identidades de gênero, nos termos de Bento (2008, p. 19) “A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros nos corpos [...]” Nesse sentido, existe uma distância entre o que é estabelecido pela norma e as proposições da transexualidade.

A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o masculino e o feminino. Ao mesmo tempo quebra a causalidade entre sexo/gênero/ desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) [...] (Bento, 2008, p. 21).

É importante salientar que ser transexual ultrapassa essa “experiência” descrita pela autora, é uma identidade de gênero que existe, **não apenas** que se provoca no corpo para experimentar, mas sim uma complexa teia de autodescoberta sobre a melhor forma de **ser**.

⁵ Nos termos de Sardenberg (2001), para algumas feministas, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico, pois a Ciência Moderna objetificou as mulheres, negou-lhes a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos interesses emancipatórios das mulheres. Consequentemente, a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna; consequentemente, produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas lutas. Ademais, as Feministas Radicais, através de suas críticas, defendem que as causas da opressão e subordinação das mulheres são estruturais e determinantes, e sua origem está na estrutura patriarcal da reprodução; suas críticas também atingem as chamadas “ciências duras” (*hard sciences*) ao expor a “ideologia científica” e, assim, questionar “[...] os próprios pressupostos de objetividade e neutralidade que subscrevem a empreitada científica” (KELLER, 1996, p.30); apontam a necessidade de se ver a ciência não apenas como um processo cognitivo, mas também como um produto social e, portanto, como um processo moldado pelos contextos sociais e políticos. Entretanto, a abordagem científica feminista radical, não endossa uma postura relativista ou do relativismo feminista (ou pós-moderno), por considerá-lo, tanto política como intelectualmente perigoso, uma vez que solapa as próprias assertivas feministas. Nem tampouco defendem, como as feministas socialistas, que a primazia dessa opressão-subordinação esteja na estrutura capitalista de produção, considerando o sexismo e a divisão sexual do trabalho de cada época histórica determinada pelo sistema econômico do período. Diante disso, compreendendo a necessidade de ampliação da teoria marxista bem como, compreendendo que o caminho teórico se faz ao caminhar, encarando todos os argumentos e críticas, defende-se que há consubstanciabilidades, imbricações entre estruturas histórica, social e culturalmente que recaem concomitantemente sobre determinadas pessoas, mas que tem raízes específicas, surgidas em momentos históricos diferentes da humanidade; defende-se que o padrão heterocisnormativo é anterior à estrutura capitalista e origina-se de estruturas, processos e mediações culturais interconectados às religiões, ao Poder do Pai e apagamento da Mãe que historicamente se faziam presentes em diversas culturas originárias; assunto que será aprofundado ainda nesta dissertação. Também compreendendo materialmente, que entre as demandas das pessoas LGBTQIAPN+ estão expressões de desemprego, pauperização, de exclusão das escolas, por exemplo que impossibilitam sua participação política e social de modo equitativo e/ou igualitário; mas também demandas de enfrentamento da homotransfobia que violenta corpos, demandas relacionadas ao ser humano e respeito à diversidade.

Ademais, reconhecer a vida de pessoas que estão externas ao movimento binário é compreender para defender as diferentes formas de relações sociais, principalmente, aquelas que se sobrepõe ao sexismo, ao patriarcado e ao capitalismo, as quais constantemente cobram pelo enfrentamento dos processos de alienação e da normatividade.

“A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” [...]” (Butler, 2018, p. 35).

Demonstrar esse caminho é vivenciar novos espaços, adentrar nas pautas dos feminismos, mas também ultrapassar as amarras binárias.

O enunciado “eu me sinto uma mulher”, proferido por uma mulher, ou “eu me sinto um homem”, dito por um homem, supõe que em nenhum dos casos essa afirmação é absurdamente redundante. [...] Essa conquista exige uma diferenciação em relação ao gênero oposto. Consequentemente, uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário [...] (Butler, 2018, p. 40-41).

Logo, pensar em identidade de gênero como essas possibilidades externas ao masculino e feminino é possível, para que tanto o movimento feminista, o movimento de trabalhadores quanto a população LGBTQIAPN+ estejam atrelados como uma luta unitária contra o patriarcado/heterocisnormatividade, o racismo, o capitalismo, respeitando as diversidades/singularidades de trabalhadoras (es) lançadas (os, es) a própria sorte, que não conseguem inserção em trabalhos formais, nem permanecer na escola sem sofrer violências, tirar os recursos para sua sobrevivência, muitas vezes, da prostituição, por exemplo.

O conceito de gênero, quer entendido como performance ou, de outro modo, como construção cultural, deveria ser suficiente para haver mulheres transexuais e travestis no feminismo – afinal, não se nasce mulher, torna-se mulher. A questão que me parece limitante é: quem pode se tornar mulher? Ora, se apenas corpos com vagina podem se tornar mulheres, não seria essa concepção uma essencialização de categorias tão marcadas pela cultura, pela história e pelas relações de poder como as mulheridades e as feminilidades? (Nascimento, 2021, p. 28)

Ao relacionar o campo teórico de gênero com outras relações de mulheridades, geram-se tensionamentos e questionamentos que necessitam ampliação teórica e apropriação de fenômenos sociais que buscam sair do silenciamento, na contemporaneidade. Nessa existência

de corpos (as) as relações de poder se fazem presentes e disputam epistemologicamente. No cotidiano da vida, objetiva espaços culturais, por exemplo, a vida de pessoas que estão fora das regras binárias de gênero definidas pela estrutura heterocisnormativa do patriarcalismo.

Aprofundando a apropriação teórica, outra questão a ser debatida é a sexualidade, aqui também considerada histórica, social e culturalmente situada, desde os primórdios da humanidade, pelo padrão da heterossexualidade (relações sexuais e/ou afetivas entre gêneros opostos), mas que também abrange diferentes sexualidades.

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. [...] Nas relações de poder, a sexualidade não é um elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (Foucault, 1999, p. 98).

Captar a ideia de que a sexualidade pode estabelecer relação de força e poder para dominar socialmente liga-se com a existência de grupos majoritários que historicamente criam estratégias para deturpar outras formas de amor e subversão. Ao longo dos séculos existiram grupos que impuseram não somente como deveriam ser as práticas sexuais, como também, quais são as *performances* sociais oriundas e aceitas.

Existem sociedades⁶ que foram constituídas por práticas homossexuais, por exemplo, porém, com a dominação do conservadorismo dentro de uma bolha do cristianismo isso passou a ser abafado e retirado da normalidade. Segundo Foucault (1999) durante o século XVIII existiu uma aliança legítima para regulamentar as práticas sexuais que deveriam se encaixar dentro do que era lícito, até mesmo para cônjuges que possuíam regras matrimoniais, romper com essas normas era o mesmo que aceitar condenações.

Foucault (1999) ainda direciona seu estudo para o que chamou de sexualidades periféricas as quais incomodavam uma vez que eram consideradas perversões sexuais. Para resolver o que era tido como socialmente problemático começou a existir um sistema de repressão a essas novas práticas e quem fosse desviante da norma deveriam se submeterem às determinações biológicas, morais e religiosas, ou seja, na sociedade o sexo deve ocorrer desde que ela ocorra entre o masculino e feminino.

⁶ Na sociedade da Grécia antiga as mulheres eram postas na posição de reprodução social, tidas como intelectual, física e emocionalmente inferiores, enquanto as práticas homossexuais eram postas como comuns e pedagógicas, por exemplo: em Esparta os casais amantes entre homens eram incentivados como treinamento militar, em Tebas existia uma tropa de elite composta apenas por casais homossexuais, em Atenas as relações também eram consideradas como privilegiadas (Corino, 2006).

Tais fatores oprimem, tudo que não é heterossexual, em termos de norma: não se deve existir sexo entre pessoas do mesmo gênero, homens não podem trocar afetividade, mulheres não podem formar casais entre si (aqui implica uma exceção: desde que sejam para satisfazer figuras masculinas), pessoas que gostam de outras de vários gêneros são impostas às violências através do estupro corretivo, não se pode expressão explicitamente que você é homossexual, entre outras regras.

“A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico jurídica” (Butler, 2018, p. 37). Tal afirmação reforça que na sociedade existem poderes que regulamentam as sexualidades.

Desse modo existe um padrão cultural conservador que deve ser exclusivamente heterossexual, inclusive refletido nas ciências médicas, nas leis, nas estruturas do Estado, enfim, em toda a sociedade. Uma vez que existem leis naturais, sociais, baseadas em ciências que empurram outras sexualidades para o campo de doença física e mental, amparado por um sistema que historicamente modelou a heterocisnormatividade. Desde o medievo os pensadores cristãos relacionavam o ato sexual com algo negativo (um mal necessário para reprodução), logo, qualquer prática sem caráter de procriação era vista como um pecado (Celestino, 2020), principalmente as práticas homossexuais.

[...] A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2018, p. 41-42).

Quando a autora acima se refere às questões de sexo, gênero, desejo, sexualidade demonstra que existe um laço mais íntimo do que se pensa e no qual é colocado apenas soluções entre o masculino e o feminino sem considerar a existência de outras formas de vida. A consolidação de outras referências na sociedade representa um desvio a ser combatido e nesse sentido também se deve promulgar o medo sobre o tema.

Quanto “A homossexualidade era descrita como expressão do mal, demonizada, uma prática pecaminosa e antinatural, portanto, reprovável. [...]” (Oliveira, 2017, p. 128). Ao observar a sexualidade como também estrutura impositiva, olha-se para uma estrutura de exclusão social que também exprime preconceitos, dominação, opressão.

Esse “desvio” cultural, social e sexual não deve fazer parte do que é tido como regra dentro das *performances* sexuais. Nesse momento, determinados governos conservadores coadunam-se aos interesses religiosos, culturais e sociais, uma vez que seguindo as normas cristãs, conservadoras e coloniais a homossexualidade é considerada fora do padrão de dominação heterocispatriarcal.

Nesse momento a luta do movimento social LGBTQIAPN+ ainda é pelo direito à dignidade humana, pelo direito de ser e existir, tendo respeitada a sua diversidade sexual, seja no âmbito normativo-jurídico, na garantia de acesso a direitos sociais, mas também de suas famílias que conquistou, a duras penas, espaços para transformação de legislações no campo de direitos sociais. Por outro lado, a armadilha é surge dos ambientes familiares uma vez que essas deveriam abraçar a diversidade sexual⁷ da forma que ela existe.

Abranger os debates devem fazer parte para compreender a complexidade que existe apenas nessa particularidade da sexualidade. Os pontos de partida não se encerram com o que está estudado pela academia, tão pouco, pelas políticas sociais que são executadas pelo Estado, a luta pela diversidade sexual coloca o sistema em xeque, evidenciando que existem outras formas de expressão da sexualidade, são nesses momentos que as rachaduras no sistema/ sistema são criadas.

Acrescido a essa estruturação existe o racismo no Brasil, o qual apresenta um passado/presente escravocrata que exclui, desumaniza, domina e oprime pessoas negras, constituindo assim outros processos na complexidade social no país.

Segundo Oliveira (2017) ao pensar na homossexualidade é a imagem de casais cis brancos, mas não na afetividade entre bichas⁸ negras (pardas ou pretas); portanto, existem lutas que abrangem o circuito de sexualidade e adentram em nós estruturantes.

Esses mesmos rapazes recusam a companhia de sujeitos homossexuais que expressem condutas afeminadas, de viado, de bicha mesmo, reproduzindo em partes a conduta opressora da qual são vítimas. A pressão que recai sobre eles para que modifiquem a forma de se vestir, de cortar e arrumar os cabelos, de falar e de gesticular e, assim, estabelecer uma distância da imagem do suposto criminoso é similar à que exercem sobre os negros gays afeminados de quem

⁷ “Chamamos de diversidade sexual as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade” (Bahia, 2018, p. 6).

⁸ Uma atenção especial para os termos “bicha”, “sapatão” e “viado”, entre outros, devem ser usados como linguagem comunicativa dentro da população LGBTQIAPN+, como dispositivos linguísticos de reconhecimento entre comunidades que se vem enquanto iguais. Tais termos nos parâmetros da sociedade heterocisnormativa deve ser abandonada por não existir legitimidade, muito menos quando utilizados com objetivos discriminatórios e violentos.

cobram atitudes viris, mais adequadas para alguém do gênero masculino e da raça negra (Oliveira, 2017, p. 97).

De acordo com a autora existe também um emaranhado que envolve a questão racial, ainda se acrescenta uma postura elitista perante as sexualidades exercidas nas periferias, aquelas não distantes das quais Foucault (1999) havia destacado. Sendo assim, evidencia-se preconceitos e processo de discriminação raciais, elitistas, rivalidade feminina etc., dentro da própria população LGBTQIAPN+, comprovando as contradições existentes.

1.3 A produção do conhecimento no viés de classe, gênero/ sexualidade, raça/etnia: implicações teóricas e metodológicas

Quais as implicações para as pesquisas que se propõem a produzir conhecimento científico a partir de uma abordagem que permita considerar estruturas do capitalismo, patriarcalismo/heterocisnormatividade e do racismo, enquanto formas de exploração, dominação e opressão que recaem singularmente sobre sujeitos historicamente excluídos da sociedade, no caso desta pesquisa a população LGBTQIAPN+?

Compreende-se que, necessariamente, haverá de encarar os debates sobre interseccionalidade, relações sociais, consubstancialidade e imbricações, além é claro das expressões da questão social como o desemprego, a pobreza.

Um dos caminhos possíveis é a interseccionalidade, defendido por feministas pós-colonialistas, movimento que ganhou mais força a partir das teóricas dos Estados Unidos e que concentram seus esforços em um debate mais centrado na raça e gênero, apresentando críticas às teorias feministas produzidas por mulheres brancas.

Uma destas autoras é Crenshaw (2002, p.8) em suas reflexões escreveu que é necessário identificar os mecanismos que afetam discriminações de raça e de gênero para assim abarcar mulheres negras. Para Akotirene (2019),

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos

trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes [...] (Akotirene, 2019, p. 28).

Para estas autoras, interseccionar é uma maneira de situar as questões raciais e demarcar o reconhecimento de outras demandas que possam existir entre as diferentes teóricas do movimento feminista. Observando que as consequências coloniais são as forças para que o racismo continue se perpetuando no cotidiano.

Na sua pesquisa Crenshaw (2002) ressaltou que a legislação nem sempre observará as marcas deixadas pelos preconceitos de gênero e raça, portanto, é necessário pontuar que existem diferenças dentro das diferenças, uma vez que as experiências interseccionais convergem entre si em pontos.

“[...] Tal abordagem omitiria as formas em que uma categoria social marca, afeta e altera os significados de outra. Em outras palavras, omitiria-se como gênero pode ser racializado, como raça pode estar sexualizada, a classe generificada, geração/idade sexualizadas, etc [...]” (Henning, 2015, p. 115).

Essa afirmação coloca um ponto de uma abordagem da branquitude⁹ invisibiliza as tecituras que a raça provoca a partir de outras vivências. Assim como Saffioti (1991) destacou sobre os pontos de observação de mulheres as quais vivenciam experiências de vida diferente da masculina, aqui o mesmo se encaixa para mulheres negras, uma vez que seus pontos de observação as colocam em uma proximidade com movimento situado/posicionado a partir de suas experiências de vida.

Tanto o racismo quanto o sexismo são categorias plurais e assim devem ser tratadas, o que faz da interseccionalidade uma ferramenta fundamental nesse processo, já que um estudo pode apresentar falhas quando desconsidera os múltiplos fatores que envolvem o objeto investigado, em especial nos estudos de gênero e relações raciais. (Oliveira, 2017, p. 85).

Logo, para as autoras, a interseccionalidade possibilitaria investigar múltiplas questões que envolvem, principalmente, pessoas racializadas não brancas. Existe um produto de

⁹ “[...] a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade [...]” (Schucman, 2012, p. 23). Em uma outra visão mais ampla sobre a construção dos pactos de dominação do termo: Sempre os entendi como acordos tácitos, como pactos não verbalizados, não formalizados. Pactos feitos para se manter em situação de privilégio, higienizados da usurpação que os constituiu. E que se estruturam nas relações de dominação que podem ser de classe, de gênero, de raça e etnia e de identidade de gênero, dentre outras (Bento, 2022, p. 89).

estereótipo provocado pela intersecção que determinam se uma mulher será considerada boa, gentil ou radical e má (Crenshaw, 2002).

Demarcando que as feministas da interseccionalidade, falam de uma visão de mundo decolonial, Kergoat (2010) apresenta as seguintes críticas:

A multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente “posições” ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação. Os estudos pós-coloniais e o feminismo negro tiveram de fato o mérito de desconstruir o pseudo universalismo das grandes teorias, de apresentar o problema da heterogeneidade do grupo das mulheres e também de colocar radicalmente em questão as noções de solidariedade e fraternidade. (Kergoat, 2010, p. 88)

Ademais, o cruzamento das categorias de raça/gênero/classe não é novidade na tradição francesa. Fundamentadas na perspectiva materialista histórica e dialética, as feministas francesas, como por exemplo Kergoat (2010), partem do debate sobre o que é uma relação social. No entendimento da autora, trata-se de uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa. Assim, toda relação social é uma relação conflituosa; uma relação de produção material e ideal.

Consequentemente, a autora explica que as relações sociais são **consubstanciais** (unidade de substância), isso significa que elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. A diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas.

Mas as relações sociais são também **coextensivas**, ou seja, ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente. E a autora continua explicando as propriedades da realidade social enquanto níveis. Quais sejam:

- 1) **Nível das relações intersubjetivas** – são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem;
- 2) **Nível das relações sociais** (de classe, de sexo, de raça) – são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa.

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a

situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão. Se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais. Assim, o que pode de fato questionar as relações sociais são as práticas sociais coletivas.

Tais entrecruzamentos de desigualdades foram antes objeto de alusões que de profundas análises: nesses estudos, classe e raça eram associadas, mas sem que para tanto fosse preciso dar centralidade a tal imbricação. Assim, apesar das promissoras teorizações marxistas dos anos de 1980, poucos estudos dedicaram-se, em termos de relações de gênero, às práticas de mulheres das classes populares, enquanto metodologicamente, a família permaneceu (e ainda permanece) associada àquelas das classes médias e altas, sendo evidente que as configurações familiares não são da mesma ordem para uma mulher da burguesia e para uma mulher da classe popular (Kergoat, 2010, p. 96).

As disputas referentes às relações sociais de sexo são “[...] formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva” (Kergoat, 2010, p. 99). Enquanto conceito analítico, a divisão sexual do trabalho é elaborada pelas feministas como expressão material das relações sociais de sexo e um desdobramento crítico da generalidade da categoria “divisão social do trabalho”, que, ao partir de um modelo assexuado e de um sujeito masculino universal (Hirata; Zarifian, 2003), não oportunizava compreender a opressão específica vivenciada coletivamente pelas mulheres. São realizados pelas mulheres, quase de forma exclusiva, de forma gratuita, “[...] uma enorme massa de trabalho [...] invisível [...] feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (Kergoat, 2009, p. 68), incluindo nesse conjunto o trabalho doméstico, parental, e todas as esferas de cuidado e responsabilidades pelas pessoas.

Kergoat (2010) destacou um ponto de análise traçado a partir das relações de mulheres trabalhadoras.

Essa origem de classe (classe sexual, classe social, classe étnica) é determinante na compreensão da gênese e do desenvolvimento desses conflitos. Em particular, tem como consequência a percepção da “raça” como uma possível modalidade de experiência de classe, pois, ao trazer a experiência e o sujeito para o centro das análises, permite a passagem do problema da dominação pura para o problema das resistências, da revolta e da emergência dos movimentos sociais. Tais trabalho anglófonos não trazem uma novidade radical, no entanto; eles apenas abrem a possibilidade de

atualização e visibilidade para teorias e conceitos que se encontravam marginalizados no campo acadêmico e, dessa forma, o enriquecimento dos estudos feministas (Kergoat, 2010, p. 97).

“A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado.” (Saffioti, 2004, p. 37), logo ao utilizar as questões de gênero deve-se entender que esta categoria acompanha também outras desigualdades tão excludentes quanto. Nestes termos Kergoat (2010) situa que a consubstancialidade é a teoria que atrela o nó entre aqueles debates referendados por Saffioti (2004).

Ratificando essa perspectiva, Saffiotti (2009) expõe que:

[...] é possível para fins analíticos, isolar uma ou duas contradições. Todavia, o estudo só estará completo com a reposição da(s) contradição(ões) no nó, isto é, na unidade maior e fundante da vida social tal como é vivida por cada um e por todos. O nó goza de extrema relevância, porque é, sobretudo ele, regido por uma lógica contraditória plena de contraditoriedade. Sua natureza não pode ser mais simples do que a contraditoriedade contraditória. Há uma potenciação da contradição quer no nó, quer na lógica que permite captá-lo. [...] as contradições não cessam de aparecer. Isto tem repercussões em todos os processos sociais, assim como nas identidades das diferentes tribos. [...] Atualmente, este tipo de abordagem [trabalhar apenas o masculino e o feminino] não é satisfatório, não raro ocorrendo reclamações de que ignora as homossexualidades masculina e feminina, assim como a bissexualidade de homens e mulheres, como também transexuais e travestis (Saffiotti, 2009, p.10).

Consequentemente, na particularidade do objeto de pesquisa desta dissertação, os olhares recaem diretamente sobre o controle da sexualidade e da função reprodutiva, mas também, acredita-se que para encontrar formas de resistências há que se retirar do silenciamento, inclusive da produção do conhecimento científico, de modo a abarcar todas as formas de sexualidade e de mulheridades, ou seja, adentra-se inclusive no âmbito das relações intersubjetivas, para alcançar demandas singulares da população LGBTQIAPN+ dado que no âmbito social não atacadas por expressões de preconceito, discriminação e opressão.

Sobre o tema da sexualidade, as perguntas que Saffiotti (2009) apresenta são: será que existem tantos sexos correspondendo a esses cinco gêneros? Há cinco sexos? Ou há somente dois: o feminino e o masculino?

Primeiramente, é preciso entender a relação entre sexo e gênero. A literatura das (os) feministas do essencialismo social esqueceu-se do sexo, defendendo a construção social de qualquer gênero. Embora haja, de fato, esta construção,

o porto seguro do gênero sempre foi e é o sexo. Isto não impede a socialização de um macho como mulher e a de uma fêmea como homem. O que obnubila a inteligência dos que negam o corpo certamente é o incontável número de mediações sociais entre sexo e gênero. Não se está, aqui, defendendo a dualidade sexo/gênero, pois já se provou o quão falaciosa e esquemática pode ser a razão dualista. É preciso pensar que o ser humano é uma unidade de corpo e psique ou corpo e alma. Caminha neste sentido a defesa da existência do corpo, ou seja, do sexo como fundamento do gênero. [...] Pode-se perfeitamente admitir e constatar esta diversidade sexual do ser humano reconhecendo a existência, no fundo, de apenas dois sexos para cinco gêneros. Obviamente, não é qualquer pessoa que tem recursos intelectuais e emocionais para a aceitabilidade destas diferentes modalidades do exercício da sexualidade, sobretudo quando o sexo não acompanha a identificação com outro gênero. Esta diversidade ainda não integra o inconsciente coletivo a ponto de constituir fato normal. Mas isto será uma questão de tempo e de divulgação dos achados científicos. O que urge construir é uma bioética capaz de transformar o ordenamento jurídico da nação, de modo a contemplar a riqueza performática da sexualidade. [...] Homens e mulheres são da ordem do irrepresentável na instância da essência, mas não no da existência. E quando se fala em social e cultural o enunciador situa-se na instância da história, portanto, da existência. [...] Todavia, convém lembrar que nada garante resposta alguma, permanecendo-se na instância da existência e muito menos na da essência (Saffiotti, 2009, p. 12-14)

Para efeitos de análise, Saffiotti (2009) acrescenta que não se pode esquecer que, apesar dos avanços, continua vigente a dominação-exploração da categoria social mulheres pela categoria social homens. Somente na existência sociocultural e política pode-se observar a constituição do UNIVERSAL EU e do SECUNDÁRIO OUTRO, no caso, OUTRA. O que se busca é a desconstrução ontológica dos sexos na ordem patriarcal do gênero, ou seja, na estrutura sociocultural e política dualista, na qual a categoria social mulheres depende de autorização da categoria social homens para ter suas transgressões aceitas, institucionalizadas, ou seja, para conquistar sua autonomia.

Na diversidade sexual demonstrada, tudo indica a repetição da dualidade homens = EU – mulher = OUTRA. E é nesta instância que se deve trabalhar, a fim de desconstruir o sistema dual. Patriarcas, de um lado, e obedientes, de outro, não podem ser encontrados senão na interação entre duas pessoas. Consequentemente, é nesta ordem falo-logo-cêntrica que se deve travar a batalha da desconstrução da ordem patriarcal de gênero. Mais uma vez, fica patente a necessidade de se trabalhar para obter conversores de gênero e não conversores de sexo. Estes causam uma profunda inquietação e preocupação na medida em que as transformações se passam no corpo e não na conduta. É no cenário performático que a justiça social exige o fim do patriarcado, da ordem patriarcal de gênero. [...] Ainda que o ser humano seja uma totalidade una, para fins de análise é importante mostrar exatamente onde atuam os conversores de sexo e onde atuam os conversores de gênero. Aqui, cabe lembrar Bourdieu (1998) e a por ele reiterada dificuldade de se mudarem os *habitus*. Estas duas formas de educação podem transformar *habitus* arraigados

em práxis cotidiana. [...] Eis por que a educação livre da ordem patriarcal de gênero poderá restabelecer a ordem democrática de gênero, isto é, gerar uma ordem social com gêneros não hierarquizados (Saffiotti, 2009, p. 22-23, grifos do original).

No âmbito da universalidade, o que precisa ser **desconstruído** é o patriarcado, por isso, há necessidade de pensar e agir com essa intencionalidade. Para tanto, fazem-se necessárias novas condições socioculturais e políticas que permitam a atualização do feminino singular, sujeito por excelência da desconstrução da ordem falo-logo-cêntrica. Tal luta, obviamente, tem lugar na ordem patriarcal de gênero, por meio da adoção de uma matriz alternativa de inteligibilidade cultural do gênero. Onde o conceito de sujeito múltiplo, abre caminho para esta realização. Há também a possibilidade de considerar que homens possam aderir à crítica da razão fálica. Saffiotti (2009), ainda sugere um esforço metodológico para a produção de conhecimentos enquanto alternativa para a ciência falo-logo-cêntrica:

- 1) Manter uma preocupação permanente de desvelar a ubiquidade do gênero;
- 2) Que seja um desafio constante à objetividade concebida como separada da subjetividade e a negação do caráter não científico da experiência [...];
- 3) Manutenção de uma profunda preocupação com a ética profissional;
- 4) Partir de uma premissa básica de que todo conhecimento é socialmente construído;
- 5) Ter presente no espírito uma crença-constatação de que a ideologia dominante é a ideologia da classe/raça-etnia/categoria de gênero dominante;
- 6) Manter uma convicção de que a perspectiva feminina é distinta da masculina, na medida em que mulheres e homens ocupam posições diferenciadas na sociedade, da mesma maneira como há ópticas de classe e de grupos étnico-raciais;
- 7) Ter presente uma veemente negação das ontologias dualistas subjacentes a praticamente todo o pensamento ocidental e não apenas à ciência. (Saffiotti, 2009, p. 25-26)

Garcia (2022) ratifica que a consubstancialidade possui premissas básicas a sua existência: que a centralidade do seu debate não está na segregação dos conceitos de gênero, classe e raça, mas como afetam as relações sociais em conjunto, que são questões de conteúdo histórico e não isolados, por fim, que são princípio invariáveis com uma complexa compreensão destacados na divisão social e sexual do trabalho, por exemplo.

A ratificação também acontece sob o olhar de Cisne e Santos (2014) a consubstancialidade-coexistividade não é sobre citar tudo, mas sim uma compreensão social que aloca o olhar social sobre as relações existentes, que por sinal, perduram na raiz da formação sócio-histórica brasileira. As autoras contribuem também que a interseccionalidade

tende a ter um olhar mais geométrico que se distancia da totalidade. Elas ainda acrescentam a sexualidade como um ponto que é importante para a estrutura social e que na classe trabalhadora existem sexos, sexualidades e raças.

Diante disso, sugere-se que as diferenças centrais entre o uso da interseccionalidade e da consubstancialidade consistem, primeiro, (i) nas posições metateóricas que a pesquisadora e o pesquisador consideram assumir e, segundo, como consequência direta dessas posições, (ii) a abrangência requerida pelos fenômenos atuantes em determinado contexto de análise. A escolha por uma perspectiva analítica não acontece de forma deslocada das correntes teóricas na qual foi pensada, com a qual compartilha pressupostos ontológicos e epistemológicos. Ao mesmo tempo, diferentes contextos sociais requerem dos pensadores diferentes perspectivas analíticas, sendo capazes de capturar os fenômenos sociais ali presentes em sua maior abrangência e complexidade [...] (Garcia, 2022, p. 123-124).

Para combater esses valores hegemônicos que suprimem e alienam o “ser” existem os movimentos sociais e assim como o feminismo a luta da população LGBTQIAPN+¹⁰ vão no caminho contrário do que está posto pelo sentido sócio-histórico e político de suas existências que apresentam como confluência superação das dominações, opressões e explorações (Cisne; Santos, 2014).

A luta dos movimentos LGBTQIAPN+ causam não somente abalos nas estruturas heterocisnormativas ao questionar normas e legitimar liberdades de corpos (as), mas também na organização do Estado. A responsabilização do Estado tem sido cobrada desde o surgimento do movimento para garantir direitos igualitários, levando em consideração as diferentes demandas, como por exemplo: adoção e casamento por pessoas do mesmo gênero, plano de saúde familiar destas formas familiares, processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), retificação de nome e gênero, entre outros.

Destaca-se a importância de tão temática uma vez que no Brasil a sua aplicabilidade é nítida onde o escravismo, patriarcalismo/ heterocisnormatividade são estruturas que perduram na sociedade capitalista (Moraes, 2022).

Ratifica-se, portanto, do ponto de vista do objeto desta pesquisa, a questão é não perder de vista que o real antagonismo é contra as estruturas: patriarcal, a qual abanca a heterocisnormatividade para controle da sexualidade; racista, capitalista. As quais, na

¹⁰ “Do ponto de vista da organização dos espaços políticos, identificamos dois marcos fundamentais nas últimas décadas: 1) a criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (ABGLT) em 1995 e 2) a criação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em 2003. Essas entidades, de âmbito nacional, articulam associações e grupos situados em nível local e são referências na estruturação do movimento LGBT brasileiro.” (Cisne; Santos, 2014, p. 164)

contemporaneidade e atual conjuntura são reforçadas por culturas conservadoras, manipuladas e intensificadas por discursos/práticas que alimentam o ódio e o fascismo, que agudizam fundamentalismos religiosos da ordem do “Pai Sagrado”, através, principalmente, de igrejas neopentecostais.

Também não se pode perder de vista de quem são as (os, es) sujeitos políticos presentes nestas relações antagônicas. São mulheres/homens brancas, mulheres/homens não brancas, mulheres/homens heterossexuais, mulheres/homens homossexuais, mulheres que menstruam, mulheres que não menstruam unidas a partir com um agir político coerente para enfrentamento do que hierarquiza seres humanos, retirando-lhe a dignidade humana, atacando sua integridade, seja nas expressões da violência e do extermínio da vida de pessoas LGBTQIAPN+, seja na sua expulsão do trabalho formal, da escola, da igreja, da família, da política, das políticas públicas etc. Precisa-se avançar para a compreensão de que somos SERES HUMANOS.

Metodologicamente, não podemos perder de vista a dimensão da universalidade, da totalidade, da unicidade. Consequentemente, enquanto produção do conhecimento científico, é possível partir da imediatez das relações intersubjetivas, mas em coerência com o método, é necessário não perder de vista a sociedade enquanto totalidade orgânica, avançar e adentrar na particularidade e universalidade do fenômeno pesquisado, estabelecendo uma aproximação com a totalidade, a contradição, apontando caminhos para a práxis social.

Ademais, considerando que aqui se trata de uma dissertação de mestrado, produzida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, faz-se necessário adentrar no conceito de expressões da questão social, enquanto objeto do Serviço Social. Para tanto, as teóricas da decolonialidade, a partir de suas críticas ao conceito de questão social, podem contribuir para ampliação teórica de modo a abarcarmos as expressões das questões que se originam em estruturas como o patriarcalismo/heterocisnormatividade, racismo/etnia, além das análises do marxismo enviesado presente das produções brasileiras¹¹.

Santos (2018) questiona que o termo “questão social” é oriundo de uma fonte eurocêntrica, uma vez que no Brasil o processo de industrialização foi tardio e que abarca outras questões de dominação e opressão.

Assim, passa-se não a negar, mas sim a reivindicar a necessária ampliação teórica e histórica do conceito, uma vez que não é possível pensar a Questão Social sem pensar na *Questão Colonial*, e que tal não é somente uma etapa da formação econômica, política e social da América Latina; mas sim é um

¹¹ Tornar o pensamento ou o sujeito pensante transparente ou invisível parece, por contraste, obscurecer intencionalmente o reconhecimento implacável do Outro (Spivak, 2010). Esse raciocínio remete às produções europeias pós-coloniais, que costumam ser consideradas as mais consolidadas e reconhecidas no campo teórico.

processo de constante dominação, um constante processo de *colonialidade* marcado por dominações, explorações, contradições e conflitos que seguem latentes na sociedade atual [...] (Santos, 2018, p. 47, grifos do original).

A partir de uma visão decolonial Santos (2018) sustenta uma demanda do Serviço Social de ampliar a visão a partir da “nossa questão social” vinculada a “questão colonial”, uma vez que esta é marcada por contradições, explorações, conflitos e antagonismos que estão vinculados ao processo de colonização do Brasil, logo, um aprofundamento teórico engendrado e sustentado pelas dominações raciais e do patriarcado em conjunto com a estrutura capitalista.

2 Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e em Sergipe: tensões e disputas

2.1 Movimentos Sociais no campo teórico

A mobilização social através dos movimentos sociais questiona a ordem pública do que está posto como dominação-opressão-exploração e se posiciona de forma veementemente desejando participação inclusiva na construção da cidadania. Ao questionar sobre normas institucionalizadas, contra a alienação, seguir contracorrente das formas de exploração, dominação, opressão, caminhar nas margens da sociedade para combater pautas que atingem grupos vulnerabilizados e/ou demandas específicas os movimentos sociais fazem parte da transformação/mudanças societárias.

“Os movimentos sociais movem a sociedade dando-lhe um novo modelo cultural alternativo e uma ordem moral que contribui para institucionalizá-los, nessa sequência [...]” (Eder, 2002, p. 190). Tais manifestações sociais buscam por desenvolvimentos divergentes à ordem imposta pelas classes dominantes. Para Eder (2002) o movimento social está intrinsecamente ligado que luta contra padrões normativos utilizados pelas elites modernizadoras uma vez que existem interpretações contrárias quanto uma ordem moral.

O avanço e transformação da história se deu através de tensões provocadas, principalmente, pelas classes subalternizadas em contrário a uma sistemática que domina e oprime pessoas. A modificação surge através de coletividade e reclama por modificações sociais, políticas e culturais.

O combate dos processos desumanizadores é urgente, porém, para tal, existe uma necessidade de tomada de consciência seja da reação revolucionária e/ ou transformadora da sociedade. É através da luta que se conquista novas formas de vivência, direitos, bem como novos valores societários. Para Montañó e Duriguetto (2010) é impossível separar a consciência de classe da luta de classes, sendo essa uma luta que supera as demandas pontuais de conflitos específicos.

Defender os interesses das classes subalternizadas é a garantia de liberdade para todas as pessoas que passam pela exploração e assim se estende para os processos de dominação e opressão uma vez que se opõe à desumanização, portanto, a organização social se constitui como um objetivo em comum. Por outro lado, existem limitações que devem ser pontuadas, uma vez que não se trata apenas de classes sociais, como também estão atreladas por questões de gênero, raça e sexualidade.

Assim, os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte-americana como fruto de tensões sociais. A idéia da anomia social estava muito presente, assim como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram pré-condições importantes para a emergência dos movimentos sociais [...] (Gohn, 1997, p. 24)

As primeiras análises sobre os movimentos sociais estavam intrinsicamente ligadas ao sentido psicológico das pautas identitárias de forma individual. Entretanto, a compreensão evoluiu para abarcar o sentido coletivo, criando mecanismos voltados à construção de uma nova ordem social.

O pensar sobre os movimentos sociais foi se desenvolvendo a partir de teorias as quais foram divididas entre: Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Quanto a primeira corrente Gohn destacou:

Eram todos movimentos liderados pelas camadas medias da população, em que se destacavam, por um lado, a diversidade de temas e problemáticas e o tratamento de algumas organizações como movimentos sociais. Por outro lado, aqueles movimentos de fato promoveram campanhas nacionais e utilizaram as técnicas mais avançadas disponíveis - em termos de equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, obtenção de recursos financeiros. Estratégias isoladas de mobilização de recursos foram profissionalizadas [...] (Gohn, 1997, p. 54)

Ao analisar as demandas específicas, era necessário captar recursos para o funcionamento objetivo, pois seus impactos seriam limitados sem a organização de campanhas para angariar fundos econômicos. Essa primeira corrente de análise dos movimentos sociais considerava a importância da utilização de finanças e do auxílio de recursos humanos para realizar suas mobilizações (Silva, 2018). Dessa forma, a prioridade central para o início desses movimentos era justamente o financiamento. Ora, uma vez que existe a necessidade de realizar mobilizações a prioridade central para dar início a esses movimentos seriam justamente o financiamento.

Contudo, essa visão apresenta uma problemática: a Teoria da Mobilização de Recursos, além de invisibilizar as lutas e os objetivos de muitos grupos considerados minoritários, exclui da análise política a problemática das relações entre as classes sociais, o sistema de dominação e a reprodução do capital e da força de trabalho. É importante destacar os pontos chave dessa

teoria e levantar seus contrapontos, que podem trazer uma leitura unilateral e, assim, abandonar a prioridade dos movimentos.

A segunda teoria abordada sobre os movimentos sociais se chama Teoria do Processo Político e surgiu durante a contemporaneidade e tende a pensar conjunturas políticas as quais os movimentos estão organizados, a depender de como estejam as estruturas políticas elas podem ser mais favoráveis ou menos favoráveis aos seus objetivos.

Para Silva (2018) existem cenários políticos que podem contribuir com o movimento ou prejudicar a depender dos elementos operacionais chamadas de Estruturas de Oportunidades Políticas que estão postas além das questões socioeconômicas. Lembra-se aqui como o Estado é um dos importantes atores no campo das disputas uma vez que a sua presença pode ir em desencontro com as ações dos movimentos e colocar suas instituições a favor da classe hegemônica, exemplo disso são as ditaduras as quais o autoritarismo criminaliza a coletividade.

É necessário observar o movimento social sob essa perspectiva política por duas razões: primeiro, porque supera o campo político limitado às candidaturas no sistema eleitoral; segundo, porque demonstra um impacto na vida social de seus participantes como figuras políticas e das populações que são a razão para subverter a ordem.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais está ligada ao que existe de mais recente na leitura dos movimentos. O seu surgimento é oriundo dos anos de 1970 onde surgiram novas organizações coletivas que se levantaram não somente contra as classes sociais exploratórias, mas principalmente por um olhar que vai oposto à cultura da dominação e opressão dos preconceitos.

Os chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS), que surgem principalmente em meados do século XX, têm por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como *alternativas* aos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas) (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 248, grifo dos autores).

Nesse sentido as organizações dos Novos Movimentos Sociais estão interligadas como novas vias e caminhos para atrair novos grupos vulnerabilizados que passam por dominações não somente de classes como também de gênero, raça e sexualidade, além de outras formas de exclusão social.

De acordo com Silva (2018) durante e após os anos de 1970 surgiram problemáticas evidentes das quais os debates reivindicatórios da classe trabalhadora “não conseguia alcançar”,

acrescenta-se a urgência em cooptação de novas participações de outras camadas da população. Perpassar que sujeitas (os, es) estejam nos novos movimentos sociais é abarcar novas formas de transformação uma vez que estão atrelados a um cruzamento único entre as dominações existentes.

[...] Os fundamentos da ordem moral são agora necessidades e vontades coletivas. Surge uma nova sociedade, na qual se desenvolvem movimentos sociais que tentam se opor aos que administram essas necessidades e vontades defendendo, ao mesmo tempo, as “suas” necessidades. Esses movimentos são caracterizados por um desenvolvimento social com uma orientação cultural diferente; por um novo tipo de relação social antagônica entre a tecnocracia e seus clientes; e por uma nova identidade coletiva que atravessa as linhas tradicionais e que, em última instância, são baseados numa consideração igual de cada particularidade. Portanto, os movimentos que surgem hoje podem ser vistos como os sucessores dos velhos movimentos ligados a uma sociedade anterior. Nesse sentido, eles podem ser chamados de “novos movimentos sociais” (Eder, 2002, p. 193).

É possível concluir da citação anterior que o autor realiza uma abordagem quanto as dinâmicas sociais contemporâneas e o quanto isso gera implicações para os movimentos sociais. As necessidades e demandas coletivas implicam em uma mudança significativa na base da organização social a qual anteriormente estava centrada em valores individuais e com o passar do tempo a transformação passou a integralizar os interesses coletivos com consciência social. Com a compreensão dos novos movimentos sociais surge uma tensão entre as estruturas organizacionais e as demandas específicas dos movimentos emergentes contra a dominação.

Para Eder (2002) os novos movimentos sociais apresentam características importantes: o desenvolvimento social com uma orientação cultural diferente daquela imposta pelas classes dominantes, realiza isso enquanto uma forma de ruptura com o que foi estabelecido, além de buscar novas formas de organização e expressão social. Um segundo aspecto importante se refere à tecnocracia dos grupos que detém o controle técnico e administrativo da sociedade, ou seja, uma relação antagônica entre o poder institucionalizado e as demandas da sociedade. Por fim, é construída uma nova identidade coletiva que ultrapassa as divisões da tradição a fim de transformação social.

Eder (2002) sugere que os novos movimentos sociais podem ser vistos como sucessores dos antigos movimentos, ligados a uma sociedade com uma conjuntura anterior. Em outras palavras, os novos movimentos sociais são uma continuação das lutas passadas, adaptadas às novas realidades e desafios da sociedade contemporânea. Eles herdam e transformam as

tradições de resistência e de busca por justiça social, moldando-as para responder às demandas e necessidades do momento presente.

Ao analisar os diversos movimentos sociais no Brasil a historicidade aponta que foram as condições emergentes das ditaduras na América Latina e no Brasil que impulsionaram essas reformas sociais para que os coletivos se organizassem com mais potencial.

Foi durante a crise do “milagre econômico” que a classe trabalhadora sentiu o arrocho salarial, o desemprego e o agravamento das suas vidas que se somaram a péssima situação econômica no país (Montaño; Duriguetto, 2010), contrariando assim o que o poder militar utilizou como justificativa para a tomada do Estado.

O campo democrático e popular, sustentado assim na emergência de amplas camadas de trabalhadores urbanos e rurais sob a bandeira das “reformas de base”, colocava em questão aqueles dois traços que caracterizavam a nossa formação social: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão [...] (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 270).

As camadas populares que tomaram seus postos pelo campo da luta não foram apenas da classe possuidora de empregos, mas principalmente pela diversidade de suas características enquanto grupos sociais que não mais aceitaram a ditadura militar e suas consequências antidemocráticas.

Nesse sentido, houve espaço para o surgimento de reivindicações dentro e fora do mundo do trabalho que não eram contemplados pelo movimento operário. Os TNMS¹² surgem em função desses problemas sociais mais recentes, e que atingem diversos grupos (mulheres, negros). Esses grupos lutam contra a exclusão social, que nesse caso é a exclusão do mercado de consumo de bens e equipamentos coletivos [...] (Silva, 2018, p. 28).

Ao realizar esse movimento de reivindicação para além da divisão social do trabalho é possível compreender que os problemas antidemocráticos estavam além de suas ações contra a população brasileira, estavam no campo do conservadorismo que provoca obscurecimento sobre a vida de pessoas socialmente vulnerabilizadas.

Nesses contextos surgem movimentos clandestinos que resistiam à ditadura militar, além de movimentos pelo bem da coletividade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) pela reforma agrária, os movimentos étnicos e raciais, feministas, estudantis, pela liberdade sexual e de gênero. Esse foi resultado de reivindicações que iam contra a liberdade

¹² Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

de corpos (as) no cunho da liberdade sexual e do ser. Foi nessa esfera de novas propostas entre o masculino, feminino e outras possibilidades que nasceu o movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), sendo nesse período histórico o que abrangia as comunidades, que protestavam contra as opressões.

Nos Estados Unidos:

Foi nesse acúmulo que potencializou o que é tido como marco inicial do movimento LGBT: a rebelião ocorrida em 28 de junho de 1969 contra a repressão policial em um bar frequentado por *gays*, lésbicas e travestis em Nova York (o Stonewall Inn). O público reage à repressão em confrontos violentos com a polícia. Essa data foi transformada, desde então, em Dia do “*Orgulho Gay*” (atualmente LGBT). Esse acontecimento marca o início da resistência aberta à opressão, mas, muitas organizações e militantes de defesa dos direitos dos homossexuais já existiam na Europa antes da década de 1960, que sofreram desde perseguição e discriminação até sociedade ao confinamento e assassinatos nos campos de concentração do nazismo (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 291-292, grifo dos autores).

Sem dúvidas existe grande importância na rebelião de *Stonewall Inn* que é um marco histórico devida a sua repercussão mundial, todavia, não se deve esquecer que o movimento GLS foi se desenvolvendo e ganhando novas camadas, uma vez que suas demandas são tão antigas que antecedem o século XX. Obviamente, antes dos termos e conceitos dessa população serem definidos já existiam suas ações, desejos, preferências, porém, sem as suas classificações não era possível qualificar suas identidades tão pouco seu engendramento coletivo.

Ao passo em que foi se desenvolvendo o movimento GLS foi ganhando novas demandas para a sua população. As primeiras batalhas estavam ligadas a despatologização de termos preconceituosos e estigmas sociais que essas pessoas carregavam e até hoje necessitam se reafirmar. Montaño e Duriguetto (2010) ressaltam que o movimento passou a produzir cartazes e passeatas durante os anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa, enquanto que na América Latina foram se expandido os desejos de revolta e transformação social do que estava posto.

Tais manifestações eram nada mais que a explosão de sujeitos coletivos até então invisíveis que se uniam em torno da defesa de seus direitos, batalhando por visibilidade. Numa época em que eclodia a busca por cidadania, como a retirada da homossexualidade em 1973 da Classificação Internacional de Doenças, também se destinava a população de gays, bissexuais e transgêneros a figurar como responsável pela disseminação do dito câncer e peste gay ou da responsabilização divina, cujo auge foi no ano 1983 e cujo estigma social é reforçado e reafirmado até os dias atuais [...] (Ferreira; Aginsky, 2013, p. 228).

Por conta dessa movimentação de preconceito social que se aprofundou com a ligação entre os homens gays e bissexuais sendo associada a doença do trato mental e de personalidade, além da correlação com ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e consequentemente a Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) essas pessoas passaram a sofrer exclusão social e violências que chegam ao assassinato. Portanto, apenas a união desse segmento social foi capaz de resistir para continuar existindo e persistindo na luta.

Durante as décadas de 1970 e 1980 foram surgindo mais atores e atrizes importantes para a representação do movimento, são ativistas e militantes que por vezes partiram do movimento de grupos da esquerda política, esclarece ainda que nem todo os grupos de esquerda tratavam dessas pautas nas suas devidas importâncias (Montaño; Duriguetto, 2010). São necessárias fazer essas pontuações, pois, nem todas as pessoas da esquerda seguem o mesmo caminho na contramão de todas as formas de opressão e preconceito, pelo contrário, todas as pessoas estão passíveis de reproduzir o sistema e o cistema¹³ que aprisiona corpos (as)¹⁴.

A identificação do HIV/aids como tema correlacionado ao movimento social de diversidade sexual e de gênero perdura até a contemporaneidade e não é por acaso, portanto, que esses movimentos se mantêm também sob o financiamento de projetos sociais de prevenção do HIV/aids. Isso, todavia, é uma das contradições desses movimentos, pois se utilizam de estratégias de autovitimização para poderem sobreviver no jogo social. Se por um lado os homossexuais e bissexuais masculinos caracterizam de fato um grupo social vulnerável à epidemia, por outro lado a utilização de financiamentos na área da saúde a favor da prevenção ao HIV/ aids deixa de lado, por vezes, questões de cidadania e de acesso à rede de serviços que também requisitam respostas da política de saúde, pintando mais uma vez as contradições e os trânsitos entre invisibilidade e visibilidade perversa reproduzidos de dentro e de fora desses movimentos (Ferreira; Aginsky, 2013, p. 229).

A consideração desse movimento social é demarcada por girar em torno do vírus do HIV, desde seu cotidiano até nas suas necessidades de ainda se apegar a essa temática para continuar em alta na capitalização de recursos e no embate dentro do campo da saúde, tanto que até os dias atuais eventos, seminários, entre outros apresentam segmentos de atenção para esse passado ainda persistente.

Na década de 1990, o movimento passou a ser denominado Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Nesse período, o neoliberalismo se desenvolveu globalmente,

¹³ A palavra “cistema” é utilizada como forma de chamar atenção para o sistema de opressão, dominação e privilégio de pessoas cisgêneras perante as pessoas que não estão nas normas binárias das identidades de gênero.

¹⁴ A utilização de “corpas” é linguagem oriunda da população LGBTQIAPN+ para tratar e dar visibilidade ao feminino.

fortalecendo a institucionalização de ONGs para refilantropização dentro do sistema burocrático imposto pelo Estado. A análise dos movimentos sociais sob essa perspectiva envolve lutas contra o poder hegemônico, buscando criar uma pauta de inclusão e cidadania. Portanto, nesta dissertação, os processos não foram observados como casos isolados nem apenas sobre as pautas identitárias LGBTQIAPN+, mas também em relação à totalidade das classes sociais vulnerabilizadas pelo sistema capitalista, patriarcal, racista e heterocisnormativo.

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quanto há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas (Gohn, 1997, p. 171).

A análise dos movimentos sociais sob essa perspectiva tende a partir para lutas contra o poder hegemônico a fim de criar um novo projeto de sociedade inclusiva e cidadã, portanto, nessa dissertação não foram observados os processos como casos isolados nem somente sobre as pautas identitárias LGBTQIAPN+, mas também a aproximação com a totalidade pensando a partir de todas as classes sociais vulnerabilizadas pelo sistema capitalista, patriarcal, racista e heterocisnormativo.

De acordo com Silva (2018, p. 25): Já nos movimentos sociais, existem grupos sociais compostos de diversas classes, as quais nem sempre buscam a mudança de toda a estrutura social, quiçá a extinção do poder do capital. Reafirma-se que nem todos os movimentos sociais estão atrelados com as reformas sociais, apenas de entrar no campo das lutas por suas pautas políticas e continuar com o mesmo sistema que explora, aliena e desumaniza, logo, não se resolvem as raízes dos problemas.

Diante deste cenário, é possível observar que o movimento LGBTQIAPN+ se reafirma enquanto possuidor das características citadas por Eder (2002), Montañó e Duriguetto (2010) e Silva (2018). Sua própria construção histórica reforça que o movimento não está apenas ligado às academias; ele é realizado nas ruas e provoca a cultura conservadora construída pelas hegemonias.

Enormes multidões coloridas compostas por LGBT, mas também por percentuais muito expressivos de pessoas autoclassificadas como

heterossexuais, passam a ocupar anualmente, de modo celebrativo, as ruas de centenas de municípios em todas as regiões do país. Rapidamente, o Brasil se tornou conhecido internacionalmente pela quantidade de Paradas e pelas multidões que ocupavam as ruas em algumas capitais, como em São Paulo, que abrigou por anos "a maior Parada do mundo". O sucesso do formato, que sobrevive às críticas de despolitização e segue fazendo com que bairros, cidades, estados e o país tenham de refletir, ainda que temporariamente, sobre a existência e as demandas de LGBT, faz pensar sobre o acerto do enquadramento transgressor e da produção de uma visibilidade plural, baseada em trios elétricos - que tocavam mais música do que diziam palavras de ordem - e em corpos-bandeiras (Facchini, 2018, p. 321).

Dentro do proletariado existem diferentes classes sociais, algumas delas nem se consideram dentro desta configuração econômica, por esse fator não se sentem subalternizadas, pelo contrário, se identificam muito mais próximas à burguesia e aos seus valores do que numa divisão social do trabalho que a coloca na base da pirâmide econômica. Para Galvão (2011) existe o operariado, a pequena burguesia, produtor familiar, a (o, e) trabalhadora (or, e) que possui cargos mais altos, entre outras diferenciações hierárquicas. Por outro lado, exige-se uma atenção a esses fatores uma vez que ir nessa linha pode dificultar ainda mais o processo, já que estaria criando apenas justificativas para o não envolvimento e reconhecimento do próprio proletariado.

[...] No campo da produção teórica, o conceito práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, medida pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social (Gohn, 1997, p. 176).

Por outro lado, é importante fazer algumas considerações apresentadas pelo próprio movimento LGBTQIAPN+. Segundo Quinalha (2017), o início do movimento homossexual no Brasil enfrentou resistências por parte das próprias pessoas LGBTQIAPN+ em participarem, devido ao receio de se exporem publicamente.

Outro ponto ressaltado nas referências bibliográficas de Trevisan (2018) e Quinalha (2017), entre outros autores, são as questões de luta durante a repressão da ditadura militar de 1964. Durante esse período, partidos políticos de direita excluía as pessoas LGBTQIAPN+, enquanto a esquerda radical minimizava a importância das pautas dessa população, considerando que desviavam a atenção da luta da classe operária.

Tal postura significava, de imediato, uma afronta direta à ditadura, ao regime cujos esteios estavam fixados em uma moral conservadora que repelia o prazer e o desejo, sobretudo os homossexuais. No entanto, reivindicar a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero também representava um desafio bastante incômodo aos partidos e grupos vinculados aos setores mais tradicionais da esquerda, inclusive na imprensa, que não detinham ainda acúmulo e, muitas vezes, sequer abertura para esta agenda específica (Quinalha, 2017, p. 284).

Essas considerações são importantes para colocar em pauta que as questões relacionadas ao movimento LGBTQIAPN+ ainda apresentam pontos de resistência e preconceitos dentro da própria população, além de um desinteresse da esquerda radical em acolher e incorporar essas lutas. Para tanto, é necessário uma coligação e diálogos de ambas as partes para alcançar um patamar de equidade social.

A engrenagem dos movimentos sociais a partir desse olhar marxista só é possível quando se acontece a práxis entre a teoria e a prática, logo, construir movimentos sociais que estejam atrelados e comprometidos com a visualização de si com consciência também da outra pessoa é facilitar uma luta que pode se tornar para além da população LGBTQIAPN+, como principalmente, um projeto societário que unifica as diferentes camadas, abandona o conservadorismo e abraça as diferentes demandas da sociedade, mas não transforma a sociedade capitalista em uma sociedade socialista.

2.2 Movimento no Brasil e as conferências

Historicamente, o movimento social LGBTQIAPN+ teve início enquanto organização política durante a ditadura militar de 1964, em um contexto temporal próximo ao da *Revolta de Stonewall*, que ocorreu em 1969 após uma repressão policial em um bar voltado para essa população na cidade de Nova York.

No Brasil, a conjuntura política de perseguição militar contra movimentos sociais, grupos de resistência e democracia motivou o surgimento em prol de uma organização voltada contra as forças do Estado. A esquerda política estava presente nessa movimentação, entretanto, outros grupos minoritários também começaram a tomar força, uma vez que sentiam que as violências também estavam voltadas para questões de classe, raça, gênero e sexualidade. “Difícilmente teríamos um movimento homossexual se este não tivesse sido encorajado pelas organizações de mulheres, negros, estudantes e trabalhadores na luta contra a ditadura militar” (Quinalha, 2017, p. 230).

Na época, a ordem policial reprimia guetos frequentados por homossexuais e prendia trabalhadoras do sexo, incluindo travestis. Além disso, setores da esquerda resistiam a pautas voltadas a outros grupos minoritários, justificando que essas questões provocavam “desmobilização identitária”. Nesse cenário, o movimento homossexual começou a organizar suas primeiras reuniões e debates políticos.

Em 8 de fevereiro de 1979, durante a Primeira Semana de Minorias da Universidade de São Paulo (USP), diversos grupos com pautas identitárias reuniram-se para expor debates e manifestações. Um ponto relevante foi a tentativa de conciliação com setores da esquerda, que, na época, não consideravam tais protestos como prioridades para a pauta comum. Observa-se que grupos tradicionais da esquerda buscavam dissociar-se de reivindicações específicas, como as dos movimentos feminista, negro e homossexual, evidenciando contradições internas nas lutas contra a ditadura.

[...] Um clima de tensão logo se instaurou no ar entre os setores mais tradicionais da esquerda e os homossexuais quando falaram sobre a maneira mais adequada de conjugar a “luta maior” com as lutas por emancipação dos grupos específicos. Enquanto esse campo ainda hegemônico na esquerda acusava os movimentos identitários de “divisionismo” e “separatismo” diante da prioridade que seria o combate à ditadura [...] (Quinalha, 2017, p. 246).

A observação de que grupos mais tradicionais da esquerda tentavam desassociar suas pautas com outras reivindicações (como o movimento de mulheres, de pessoas negras e de homossexuais) é importante observar as contradições existentes dentro da própria esquerda que lutava pelo fim da ditadura.

Permanece, então, a questão: teria a democracia aberto, de fato, um espaço para uma sociedade sem preconceitos? Ou será que a formação sócio-histórica do Brasil ainda carrega processos estruturais de opressão e dominação?

Salienta-se que se posicionar mais à esquerda do campo democrático não significa estar numa luta em prol de um movimento progressista onde a defesa das minorias socialmente vulnerabilizadas seja também um objetivo em comum. A liberdade de uma classe trabalhadora também perpassa pelos seus processos de lutas contra a discriminação e as violências em nível das singularidades, principalmente, que essa classe tem gênero, classe, raça e sexualidades diversas.

Nos dias 4 e 5, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), nas dependências do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP, o CAOC. Apenas participantes credenciados pelos grupos podiam ter

acesso às discussões, realizadas ou no formato de plenária, ou em subgrupos temáticos, que abordaram temas como: “A questão lésbica. O machismo entre homossexuais e papéis sexuais”; “Michês. O Travesti e a repressão que recebe”; “homossexualismo no presídio”, etc. A sessão sobre a questão lésbica foi o “debate que atraiu o maior número de participantes, setenta pessoas”, sendo que as mulheres assumiram tarefas fundamentais para a realização do encontro, desde impressão dos documentos, organização dos grupos de trabalho e registro visual (Quinalha, 2017, p. 252).

A diversidade das pautas existe nos registros do autor acima, nesse I Encontro de Grupos Homossexuais, que aconteceu em 1980, é notória tanto as temáticas debatidas entre as pessoas, como o protagonismo das mulheres para a organização do evento, um reflexo da mobilização de mulheres para produzirem uma organização voltadas para as pautas da homossexualidade desde esse período de abertura lenta e gradual da ditadura.

Durante a década de 1980 uma outra barreira dificultou a vida das pessoas homossexuais: o vírus HIV. “A chamada ‘peste gay’, logo associada aos homens que faziam sexo com homens, marcou de modo indelével não apenas o movimento, mas as próprias homossexualidades, os corpos e as subjetividades [...]” (Quinalha, 2017, p. 273).

Se por um lado o HIV desmobilizou a militância e marcou a comunidade de homossexuais, por outro, foi a partir da sua descoberta que se iniciou novas batalhas no campo da saúde pública, foi com esse movimento que a visibilidade por direitos começou a chamar atenção.

Em 1985 surge o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – GAPA –, sendo a primeira ONG-AIDS do país. Em 1988 surge o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) dentro da estrutura do Ministério da Saúde. Muitas destas ações apoiaram-se na militância homossexual para sua realização [...] (Alves, 2016, p. 127).

Notou-se que o movimento homossexual possuía conhecimento de vivência junto à sua população assolada pelo vírus e que foi através da militância e de sua luta aguerrida que o Estado, a partir de uma pressão conjuntural, iniciou o processo de cuidado com a saúde pública de atenção voltada para o HIV/AIDS.

A epidemia de AIDS obrigou as inúmeras esferas sociais a olhar para a sexualidade e, de alguma forma, discuti-la. Independentemente dos paradigmas que orientaram estas discussões, a sexualidade, o desejo e práticas sexuais passaram a estar presentes nas agendas e preocupações sociais, religiosas, estatais e familiares. Este cenário produziu outros movimentos e outras redes discursivas de controle e modulação de práticas de sociabilidade e afetivo-sexuais. Com frases imperativas, a exemplo de “Use camisinha”, as

sexualidades ganharam uma centralidade discursiva e profundamente pragmática e intervencionista nas políticas públicas de prevenção ao HIV (Caetano; Nascimento; Rodrigues, 2018, p. 289).

Foi com essa movimentação por uma centralidade nas pautas de políticas públicas que, graças ao movimento homossexual, o cuidado com a saúde sexual começou a ser propagado enquanto um direito da população e como um dever ser do Estado.

Ao levar em consideração que os ganhos de uma comunidade foram oriundos a partir de incontáveis mortes por um vírus que assolou as pessoas infectadas além de toda uma população socialmente estigmatizada é possível perceber que a luta por direitos sociais, bem como pelo fim do preconceito, criou uma trajetória sempre com a ambiguidade e processos contraditórios no seu percurso histórico.

De acordo com Alves (2016), foi na década de 1990 que os grupos do movimento LGBTQIAPN+ passaram a adotar o formato de Organizações Não-Governamentais (ONGs) para viabilizar financiamento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Nesse período, o neoliberalismo passou a incidir sobre o movimento e suas relações com o Estado. Segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018), a discussão sobre a epidemia da AIDS se ampliou na medida em que ONGs se consolidaram, enquanto o mercado passou a se interessar pelo nicho gay, o que contribuiu para a visibilidade e massificação do imaginário social sobre essa população.

Os autores destacam que ocorreu uma mudança de termos, como “bicha”, “sapatão” e “trava” para expressões associadas ao movimento LGBT. Esse deslocamento pode ser visto como um reflexo da estrutura patriarcal brasileira, na qual a masculinidade homossexual passou a ocupar um espaço central na narrativa dominante do movimento, priorizando os gays na atenção do capitalismo e do Estado.

Mesmo com toda a pluralidade, a matriz de visibilidade hegemônica ao longo da história recente do emergente movimento LGBT é ancorada na projeção gay. Tal formatação auxilia as denúncias de androcentrismo feitas pelas lideranças lésbicas, mulheres bissexuais e trans ao movimento LGBT [...] Assim, indiscutivelmente, pode se afirmar enquanto fatores que possibilitaram o fortalecimento da identidade gay: a) os recursos de combate à epidemia de AIDS que financiaram exclusivamente as ações ligadas a essa política entre as populações gays, trans e outros homens que faziam sexo com homens (HSH); b) a cultura androcêntrica e patriarcal brasileira; e c) o desinteresse inicial dos mercados pelas lésbicas, mulheres bissexuais e trans, motivados pela renda superior dos homens (Caetano; Nascimento; Rodrigues, 2018, p. 291 – 292).

A partir da citação acima pode-se inferir que a centralidade dos discursos em torno da masculinidade homossexual está inserida no contexto patriarcal do Brasil, como reflexo de uma cultura e formação sócio-histórica marcadas e comandadas por homens. Isso não foge à regra quando se trata de uma suposta diversidade, uma vez que os gays tem uma prioridade na ideologia do discurso e são os primeiros a receberem atenção do capitalismo e do Estado.

Na década de 2000, as relações entre o movimento LGBTQIAPN+ e o Estado se fortaleceram, especialmente, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Em 2004, o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) foi lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) para combater a violência homofóbica (Irineu, 2019). Esse programa abriu espaço para a participação democrática da população LGBTQIAPN+, e em 2008, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que discutiu temas como direitos humanos, saúde, educação, cultura e justiça (Irineu, 2019).

O BSH, lançado no ano de 2004, no governo Lula, e considerado pela avaliação do Inesc, apresentada no item anterior, como um avanço na política de direitos humanos, foi um desdobramento de vários debates, encontros e ações políticas que vinham ocorrendo no plano nacional e internacional [...] (Irineu, 2019, p. 128)

O reconhecimento deste programa contra a discriminação por identidades de gênero e sexualidades abriu espaço para participação no processo democrático. Acrescido a esse programa, no ano de 2008, aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT para situar a agenda e pautas do movimento.

A respeito da conferência nacional intitulada “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, foi precedida pelas conferências regionais e/ou municipais e estaduais, nas quais seriam eleitas delegadas que participariam da etapa nacional. As conferências foram balizadas pelo texto-base e pelo regimento interno. Essas etapas regionais e estaduais tiveram por objetivo construir propostas para balizar as políticas públicas para LGBT em nível estadual e municipal [...] (Irineu, 2019, p. 143).

Nessa conferência foram discutidas sessões com 10 eixos voltados para a população LGBT dentre eles: direitos humanos, saúde, educação, cultura, justiça entre outros, a partir de um pensamento abrangente para políticas públicas voltadas para o público LGBT (Irineu, 2019).

Durante o Governo Lula, foi criado um ambiente favorável ao desenvolvimento de políticas públicas para essa população, que foi mantido no Governo Dilma, quando ocorreu a

II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em dezembro de 2011.

Nesta II Conferência, as propostas foram substituídas por diretrizes, que detém caráter mais amplo, mas ao mesmo tempo podem possibilitar que proposições se esquivem pela sua característica genérica. Ainda que a metodologia tenha implicações, a participação dos sujeitos demonstrou um entendimento maior do que é o espaço de formulação de propostas, mesmo que não se possa considerar que, em sua totalidade, estas tenham sido mais “qualificadas” se comparadas com as da I Conferência [...] (Irineu, 2019, p. 264).

Além da metodologia ter sido modificada levando um caráter mais organizado e participativo com espaço para formulação de propostas. Um outro aspecto observado diz respeito às análises das ações realizadas na I Conferência que, no seu texto final, apresentava que das 166 ações, 47,5% que foram finalizadas, 23% parcialmente realizadas e 29,5% não iniciadas segundo Irineu (2019).

Foram também decididas 69 diretrizes envolvendo o enfrentamento ao sexismo e ao machismo, políticas de juventude, trabalho, geração e previdência social, turismo, pacto federativo e articulação orçamentária, comunicação social, esporte, entre outros Irineu (2019). A participação do governo também possui relevância, uma vez que seu posicionamento revelou objetivos eleitorais além de uma abrangência e proximidade com o crescente número de grupos religiosos dentro da esfera pública.

A III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT ocorreu em abril de 2016, resultando no Decreto nº 8.727/2016, que regulamenta o uso do nome social e reconhece a identidade de gênero de travestis e transexuais na administração pública federal. O encontro discutiu políticas intersetoriais com participação social, promoção da cidadania e enfrentamento à violência, segurança pública e marcos jurídicos para combater a violência contra a população LGBTQIAPN+.

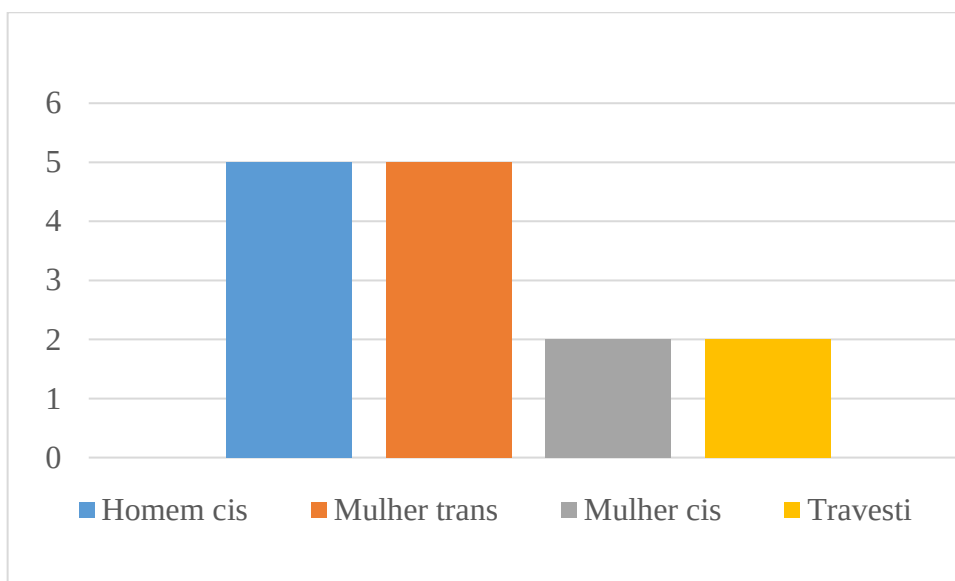
Dentre as propostas aprovadas foram incluídos os eixos de políticas intersetoriais com participação social, promoção da cidadania LGBT e enfrentamento da violência contra essa população, educação, cultura e comunicação em direitos humanos, segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT e o eixo sobre marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT.

2.3 Perfil das lideranças do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe

Ao caracterizar as pessoas entrevistadas de acordo com sua autoidentificação, o objetivo foi de desvendar o contexto de cada liderança LGBTQIAPN+. Reforça-se que as pessoas entrevistadas possuem mais de 10 anos de militância. Das 14 pessoas entrevistadas 03 fazem parte das Organizações Não-Governamentais citadas no quadro 1, sendo 02 pessoas da ASTRA e 01 da AmoSerTrans; as demais 11 lideranças são de outras instituições, sejam do terceiro setor ou do Estado.

O primeiro item do questionário abriu espaço para a pessoa entrevistada se posicionar quanto o seu perfil de forma aberta: Elabore sua breve apresentação, destacando sua identidade de gênero, sexualidade, raça/etnia, nível de escolaridade e classe social. Os gráficos abaixo revelam os dados de forma quantitativa e um breve debate qualitativo.

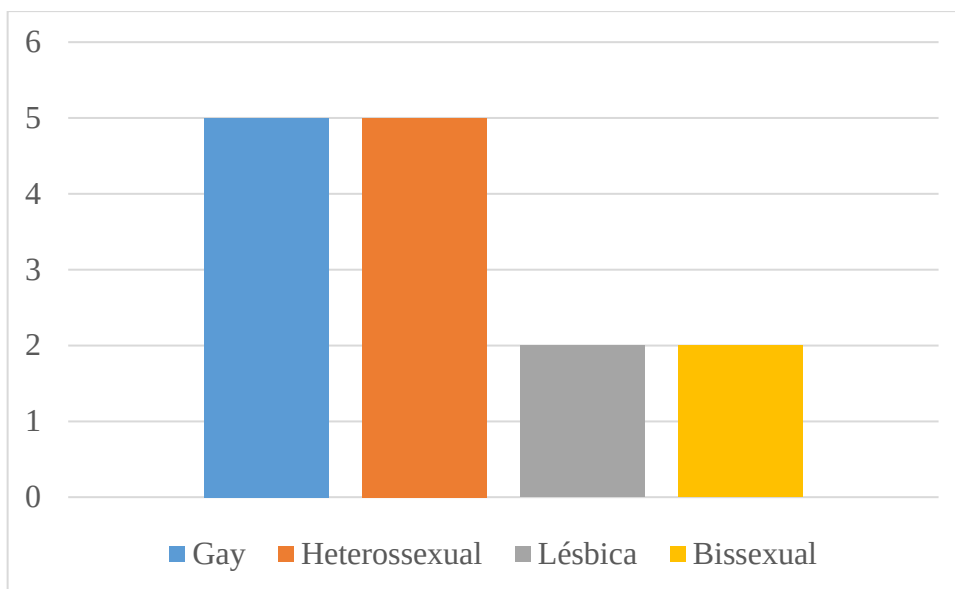
Gráfico 1 - Identidade de Gênero das lideranças entrevistadas



Fonte: Produção própria, 2024

Do total de 14 pessoas 05 se consideram homem cisgêneros, 05 são mulheres transexuais, 02 são mulheres cisgêneras e 02 são travestis. Nesse sentido existiu uma diversidade de identidades de gênero das (os) entrevistadas (os), voltadas para diferentes pontos de vista a partir dos seus reconhecimentos identitários.

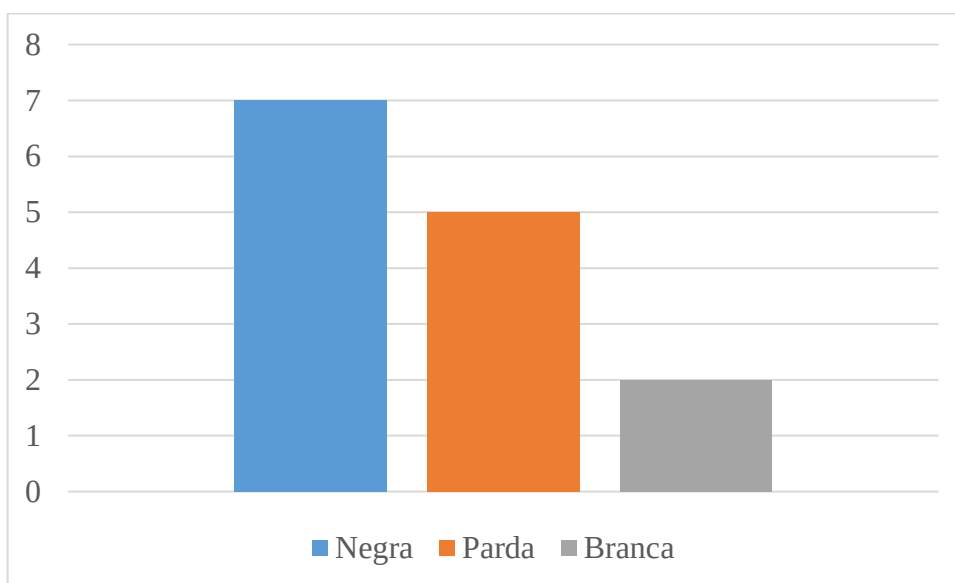
Gráfico 2 - Sexualidade das pessoas entrevistadas



Fonte: Produção própria, 2024

Sobre a sexualidade os dados apontaram para 05 gays, 05 pessoas heterossexuais, 02 lésbicas e 02 bissexuais. Importante situar que a categoria heterossexual não exclui o fato de que essas pessoas também estão dentro da população LGBTQIAPN+ a partir de suas identidades de gênero.

Gráfico 3 - Raça das pessoas entrevistadas

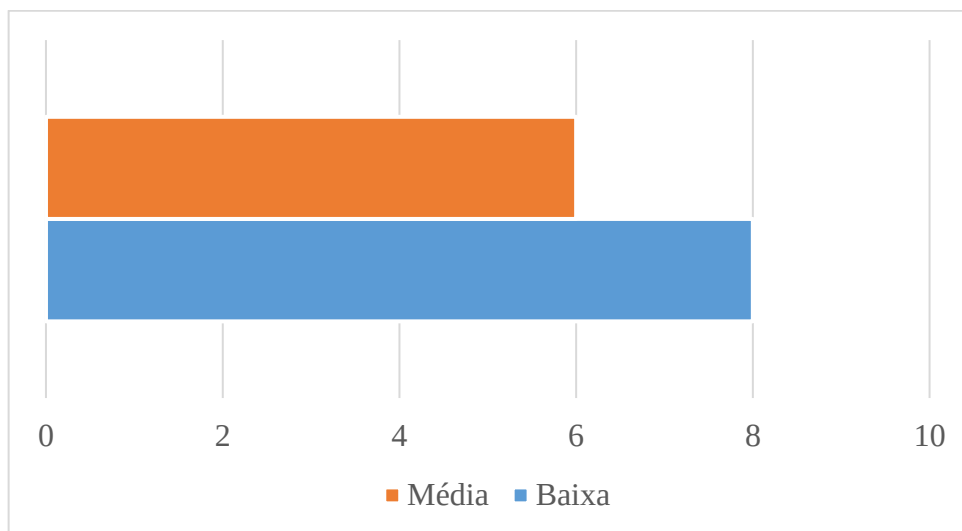


Fonte: Produção própria, 2024

Quanto ao quesito racialidade a maioria das (os) entrevistadas (os) se consideram negras (os) no total de 07 pessoas, sendo 50% do percentual total, 05 pessoas se consideram pardas e 02 se identificam como brancas. O ponto de vista racial também auxilia a compreender quem

são essas lideranças políticas dentro do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe, inclusive por sofrerem racismo enquanto estrutura dominadora no Brasil.

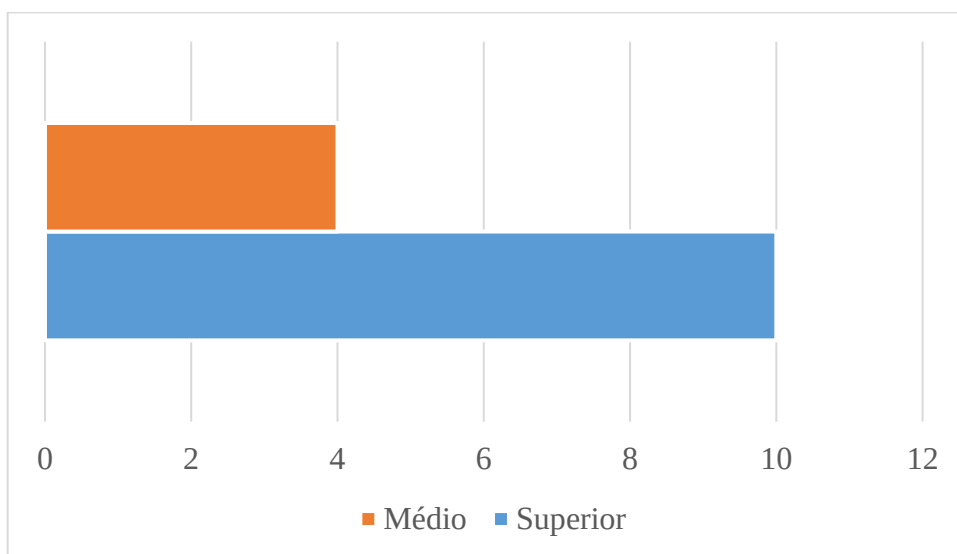
Gráfico 4 - Autoidentificação por classe



Fonte: Produção própria, 2024

Sobre as classes sociais das (os) militantes que responderam o formulário apenas duas foram citadas, sendo 06 que se colocaram como classe média e 08 enquanto classe baixa. Cita-se que 02 delas também se colocaram como classe trabalhadora o que cabe um olhar atento para o autorreconhecimento enquanto pessoas que perpassam pela estrutura capitalista e que sofrem com seus efeitos.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade



Fonte: Produção própria, 2024

Quanto ao nível de escolaridade 10 pessoas responderam possuir o nível superior completo, enquanto as outras 04 possuem nível médio completo. Interessante observar que todas as pessoas que se consideram de classe média também possuem o nível superior sendo um dado que possui transversalidade quanto a questão de classe.

Ao observar os gráficos apresentados, constatou-se uma diversidade de autoidentificação no perfil das lideranças políticas do movimento social LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. Esse dado revela que diferentes pontos de vista atravessam as trajetórias políticas e pessoais, sujeitas (os, es) às múltiplas dimensões de identidade.

Outro aspecto relevante diz respeito aos pontos de partida de cada pessoa entrevistada. Entre as 07 pessoas que se identificam como cisgêneras, 05 possuem ensino superior completo. Por outro lado, entre as 05 mulheres trans e as 02 travestis, 05 se identificam como negras, compondo um retrato racial que reflete lideranças políticas cujas lutas estão vinculadas tanto às pautas raciais quanto às de identidade de gênero.

Ao analisar o perfil dessas lideranças, é necessário destacar que muitas partem de contextos de maior vulnerabilidade, trazendo em seus corpos marcadores de identidade de gênero, sexualidade, classe e raça. No entanto, é crucial que o debate avance para além desses marcadores singulares. Sob a perspectiva da consubstancialidade, torna-se possível abarcar os complexos sociais e as relações sociais que estruturam histórica e socialmente as particularidades que recaem sobre a vivência destas pessoas.

As origens de classe¹⁵, quando consideradas sob o prisma teórico de Kergoat (2010), evidenciam-se como elementos fundamentais, na medida em que as experiências de exploração vividas por essas pessoas as posicionam como protagonistas nas estratégias de resistência, no campo da revolta e no fortalecimento de movimentos sociais.

A autoidentificação aqui abordada não se propõe a fragmentar o estudo a partir dos pontos de partida dessas lideranças. Ao contrário, visa posicioná-las no centro da análise como sujeitos que compõem um "nó social" brasileiro, marcado pela exploração da classe trabalhadora, pela dominação-opressão de gênero, da sexualidade e da raça.

Como argumenta Saffiotti (2009), ao refletir sobre o "nó social", é imprescindível considerar os processos contraditórios que estruturam as relações sociais. Ignorar essa lógica contraditória e binária do gênero – restrita ao masculino e feminino – é desconsiderar outras sexualidades e identidades que escapam a essa categorização.

¹⁵ Classe social, classe sexual e classe étnica.

No mesmo sentido, Garcia (2022), bem como Cisne e Santos (2014), propõem uma análise que aborde a totalidade das relações sociais. Essas autoras enfatizam a importância de um olhar histórico e social que permita compreender como a matriz de formação sócio-histórica do Brasil foi construída, incorporando a totalidade e a contradição como características centrais de análise.

As lideranças políticas entrevistadas, integrantes da população LGBTQIAPN+, embora apresentem características singulares que as diferenciam, compartilham processos comuns de silenciamento e exclusão. Essas experiências são atravessadas pela divisão social e sexual que estrutura as classes subalternizadas.

A luta dessas lideranças posiciona-se contra as expressões da questão social e as estruturas de dominação e opressão presentes nas relações sociais, enraizadas e fundamentadas socio historicamente. Apesar de partirem de contextos diversos, o processo de unificação de suas demandas poderá consolidar um espaço coletivo de resistência e ação política. No próximo tópico, são discutidos os processos históricos e as lutas realizadas no estado de Sergipe em defesa de uma nova cidadania e do direito à vida.

2.4 Trajetória histórica e política do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe

Desvendar a conjuntura histórica e política dos movimentos LGBTQIAPN+ em Sergipe possibilita entender como sua formação e aprimoramentos contribuíram com o combate ao conservadorismo no estado, além de formar uma linha de frente que lutou para que as ações do Estado estivessem alinhadas com as demandas da população. É possível observar as contradições dentro do próprio movimento. Tal construção é necessária para refletir sobre o que as atuais articulações podem apreender do passado para atuar em favor de perspectivas que superem as tensões que impuseram limites no recorte histórico.

Para a descrição e análise dos resultados, inicialmente, foram pesquisadas as fontes documentais com intuito de identificar como é escrita e publicizada a história do movimento LGBTQIAPN+. Nesse sentido, foram utilizados documentos das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de instituições do estado uma vez que a história pode ser observada ao longo de relatórios anuais de ação, minuta de criação e, até mesmo, produções informativas próprias.

Para iniciar a apresentação dos resultados foram demonstradas fontes bibliográficas produzidas por pessoas do movimento que tiveram contato fontes documentais e/ou jornalísticas e tiveram o interesse de realizar pesquisa histórica levantando de fontes liberadas por instituições do movimento além de fontes orais, essas últimas também fazem parte deste trabalho.

Para obter essas fontes foi realizada uma busca no site da Editora Diário Oficial de Sergipe (EDISE) uma vez que realiza publicação de trabalhos e/ou livros produzidos no estado de Sergipe. Para o tópico em questão foi encontrado o livro “Unidas!” (2018) escrito por Eliana Chagas e José Marcelo Domingos de Oliveira, que conta sobre a construção da instituição Unidas a partir da década de 1990, sendo até o presente uma das mais antigas que ainda está em funcionamento.

A pesquisa obteve três trabalhos acadêmicos indicados tanto por pessoas que atualmente pesquisam sobre o tema como também por pessoas que participam enquanto figuras políticas do cenário LGBTQIAPN+.

O primeiro trabalho acadêmico “AVANÇOS, LUTAS E DESAFIOS: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe” (2018) escrito por Marcelo Lima de Menezes como trabalho de conclusão de curso como especialista na área de Educação Especial Inclusiva na Faculdade Jardins¹⁶. O seu foco do trabalho foi apresentar as trajetórias e lutas do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe com ênfase nas instituições e lideranças do movimento.

O segundo trabalho acadêmico foi “POR UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL EM SERGIPE: da comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do grupo Dialogay (1981-1983)” (2021), escrita por Max Wesley Santos Cardoso, uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Aqui o autor se ocupou em explicar como foi a formação do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) desde a suas primeiras movimentações no fim da década de 1970 em parceria com outras representações do movimento no Brasil, principalmente, no eixo Rio-São Paulo. Essa pesquisa constatou a construção do movimento homossexual¹⁷ em Sergipe a partir da conjuntura do fim da ditadura militar de 1964, principalmente pelo grupo Dialogay e suas formas de organização com outros grupos no país.

¹⁶ Instituição de ensino superior da rede privada localizada em Aracaju (SE).

¹⁷ Cita-se que esse movimento é como aparece nas escritas sobre o início do movimento LGBTQIAPN+, não significando que a luta fosse apenas de homens cis gays, mas que se existem poucos debates acerca de outras pautas identitárias, comprovando que o patriarcado sempre esteve presente nesta discussão, uma vez, que invisibiliza até o histórico de outras pessoas mobilizadas. Seria anacronismo utilizar termos que não estavam postos no momento histórico.

Por fim, o terceiro trabalho acadêmico “INTINERÁRIOS E LUTAS: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)” (2013), do Marcos Ribeiro de Melo, uma tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Focalizou nas condições de constituição do movimento homossexual em Sergipe, as transformações da sigla (para GLS e LGBT) utilizando como fontes, entrevistas concedidas por pessoas que participaram da trajetória.

Nos parágrafos a seguir foram descritas as conjunturas de lutas da população LGBTQIAPN+ em Sergipe bem como a sua trajetória histórica levando em consideração as referências bibliográficas anteriores uma vez que foram através destas fontes que se obteve uma linearidade histórica coerente com o decorrer dos anos a partir de 1962.

O movimento homossexual no Brasil começou a ganhar notoriedade a partir da década de 1960, não muito distante da conjuntura do golpe/ ditadura militar de 1964 uma vez que o cenário de política apresentava uma dura repressão e isso impulsionou a luta das diferentes comunidades de homossexuais e pessoas trans, assim como na Revolta de *Stonewall* o país era ocupados por espaços voltados para o público (Cardoso, 2021), nessa época ainda voltado para os homens cisgêneros gays.

No Rio de Janeiro têm-se a presença do coletivo “Turma OK” fundado no ano de 1962 que promovia encontros com o grupo em ambientes privados de um dos seus integrantes. Esse coletivo inaugurou o concurso Miss Traje Típico e posteriormente “O *Snob*” sendo esse o primeiro jornal abertamente homossexual do país e suas edições eram distribuídas em locais específicos para a comunidade na cidade (Cardoso, 2021), além disso um outro jornal tornou-se famoso entre a comunidade “Lampião da Esquina” que circulou entre os anos de 1978-1981. Já em São Paulo o grupo “Somos” surgiu no ano de 1978 e entre os seus principais líderes tinha-se a presença de João Silvério Trevisan, na maioria do grupo a presença era majoritariamente de homens gays, mas também existiam mulheres lésbicas e travestis (Cardoso, 2021).

Essas são as principais informações quanto ao movimento no eixo Rio-São Paulo¹⁸, porém, o presente trabalho focou seu olhar no estado de Sergipe. Para tal as obras citadas anteriormente serviram de base para a descrição do que foi construído ao longo dos anos pelos coletivos no âmbito nacional e em Sergipe.

Em 14 de março de 1981, seria fundado na capital sergipana por Wellington Gomes Andrade, Ivo Adnil Silva, Carlos Roberto Andrade, Mara Lopes e Aracy Santos Mendonça o Grupo Dialogay Sergipe (GDS), primeiro grupo

¹⁸ Para mais informações sugere-se as obras que tratem com maior profundidade sobre o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.

homossexual organizado do Estado de Sergipe, cujo objetivo central, a grosso modo, foi defender e garantir a cidadania às homossexualidades nos mais diversos campos da vida em sociedade (Cardoso, 2021, p. 33).

O primeiro grupo de pessoas na luta contra o preconceito foi o Grupo Dialogay de Sergipe (1970-2000) que apresentou importantes nomes de lideranças políticas, entre hiatos, remotes e desmembramentos sua extinção oficial se deu apenas no ano de 2003, sendo um dos grupos que mais perdurou no país. Segundo Cardoso (2021) a sua fundação ocorreu durante o processo de reabertura democrática, na fase final da ditadura militar, uma vez que tal abertura foi pressionada por mobilizações sociais.

É importante destacar a ligação do início desse grupo com o padre Inaldo de uma igreja católica localizada no bairro Siqueira Campos em Aracaju/SE, uma vez que o grupo começou a se reunir no fundo da casa dele para suas primeiras reuniões, a justificativa para a igreja era que esse apoio serviria como espaço para conforto espiritual através da palavra do evangelho. Por outro lado, sem o conhecimento da instituição católica possuía uma dinâmica de solidariedade entre si, tanto para sobreviver contra a discriminação quanto para se interligarem com os princípios cristãos.

Dentro desse contexto de preconceito, a ação do padre Inaldo de acolher os homossexuais em sua residência seria uma forma de evitar atritos com setores da igreja. O relato sobre essa comunidade católica expõe algumas características importantes das concepções do que Wellington enxergara na sua militância, visando essa comunidade interligada pela fé, como um movimento homossexual, pois trazia acolhimento e solidariedade para as pessoas homossexuais que desde sempre foram atacadas pela igreja e pela sociedade, atribuindo a essa experiência a gênese do movimento homossexual em Sergipe (Cardoso, 2021, p. 40).

Nas palavras de Wellington Andrade¹⁹, um dos entrevistados e pioneiro na luta pela causa homossexual no estado de Sergipe, contextualizando seu trabalho junto ao grupo formado na época, relata: "Fui secretário da comunidade católica de homossexuais, ao lado do padre Inaldo, no bairro Siqueira Campos. Aos domingos, realizávamos um trabalho nas ruas, indo até as travestis, pois naquela época elas não saíam durante o dia, apenas após a meia-noite."

Uma instância citada por algumas das pessoas entrevistadas diz respeito ao Dialogay de Sergipe, onde a sua história atraiu outras pessoas, ainda que depois do fim da instituição. Tal processo foi capaz de expandir o senso de coletividade e dar espaço para outras instituições tivessem possibilidades de produzir novos embates e tensões. Foram a partir das primeiras ações

¹⁹ Militante LGBTQIAPN+ e fundador do Dialogay de Sergipe.

de busca ativa nas ruas de Aracaju com intuito de prestar auxílio às pessoas travestis na década de 1970 que essas lutas foram levadas em consideração e tiveram visibilidade.

Nesse movimento de comunicação entre a comunidade de homossexuais e um representante do cristianismo que começaram a ser provocados diálogos em busca de um apoio. O passo a seguir foi a comunicação do grupo que estava sendo formalizado junto ao jornal *Lampião de Esquina* e o Grupo *Somos* estabelecendo aproximação através de um evento promovido pela Universidade Federal de Sergipe, na cidade de Salvador.

Segundo entrevista concedida para Cardoso (2021) foi através dos exemplares do *Lampião de Esquina* que os participantes do Grupo *Dialogay* de Sergipe tomaram conhecimento sobre o movimento homossexual no Brasil.

Nos anos 80 eu lancei o jornal *Lampião de esquina* no Diretório Central de estudantes na rua de Itabaiana, onde naquela época o presidente era nosso querido amigo Marcelo Deda e com o vereador Bittencourt. Um mês depois fundamos o *Journal Gay Internacional* no calçadão da João Pessoa em frente ao antigo Cinema Palace. Onde hoje estou mais conhecido pelo meu trabalho humano e voluntário. Aí um professor da UFBA me perguntou se eu não queria fundar um grupo gay, onde eu convidei de oito a 10 pessoas e escolhemos o nome *Dialogay*, por unanimidade. Foi criado em 14 de março de 81, era composto por homens, mulheres e travestis. Em 1983 Surgiu a AIDS e as pessoas nos chamávamos de “aidéticos”, e hoje a AIDS decresceu nos homossexuais e cresceu mais nos heterossexuais. No carnaval Fizemos Conscientização e trouxemos uma pessoa com AIDS que ficou no meu apartamento aí os outros moradores fizeram abaixo assinado achando que iam pegar a doença, estava sempre nas praças nas calçadas, nas praias falando sobre o HIV. A nossa campanha de combate a AIDS foi no Hotel Palace Onde eu trouxe a nossa madrinha Elke Maravilha, Leão Lobo, Dr. Almir, naquela época o *Dialogay* era sozinho, tinha pessoas voluntárias, mas ninguém correu como eu corria. Tem pessoas que militam hoje, mas tem inveja de mim, mas minha vida sempre foi lutar e lutar. Conseguimos com a Câmara de Vereadores uma placa para Rua 28 de junho, a rua do orgulho, mas os moradores tiraram, depois conseguimos fixar com o governo municipal. Depois conseguimos a Delegacia da Mulher que atendesse casos e queixas crimes de homossexuais através do secretário de Segurança Pública Wellington Manguiera. Fizemos o gay games em Aracaju, através do governo conseguimos fechar a orla para jogos e esportes em geral, tanto futebol, corrida de saco, em várias brincadeiras inclusive com troféus em 1986. Nas nossas reuniões às quartas e sábados nós tínhamos shows de travestis, foi criado já com sentido de ser ONG, organização não governamental, mas na época não tinha recurso, os objetos eram pessoais a gente levava fazia rifa tudo era humano e voluntário, levava café, bolo salgados.²⁰

A luta, em âmbito estadual, também chegou à Universidade Federal de Sergipe. Nesse contexto, tem-se a presença do movimento homossexual no campo acadêmico, comprovando a

²⁰ Entrevista com Wellington Andrade do *Dialogay* no ano de 2024.

abrangência dos debates, que deixaram de ser diálogos individualizados para ocupar o cenário do conhecimento teórico, alinhando-se também com as pautas de mulheres e questões raciais.

Nesse universo espremido entre a cooptação política e a epidemia da aids, os temas debatidos pelo movimento de liberação homossexual brasileiro acabaram indo parar, na década de 1980, direta ou indiretamente, em salas de universidades. Sobretudo nas áreas de sociologia e antropologia, instaurou-se uma tendência mais crítica ao liberacionismo guei, com base em referenciais teóricos típicos do período [...] (Trevisan, 2018, p. 365).

Foi no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe que os primeiros espaços de diálogo com a classe estudantil e de movimentos sociais que o grupo Somos iniciou as exposições.

Em 1980, no DCE da Universidade Federal de Sergipe, Wellington, como distribuidor do *Lampião da Esquina* em Sergipe, lançaria o jornal para o público sergipano contando com a presença da travesti e artista da noite Suzana Vermontt, fazendo ali o estabelecimento de conexões ativas, além de aglutinar pessoas em torno da leitura do *Lampião da Esquina* [...] (Cardoso, 2021, p. 70, grifos do original).

O espaço estudantil na instituição pública da UFS apareceu com recorrência nesse e em outros resultados documentados, além dessas peças escritas também existem fotografias as quais demonstram essas reuniões como é possível ver na figura a seguir.

Figura 1 - Reunião de lançamento do jornal *Lampião de Esquina* em Sergipe no ano de 1980



Fonte: Cardoso (2021, p. 71). Wellington à esquerda segurando gravador ao lado de Suzana Vermontt, segundo a fonte a imagem foi cedida do arquivo pessoal de Wellington Gomes Andrade.

Durante o ano de 1980 o então presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB) entrou em contato com o grupo através das lideranças de Wellington Gomes Andrade, Ivo Adnil Silva, Carlos Roberto Andrade, Mara Lopes e Aracy Santos Mendonça para impulsionar a formação de seu coletivo que foi fundado no dia 14 de março de 1981 e se tornou o primeiro grupo homossexual de Sergipe (Cardoso, 2021) onde recebeu o nome de Grupo Dialogay de Sergipe (GDS).

Essa proximidade do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) com o Grupo Gay da Bahia (GGB) incitou a incitação do movimento homossexual no estado de Sergipe em contrapartida era esse coletivo estadual que informava sobre os casos de violência e assassinatos contra a população homossexual com intuito de mapear a violência anualmente nos boletins.

O acesso a esses arquivos nos permitiu observar que o Grupo Dialogay manteve documentações como correspondências trocadas entre os grupos com os temas mais distintos que tratavam de mobilizações, pedidos ou trocas de informações e até questões pessoais e afetivas, que, afora o valor histórico para pesquisas vindouras, não precisariam serem guardadas, uma vez que não possuíam valor fiscal ou financeiro, fator que aponta o intuito do grupo organizado em Sergipe em salvar essa memória. Faça-se jus que essa salvaguarda da memória por parte de Movimentos Homossexuais talvez seja uma das grandes contribuições que o Somos, através do *Lampião da Esquina*, tenha encampado e contribuído para os Movimentos Homossexuais no Brasil, pois, ali na edição de maio de 1980, faz um pequeno apelo intitulado “Memória Guei”. (Cardoso, 2021, p. 73, grifos do original)

Foram através do diálogo entre os grupos do movimento homossexual do Brasil que se constituiu uma rede de comunicação junto a outros grupos como o Somos de São Paulo, o GGB da Bahia, não somente de embates contra as formas de violência, exploração, dominação e opressão, como também uma rede de apoio entre as pessoas de uma população que se sente protegida quando está entre seus pares. Criar e contar as memórias é fazer lembrar como o movimento se formou em um cenário controverso.

Durante a década de 1980 Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) tinha proximidade com um deputado estadual de Sergipe o qual contribuía com o movimento no estado, porém, a sua identidade era mantida no anonimato para assegurar a sua candidatura política e não prejudicar o capital financeiro a partir de uma exposição pública, uma vez que o mesmo tinha receio de uma exposição por ser colaborador de um grupo homossexual (Cardoso, 2021).

Outro ponto interessante apontado pelo Cardoso (2021) foi a articulação do grupo Dialogay além de ser realizada no DCE da UFS também eram realizadas reuniões nos domicílios de pessoas integrantes do grupo. Nesses momentos dialogavam sobre questões de

direitos humanos e homossexuais, participação de outras lideranças como do jornal Lampião de Esquina, troca de experiências, leitura de livros, jornais e exibição de filmes (Cardoso, 2021).

Porém, a falta de recursos por parte do Grupo Dialogay contribuiu para o desenvolvimento de maneiras de arrecadação de recursos para o grupo e suas atividades através de solicitações feitas (de dinheiro, hospedagem, passagens e variados tipos de materiais) a órgãos públicos e a algumas empresas privadas, além do desenvolvimento de atividades comerciais que consistiam em realizar rifas e vendas de “produtos gays” que eram adquiridos pelos próprios membros ou solicitados de outros grupos homossexuais (Cardoso, 2021, p. 80).

Um outro resultado que se apresentou com constância foram sobre as fontes de financiamento para mantimento do grupo que necessitava do investimento pessoal de quem participava, produção de rifas, vendas de artigos voltados para o público homossexual, por vezes recursos públicos e de empresas. Também existia a necessidade de contribuição de materiais para eventos que eram solicitados a outros coletivos do movimento social no Brasil, uma comunicação constante inclusive para encontros que aconteciam em outras cidades.

Nesses primeiros meses do Grupo Dialogay de Sergipe, percebe-se uma atuação de conscientização, de ocupação de espaços públicos e de visibilidade dos homossexuais, participando e realizando eventos com parcerias, sendo que uma dessas relações profícuas foi com a Universidade Federal de Sergipe, especialmente com o Diretório Central dos Estudantes. Embora nenhum dos membros cursasse o Ensino Superior, Wellington tinha uma relação com Marcelo Déda Chagas por ser um dos colaboradores do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, e, já em 1980, Déda era o vice-presidente do DCE, tornando-se seu presidente em 1981 (Cardoso, 2021, p. 83).

Com a contribuição de reuniões no DCE em comunicação com outras pessoas que estavam em outras formações políticas revela uma procura de apoio a fim de formação de parcerias, o exemplo acima revela inclusive uma abertura com o Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe na figura de Marcelo Déda que anos mais tarde se tornou prefeito da capital e governador do estado.

Segundo Cardoso (2021) o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) contribuía tanto para o movimento homossexual que chegou a ser escolhido por unanimidade por outros grupos do Nordeste para sediar o II Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste (EGHON) durante a programação do X Festival de Artes de São Cristóvão (FASC).

“Entre o final de 1981 e o início de 1982, o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) começou a produzir seu próprio boletim informativo como forma de divulgação de suas atividades interna

e externamente [...]” (Cardoso, 2021, p. 84). Importante produção dos próprios folhetins informativos, reflexo de incentivos de jornais produzidos no eixo Rio-São Paulo.

Figura 2 - Boletim do Grupo Dialogay Sergipe, nº 3, 1982



Fonte: Cardoso (2021, p. 84), segundo a fonte a imagem foi cedida do arquivo pessoal de Wellington Gomes Andrade.

Para Menezes (2018) o Grupo Dialogay Sergipe (GDS) estava inserido em um contexto político com cenários difíceis para a comunidade LGBTI em Sergipe, não existiam muitas produções acadêmicas, escassos debates, mas ainda assim o grupo conseguiu desenvolver atividades culturais como uma essência para a visibilidade do movimento. Além da produção própria de folhetins, o Grupo Dialogay Sergipe (GDS) compôs apoio à Secretaria de Saúde do Estado no que tange o combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Desde a primeira notificação de soropositividade no estado o coletivo deu início ao acompanhamento do tratamento.

O vínculo do grupo com a Secretaria de Saúde do Estado se tornou cada vez mais estreito através de um médico sanitaria, que se tornaria Coordenador Estadual do Programa de Combate ao HIV/AIDS, e que começara a realizar trabalhos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) em bairros periféricos em Aracaju em 1985 e se notabilizou, com reconhecimento nacional, como um dos principais personagens no combate à AIDS. [...] (Melo, 2013, p. 97).

Na citação anterior é notória a correlação do movimento homossexual com o combate e prevenção à chamada, na época, “peste gay” que se alastrou pelo país e pouco, ou quase nada,

foi feito pelo Estado. De acordo com Melo (2013), o próprio sanitarista, que se tornou Coordenador Estadual do Programa de Combate ao HIV/AIDS, reconhece que as ações do Grupo Dialogay de Sergipe, uma vez que essa e outras pautas só ganham visibilidade pelo Estado através das associações e da correlação de forças com os movimentos sociais.

Durante a década de 1980, a luta percorreu um longo caminho, pois, além do acirramento contra o preconceito, surgiu também a epidemia de HIV/AIDS. Nesse sentido, tanto no Brasil quanto em Sergipe, o movimento homossexual incorporou em suas demandas a exigência de que o Estado formasse uma rede de atenção voltada para as populações vulnerabilizadas.

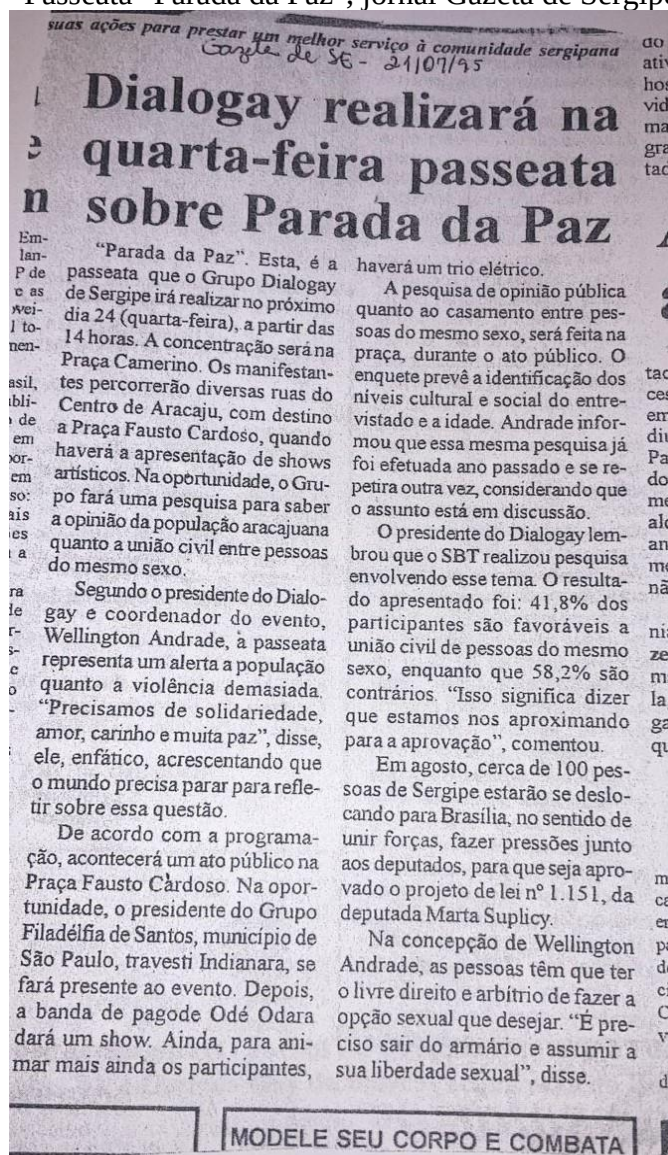
Durante os anos de 1990 ocorreu a organização administrativa e financeira dos grupos da militância LGBT. Porém, apenas em 1993 (12 anos depois da sua fundação) o Grupo Dialogay de Sergipe obteve um registro em cartório para em seguida obter reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Estado enquanto função pública o que possibilitou a sua participação em editais do Ministério da Saúde e efetivação dos convênios (Melo, 2013).

De acordo com Menezes (2018) é através do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) que se tem em Aracaju a “Rua 28 de Junho²¹” institucionalizada pela lei municipal nº 1.822 em 1992, em alusão ao Dia do Orgulho Gay, no ano seguinte o vereador Abrão Crispim do PT realiza uma menção de louvor em homenagem à luta dos homossexuais. No ano de 1995, é realizada a 1ª Parada da Paz, cujo percurso se deu da Praça Camerindo até a Praça Fausto Cardoso, no centro da capital Aracaju, momento utilizado pela militância para realizar pesquisa sobre a união de pessoas do mesmo sexo. Durante esse momento as pessoas militantes realizavam pesquisa pública sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo, cuja enquete envolvia inclusive a identificação dos níveis cultural e social do entrevistado, bem como sua idade (Menezes, 2018).

Dentre outros fatos, o recorte jornalístico (Gazeta Sergipe, 21.07.1995) abaixo apresentado, destaca que pesquisa realizada pelo SBT à época, apontou que 41,8% dos participantes são favoráveis à união civil das pessoas do mesmo sexo, enquanto 58,2% eram contrárias. Também evidenciou o deslocamento de 100 pessoas de Sergipe para Brasília, com a intenção de pressionar os deputados para aprovação do Projeto de Lei nº 1.151 de autoria da deputada Marta Suplicy. Assim, o movimento lutava para sair do armário e assumir sua liberdade sexual.

²¹ Data alusiva ao orgulho homossexual.

Figura 3 - Passeata "Parada da Paz", jornal Gazeta de Sergipe em 1995



Fonte: Menezes (2018, p. 64), segundo a fonte a imagem foi oriunda do Jornal Gazeta de Sergipe na data 27/07/1995.

Posteriormente a esse evento, o Grupo Dialogay Sergipe (GDS) realizou a 1ª Corrida Gay (em 1995) que deu origem a diferentes expressões festivas no estado, incluindo o *Fest LGBT do Bugio* e o *Fest LGBT do Médici*, na zona norte de Aracaju.

[...] Por muito tempo esse evento em zona norte, sofreu muitas discriminações, até ser reconhecido de fato, como um evento de organização pela busca de políticas públicas, não importava sua localidade geográfica e sim as atividades como eram desenvolvidas, levando mais para um lado esportivo como pano de fundo, e ao mesmo tempo aconteciam várias ações em saúde como por exemplos: A prevenção das ISTs-HIV-AIDS, e prevenção da violência combatendo a LGBTfobia. Por mais que esse modelo, ainda estivesse longe do ponto de vista organizacional, como foco pelos Direitos Humanos, era inevitável dizer que esse evento, de certa forma causava impacto e visibilidade

para o público LGBTI da época. O pioneiro, dessa manifestação popular, foi Ateciano Alves de Matos, que anos depois, se tornou o 1º primeiro Presidente de uma ONG LGBT da periferia de Aracaju (Menezes, 2018, p. 22-23).

É inegável o impacto do grupo Dialogay ao longo dos anos, principalmente nas zonas centrais e periféricas. Durante a sua atuação na luta contra o preconceito e visibilidade o coletivo incentivou, apoiou e protagonizou o primeiro casamento LGBT, no estado de Sergipe, que aconteceu em 27 de março de 1996, inclusive tendo o vereador petista Gilvan Melo como padrinho do casamento (Menezes, 2018). O noivo era homem cisgênero a noiva era uma travesti, adentrou à cerimônia vestida de noiva tradicional, em contrapartida um “pastor-vereador” se posicionou contrário a união que considerou o ato como “perversão diabólica” (Melo, 2013).

[...] De fato, ao apostar no Estado por reconhecimento, nos restringimos efetivamente ao domínio do que será reconhecível como legítimos arranjos sexuais, fortalecendo, assim, o Estado como a fonte para as normas de reconhecimento e eclipsando outras possibilidades na sociedade civil e na vida cultural. Exigir e receber reconhecimento, segundo normas que legitimam o casamento e deslegitimam formas de alianças sexuais fora do casamento, ou normas que são articuladas em uma relação crítica ao casamento, é deslocar o espaço de deslegitimação de uma parte da comunidade gay para outra, ou, mais ainda, é transformar uma deslegitimação coletiva em uma deslegitimação seletiva. É difícil, senão impossível, reconciliar uma tal prática com um movimento sexualmente progressista e radicalmente democrático. O que significaria excluir do campo de legitimação possível aqueles que estão fora do casamento, aqueles que vivem não monogamicamente, aqueles que vivem sós, ou aqueles que vivem em quaisquer arranjos que não sejam formas de casamento? (Butler, 2003, p. 240).

Este reconhecimento por parte do Estado legitima ainda mais a sua força, o mesmo acontece pelos padrões heterossexuais, cisgêneros e patriarcais dos quais se esperam em um matrimônio entre um noivo e uma noiva.

Em outubro de 1996, após disputas internas e a escolha de uma nova direção, que não tomaria posse, o Dialogay passou por uma série de denúncias de irregularidades pelo uso inadequado de verbas do projeto do Ministério da Saúde (MS) no período anterior. As denúncias, que culminaram na primeira extinção do grupo, envolveram a utilização do dinheiro do MS, que deveria ter sido destinado à compra de preservativos e treinamento pessoal, mas que teria sido usada em benefício pessoal da vice-presidente da instituição, à época de sua candidatura a vereadora pelo PT, do município de Aracaju. [...] (Melo, 2013, p. 101).

Ainda de acordo com Melo (2013) no ano de 1997 o grupo tentou se reorganizar para as atividades, porém por conta dessa irregularidade na utilização da verba para motivos pessoais fez com que a instituição caísse em “descrédito”. Cardoso (2021) ainda citou que para Welington Andrade, antigo presidente do Grupo Dialogay Sergipe (GDS), situa a desmobilização de homossexuais no movimento em Sergipe, além do ataque à comunidade por conta do preconceito aprofundado pelo vírus HIV, motivos que fragilizaram a luta.

Um fenômeno que também foi encontrado nos resultados é quanto as dificuldades do grupo com a pauta trans:

Na década de 1990, o fato mais marcante da relação entre o Dialogay e as travestis é o sentimento de rejeição, assim, poucas se aventuravam nas reuniões das quartas-feiras, e as que apareciam limitavam-se a ir receber preservativos, embora tivessem muitos amigos junto a instituição, nem sempre alguns membros compreendiam o “mundo” delas e outros não aceitavam o fato de que algumas sobrevivessem da prostituição (Chagas; Oliveira, 2022, p. 21).

Tal questão aponta para uma pluralidade dentro da própria população LGBT, uma vez que as travestis se sentiam rejeitadas a partir das lutas do grupo Dialogay, demonstrando um afastamento da causa com a luta unitária.

A Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS), nos termos de Chagas e Oliveira (2022), foi criada no ano de 1999, realizavam reuniões com as travestis, trocavam experiências sobre suas vidas, dialogavam sobre os cuidados contra as DST/AIDS, redução de danos no uso do silicone industrial e conversavam sobre os perigos das violências contra as profissionais do sexo.

Figura 4 - Manual de Prevenção à Violência contra gays (Dialogay, 2000)



Fonte: Melo (2013, p. 123), segundo a fonte a imagem foi oriunda de arquivos do Grupo Dialogay de Sergipe.

É notório que o manual apresentado na figura acima informa estratégias de sobrevivência para que a comunidade gay tome conhecimento dos perigos de estar acompanhada por pessoas desconhecidas uma vez que essas podem ser possíveis agressores. Além deste fato, existe a apresentação de dados sobre a violência contra homossexuais masculinos os quais, estatisticamente, tinham mais números notificados de vítimas, além de percentual de violência contra travestis e lésbicas. Acrescenta-se os instrumentos utilizados nas violências, uma vez que esses tinham cunho de tortura e contra partes sexuais dos (as) corpos (as).

No ano de 2000 uma nova gestão, liderada por José Marcelo Domingos Oliveira, assumiu o Grupo Dialogay de Sergipe e instituiu novas propostas e diferentes projetos voltados para a prevenção de DST/AIDS, incluindo em contato com terreiros de candomblé (Menezes, 2018; Melo, 2013), sendo extinta após a sua renúncia no ano de 2002. Após a extinção do Grupo Dialogay de Sergipe algumas pessoas que compunham a sua organização se desmembraram e criaram seus próprios grupos/ coletivos/ ONGs.

Pós-extinção do Dialogay e da APA-PLUS²² uma nova era começa, com a fundação da ASTRA – Direitos Humanos LGBT, liderada por Tatiane Araújo, e a ADHONES, liderada por Marcelo Lima de Menezes. Essas duas ONGs acabaram realizando ações pioneiras, partiram delas, o fortalecimento das paradas, seminários, representações dos LGBTs sergipanos em eventos nacionais, articulações com parlamentares para criações de projetos de leis para o respeito e visibilidade da comunidade LGBTI de todo estado de Sergipe (Menezes, 2018, p. 26).

Nesse instante é possível observar a criação da Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ (ASTRA) bem como a Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES) e da UNIDAS em um contexto de fortalecimento do movimento que se afasta apenas da pauta homossexual e se aproxima da pauta LGBT (na época dos anos 2000).

[...] embora a preocupação com as IST/HIV fosse enorme por conta da epidemia de aids, já entendia que elas não necessitavam apenas desses cuidados, já que havia a questão do uso de hormônios sem nenhuma orientação médica, a aplicação de silicone industrial, as afecções proctológicas causadas pela relação sexual anal sem uso do preservativo, o uso de pomadas e cremes, substituindo o gel lubrificante, além disso, se no atual momento tem-se ainda o despreparo nas Unidades Básicas De Saúde (UBS) para receber essa população, há mais de 20 anos o riso, o descaso era a tônica, gerando assim revolta e as reações explosivas contra atendentes, enfermeiros e médicos (Chagas; Oliveira, 2022, p. 26).

Observou-se uma preocupação sobre o vírus que se alastrou pela população em geral e foi motivo de focalização no cuidado das profissionais do sexo, com foco nas pessoas da população LGBT. Foi nessa conjuntura que a UNIDAS se formou, com a participação de pessoas trans e travestis como Luciana Lins, Jessica Taylor, Maluma, Edith, Ruth, Lys, Ayla, entre outras, além da cooperação de pessoas cisgêneras, principalmente profissionais da saúde, como o Dr. Almir Santana, Dr. Mário Vidal, Eliana Chagas, Ana Hermínia, Andrey das Chagas Lemos, a professora Clarissa Andrade Carvalho e outras atuações (Chagas; Oliveira, 2022).

Quanto à participação do estado de Sergipe na Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, entre os dias 04 e 05 de março de 2008 aconteceu a 1ª Conferência Estadual GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) a qual elegeu 16 delegadas (os) para a conferência nacional. De acordo com fonte do governo de Sergipe aconteceu uma parceria entre as Secretarias de Estado de Segurança Pública, de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social além da Secretaria da Justiça e Cidadania em parceria

²² Associação Parada do Arco-Íris fundada em 2001 e extinta em 2004.

com a ASTRA Direitos Humanos e Cidadania GLBTT e a Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS).

Na 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) foi convocada pelo Decreto Estadual nº 28.037 de 23 de setembro de 2011. A conferência aconteceu nos dias 4 e 5 de novembro de 2011 e tinha o objetivo de avaliar e propor diretrizes para implementação que se alinham com a segunda conferência nacional.

O evento foi aberto com a presença do titular da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania (SEDHUC), Luiz Eduardo Oliva, da vice-presidenta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de LGBT, Irina Bacci, representantes de associações e da sociedade civil organizada, entre outros. Nesta edição, a conferência tem como objetivo avaliar e propor as diretrizes para a implementação de Políticas Públicas objetivando combater a discriminação e a promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT no Brasil, especialmente em Sergipe; avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; propor estratégias para seu fortalecimento, além de sugerir diretrizes para a implementação de Políticas Públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT (Sergipe, 2011, p. 1).

A organização do evento contou também com a presença do Grupo Mexam-se, Secretaria de Estado de Turismo e Conselho da OAB/SE, elegeu 16 delegadas (os) para a conferência nacional, sendo 10 representações da sociedade civil e 6 representantes do poder público.

Enquanto a 3ª Conferência Estadual LGBT de Sergipe, com o tema “Por um Sergipe que criminalize a LGBTfobia” ocorreu através da Secretaria do Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH) a partir da Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT da Coordenadoria de Direitos Humanos, com a presença de aproximadamente 200 pessoas e continha os mesmos 4 eixos da conferência nacional, seguindo o alinhamento. Aqui existe uma proximidade das discursões que aconteceram na conferência nacional antecederas pela estadual o que garantiu um debate participativo e com objetivo em comum.

Pós-extinção do Dialogay e da APA-PLUS²³ uma nova era começa, com a fundação da ASTRA – Direitos Humanos LGBT, liderada por Tatiane Araújo, e a ADHONES, liderada por Marcelo Lima de Menezes. Essas duas ONGs acabaram realizando ações pioneiras, partiram delas, o fortalecimento das

²³ A Associação Parada do Arco-Íris foi fundada em 2001 e extinta no ano de 2004, o principal objetivo do grupo era mobilizar as pessoas LGBT em festas populares já existentes em Aracaju.

paradas, seminários, representações dos LGBTs sergipanos em eventos nacionais, articulações com parlamentares para criações de projetos de leis para o respeito e visibilidade da comunidade LGBTI de todo estado de Sergipe. Dessa maneira, conseguiram realizar a 1ª Conferência Estadual LGBT no ano de 2007, outro marco importante, rumo à etapa nacional, os delegados (as) sergipanos (as) participaram de forma brilhante com representações de todos os segmentos da diversidade sexual [...] (Menezes, 2018, p. 26).

A atuação do movimento LGBT durante as primeiras movimentações da conferência em Sergipe perpassou pela liderança de duas ONGs que atuam até a presente data com lideranças políticas do movimento no estado. As suas trajetórias também se aproximam do processo histórico do Dialogay de Sergipe uma vez que tinham o intuito de se institucionalizarem e se tornar uma ONG, tais percepções serão apresentadas mais adiante.

No ano de 2010 a Prefeitura Municipal de Aracaju reconheceu o Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS), o qual existia desde 2008, levantando pautas importantes para as mulheres lésbicas na capital de Sergipe. A lei nº 3908 de 02 de junho de 2010 instituiu a utilidade pública do MOLS a qual apresenta sua sede em Aracaju, tal reconhecimento indicou uma movimentação coletiva voltada principalmente para as ações de educação permanente e debates das temáticas de lésbicas.

Ao longo dos anos outras Organizações não-governamentais (ONGs) para o público LGBTQIAPN+ foram criadas, tais como: Associação LGBTQIA+ Simão Dias (AGS), Associação de Transgêneros de Estância (ASTRAES), Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AmoSerTrans), Adversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco (A.D.A. LGBT/SE), CasAmor Neide Silva, REMONTA LGBTQIAPN+.

No ano de 2012, ocorreu a Primeira Semana da Consciência LGBT na cidade de Aracaju. O evento, organizado pela ONG ADHONS em celebração ao Dia Mundial do Orgulho LGBT, contou com o lançamento do livro Viagem Solitária – Memórias de um Transexual 30 Anos Depois, de João Nery, além de ações de conscientização e uma homenagem ao Programa Municipal de DST (G1, 2012).

Em 2014, realizou-se o encontro "Quebrando Tabus, Vencendo Preconceitos", promovido pela ADHONS em parceria com a Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania, em uma instituição de ensino superior privada em Aracaju (G1, 2014). O evento reuniu membros das duas organizações, estudantes do núcleo de psicologia da faculdade e contou novamente com a presença do escritor João Nery.

A Associação de Transgêneros de Estância (ASTRAES) localizada na cidade de Estância propôs uma moção que foi aprovada que parabeniza a lei que instituiu o dia do combate à homofobia na cidade de Estância a partir da lei nº 10/2014 que consagra o dia 28 de setembro como o Dia Municipal de Combate à Homofobia.

Em 30 de setembro de 2016, foi promulgado o Decreto nº 30.374 pelo governo de Sergipe, regulamentando o tratamento nominal e a inclusão do uso do nome social para travestis e transexuais nos registros e atendimentos dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual, incluindo a emissão da Carteira de Identidade Social.

Art. 1º As pessoas travestis e transexuais têm direito à identificação por meio do seu nome social nos atos de registro e de atendimento de serviços prestados por qualquer órgão integrante do Poder Executivo Estadual. [...]

Art. 4º A pessoa interessada indicará no momento do ato de registro ou de atendimento, o nome social pelo qual deverá ser identificada, conforme Carteira de Identidade Social. §1º Os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo nome social, que constará dos atos escritos. §2º O nome social constante da Carteira de Identidade Social deve ser utilizado para os atos de emissão de documentos oficiais. §3º Os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil são emitidos nos termos da legislação própria.

Art. 5º É assegurado ao servidor público travesti ou transexual a utilização do seu nome social mediante requerimento à Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas seguintes situações, dentre outras: I - cadastro de dados e informações de uso social; II - comunicações internas de uso social; III - endereço de correio eletrônico; IV - identificação funcional de uso interno do órgão; V - lista de ramais do órgão; e, VI - nome de usuário em sistemas de informática.

Art. 6º As escolas da rede de ensino público estadual ficam autorizadas a incluir o nome social nos registros escolares (Sergipe, 2016, p. 1).

As reivindicações do Movimento LGBT também abarcaram o direito ao uso e respeito pelo nome social de pessoas trans e travestis no âmbito estadual. Essa conquista decorreu de novas demandas relacionadas às identidades de gênero, ou seja, de processos emergentes que trouxeram visibilidades inéditas. Desde o início do movimento, essa comunidade tem enfrentado o desrespeito aos seus nomes e pronomes.

Em outubro de 2018, a cabeleireira e mulher transexual Laysa Fortuna, aos 25 anos, foi esfaqueada no tórax em Aracaju, capital de Sergipe. Segundo fontes de O Globo (2018), o acusado, Alex da Silva Cardoso, um homem cisgênero em situação de rua, costumava importunar pessoas trans e travestis que trabalham nas ruas do centro da cidade durante o período noturno e essa persistente intimidação culminou no homicídio.

A militante Linda Brasil foi uma das primeiras a chegar ao local para prestar auxílio, uma vez que também era amiga da vítima. Durante o socorro a Laysa, testemunhas tentaram

registrar um boletim de ocorrência na mesma noite, porém o Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe só funcionava em horário comercial.

Ainda de acordo com O Globo (2018), quando as testemunhas buscaram atendimento em uma delegacia plantonista, foram tratadas no gênero masculino, sem o respeito ao uso de seus nomes e pronomes femininos. Após protestos, o caso foi finalmente encaminhado para a DAGV, onde as testemunhas receberam o tratamento adequado.

O corpo da transexual Laysa Fortuna foi sepultado na presença de amigos e familiares na tarde deste sábado, 20, no Cemitério São João Batista, em Aracaju. Ela morreu na última sexta-feira no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), onde se recuperava da facada que levou de Alex da Silva Cardoso no dia anterior. Alex já está preso e será indiciado por homicídio. Nesta tarde, os amigos da vítima ecoaram gritos contra a transfobia e LGBTfobia no cemitério – assim como a frase ‘Laysa, presente!’ (Infonet, 2018, p. 1).

Durante o sepultamento de Laysa, ocorreu mais um caso de transfobia. Testemunhas relataram que a família consanguínea da jovem realizou o enterro utilizando seu nome de batismo, ou seja, registrando-a com o nome masculino. Laysa, ainda na adolescência, havia sido expulsa de casa por sua família religiosa e passou a residir em uma vila, necessitando trabalhar à noite (O Globo, 2018).

Após o ocorrido e devido à pressão do movimento LGBT em Sergipe, a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis passou a operar 24 horas, mantendo atendimento especializado aos grupos socialmente vulneráveis.

A medida foi adotada após as reivindicações de ativistas do movimento LGBTT, que cobraram reforço das ações de enfrentamento à violência de gênero no estado após a morte da transexual Laysa Fortuna, esfaqueada no final da semana passada nas imediações do prédio onde funciona o DAGV, no centro da capital sergipana (F5 News, 2018, p. 1).

Diante deste caso, é possível inferir sobre a descrição apresentada. Primeiramente, observa-se que os dados foram obtidos de fontes jornalísticas, as quais buscam informar com imparcialidade, oferecendo os diversos lados da história.

É notória a preocupação da maioria das testemunhas presentes em ressaltar a necessidade urgente de a sociedade sergipana conhecer e entender a gravidade desse homicídio.

O momento de importunação e violência de Alex da Silva Cardoso contra Laysa revela que o ataque foi motivado por preconceito contra pessoas trans e travestis, que se encontravam em seu horário de trabalho. Essa situação sugere que, embora Alex também estivesse em uma

condição de vulnerabilidade social por viver em situação de rua e não ter acesso a direitos sociais, ele ainda assim perpetrou um ato de transfobia, que o levou a assassinar uma pessoa em condições de vulnerabilidades tanto quanto ele.

A cultura heterocispatriarcal dominante conferiu a esse homem cisgênero uma suposta liberdade de decidir sobre a vida de uma mulher transexual, ao mesmo tempo em que a oprimia e a ameaçava em razão de seu corpo. Essa situação suscita uma reflexão sobre o impacto das relações sociais em que duas pessoas excluídas da sociedade não se reconhecem como parte de uma mesma comunidade, mas, ao contrário, veem-se em uma relação de dominação, onde uma considera a outra um corpo a ser eliminado. Para Butler (1999) trata-se de um corpo abjeto sendo esse densamente povoado por aqueles que não gozam do status de sujeito e o domínio sobre ele circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida.

O atendimento às outras vítimas ameaçadas e às testemunhas do assassinato também suscitou importantes considerações. Em primeiro lugar, a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), um serviço especializado, não funcionava 24 horas, apesar de sua importância em uma realidade em que grupos vulnerabilizados enfrentam preconceitos em diferentes momentos do dia. Em segundo lugar, as testemunhas sofreram desrespeito ao serem tratadas de maneira inadequada em uma delegacia plantonista, onde seus nomes e pronomes foram ignorados, contrariando o Decreto nº 30.374/2016, que assegura o uso do nome social.

A família de Laysa, segundo militantes amigas da vítima, usou seu nome de batismo e registro civil no sepultamento. Segundo a irmã de Laysa, a decisão se deu para cumprir protocolos formais, afirmando que são uma família cristã (O Globo, 2018). O uso do protocolo e do cristianismo como justificativas aprofunda a transfobia ao desconsiderar o nome que Laysa escolheu para viver, negando-lhe o reconhecimento de sua identidade até mesmo após sua morte.

As informações divulgadas pelos meios de comunicação e os protestos que se seguiram geraram uma pressão sobre o Estado, levando a uma mudança significativa: a abertura 24 horas do DAGV, uma conquista relevante do movimento LGBTQIAPN+.

A apresentação desse caso de 2018 visa provocar uma reflexão sobre a profundidade da violência motivada por preconceito, dominação e opressão, destacando uma formação social marcada pela discriminação e por violências estruturais, reproduzidas pela família, inclusive. Esse cenário é agravado pelo contexto político do mesmo ano, quando foi eleito um presidente identificado com uma frente de extremistas religiosos, com discurso que incentivou o ódio e a divisão entre diferentes grupos.

Há também uma importância significativa nas Paradas LGBTQIAPN+, pois são os principais eventos que destacam a resistência dessa população em favor da diversidade de identidades, expressões e sexualidades. Além de enfatizarem as lutas contra o preconceito, essas paradas funcionam como espaços para levantar as pautas e demandas dessa comunidade. Tal organização política representa um momento de celebração das vidas e bandeiras levantadas em favor de políticas públicas específicas para transformar a realidade.

A Parada LGBTQIAPN+ em Sergipe segue essa mesma lógica. Anualmente, a ASTRA, em parceria com outras entidades, lideranças do movimento, empresas e setores públicos, realiza um circuito de ações educativas, apresentações artísticas, debates, formação política e o dia de celebração. Tais ações tendem a desafiar a cultura conservadora e abrir espaços para que diversas pessoas se posicionem em conjunto sobre suas identidades. Esse momento é historicamente significativo e, na contemporaneidade, atrai milhares de pessoas às ruas.

Figura 5 - 18º Parada do Orgulho LGBT em Aracaju (2019)



Fonte: Bacanudo, 2019.

A partir das entrevistas realizadas no *Google Forms* e das inferências sobre os resultados foram notórios três motivos que levaram as pessoas para o movimento social LGBTQIAPN+, são eles: por contato e participação em eventos produzidos por outras pessoas, contato a partir de vítimas de LGBTQIAPN+fobia ou aproximação oriunda do campo profissional.

A segunda questão do formulário solicitava: Discorra sobre sua trajetória no movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe. As falas se dividiram em três tipos de respostas, no primeiro conjunto as lideranças citaram iniciar na militância a partir de eventos de instituições e/ou promovidos por outras pessoas.

Para Maria Eduarda, da ONG ASTRA:

Me aproximei do movimento social mais ou menos em 2008 movida pela Parada LGBT+ de Sergipe, a partir daí fui entendendo que essa manifestação além de uma festa, existia um movimento social atuante que batalhava arduamente para garantir direitos de pessoas LGBTs. Dessa forma naturalmente fui me voluntariando na Astra e após comecei a trabalhar nos projetos da instituição que foram me dando visibilidade, ocupando também conselhos da sociedade civil e me tornando conhecida no meio da militância. (Entrevistada Maria Eduarda, 2024)

Segundo Rosivaldo Lisboa da instituição Flor do Sertão:

Em 1989 fui a Aracaju para participar de um encontro de grupos de teatro amador, no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, na praça Camerino, enquanto encontrava-me no local tive a oportunidade de encontrar um pessoal do Dialogay que também estava no local para se reunirem em outra sala. Logo estava entrosado com o pessoal que me passaram algumas informações sobre o movimento deles. Só voltei a participar do movimento gay organizado em 2008 quando ajudamos a fundar uma ONG LGBT no município de Poço Verde, a Associação GLBT Flor do Sertão. Através da participação na Associação Flor do Sertão, exerci o cargo de 1º Secretário de 2008-2012, de Presidente de 2013-2017. (Entrevistado Rosivaldo Lisboa, 2024)

O entrevistado Gabriel Machado, que atua junto à equipe da parlamentar Linda Brasil situa:

Comecei a ter contato em meados de 1999, através do Grupo Dialogay, onde acompanhava os trabalhos exercidos por minha mãe, que prestava serviços educacionais e como agente de redução de danos. Após um grande momento de participação nos movimentos voltados às políticas públicas para HIV/Aids, foi a partir do ingresso na faculdade (2014), que comecei a me aproximar dos movimentos LGBTQIAPN+ de Sergipe. Desde então, desenvolvo formações, cursos, palestras, debates e rodas de conversas com diversas entidades, considerando os recortes necessários para a população negra. (Entrevistado Gabriel Machado, 2024)

No segundo grupo de pessoas foram citados os casos de violência LGBTQIAPN+fóbica e esse foi o motivo para iniciar a luta política.

Para Adriana Lohanna, da ASTRA, o seu caso de transfobia foi o motivo de aproximação com o movimento, segundo a entrevistada:

Iniciei no movimento LGBTQIAPN+, após ser vítima de transfobia por parte da Universidade Tiradentes em 2009, que naquele ano teria me proibido de usar o banheiro feminino, a partir desse fato e da minha luta em busca dos meus direitos comecei a militar no movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe. (Entrevistada Adriana Lohanna, 2024)

No terceiro conjunto de respostas as pessoas informaram que a partir do exercício de suas profissões em instituições tiveram a oportunidade de se somar à luta.

Para o delegado Mario Leony o seu emprego na Polícia Civil o aproximou da militância:

Começa em 2006, enquanto acadêmico do curso superior de polícia, quando enfrentei na academia o tema “homofobia, controle social e políticas públicas de atendimento”, e tive os primeiros contatos com as entidades LGTB. Daí se inicia minha militância orgânica em parceria com os movimentos sociais. Sou filiado à ADHONES (Associação de Defesa Homossexual de Sergipe) e cofundador da Renosp LGBTI - Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI, onde ocupei cargo de secretaria geral na direção nacional e também atuei como coordenador estadual. (Entrevistado Mario Leony, 2024)

O promotor do Ministério Público de Sergipe, Francisco Lima citou “A partir da minha atuação como Promotor de Justiça, especialmente no Centro de Apoio de Defesa dos Direitos Humanos e na Comissão LGBT do MPSE pude conhecer e me aproximar dos movimentos sociais, atuando para superar dificuldades desse segmento populacional” (Entrevistado Francisco Lima, 2024).

Enquanto a psicóloga Lili Drapala, atuante no Conselho Regional de Psicologia de Sergipe:

A partir de meu trabalho remunerado principal, acionei o espaço público das militâncias. Em 2010, trabalhava tanto num CREAS Viver Legal (em Aracaju, que era específico para atendimento de adolescentes em conflito com a lei) como no CRP19 [Conselho Regional de Psicologia]. Nesse espaço do CRP19, meu primeiro trabalho foi a participação num levantamento nacional “PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIVERSIDADE SEXUAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS LGBT”. E, cabia-me conhecer quais serviços Sergipe possuía para atender essa população. Conheci o Centro de Combate a Homofobia. E, com ajuda de uma professora de antropologia, conhecia Adriana Lohanna - disseram-me: “a primeira sergipana inserida no programa nacional para redesignação de gênero e sexual”. [...] Retomo o contato com a Adriana Lohanna, solicito que me oportunizasse acesso a representantes de movimentos sociais. Nesse fluxo, conheci o coletivo

AMOSERTRANS que se constituía e aperfeiçoava, a UNIDAS, a ASTRA. E, fizemos um movimento de reuniões para analisar nossa conjuntura. [...] Também tive a feliz oportunidade de estar junto na atividade que nomeou a CasAmor e algumas outras atividades posteriores. Assim, conhecendo o Matheus Andrade, graduando em serviço social à época, participamos representando Sergipe num Diagnóstico da Juventude LGBT pela Secretaria de Juventude em 2018 na cidade de Salvador. Também, em menção a toda essa trajetória, quando da retomada do movimento para implantar o CONLGBT em Sergipe, fui indicada pelo CRP19 para ser sua representante. (Entrevistada Lili Drapala, 2024)

Interessante observar os diferentes caminhos trilhados por essas trajetórias das lideranças que fazem parte do movimento social LGBTQIAPN+. Suas singularidades apontam para caminhos que se encontram entre si, sejam nos eventos, nas reuniões dos coletivos, nos seus campos de atuação profissional como também a partir dos momentos de lutas pessoais que se tornam coletivas.

Nas eleições municipais de 2020, ocorreu um fato histórico: Linda Brasil²⁴, candidata pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi eleita como a vereadora mais votada de Aracaju, com um total de 5.773 votos, tornando-se a primeira vereadora trans do estado. Nesse ano, ao todo, foram eleitas 25 pessoas trans em todo o país.

Segundo Linda Brasil, em entrevista ao Brasil de Fato:

É muito simbólico, um momento histórico. Estou aqui sem encontrar uma palavra para definir o que está acontecendo não só comigo mas no Brasil com 25 pessoas trans. É um sopro de esperança nesse momento conturbado da política brasileira. Um sopro de esperança para que outras pessoas comecem a acreditar na política, que não se desmotivem, que acreditem que podemos contribuir com a transformação da nossa sociedade. [...] É como se a população tivesse dado uma resposta ao reacionarismo e ao fascismo. Ocupamos esses espaços que sempre nos foram negados, principalmente os espaços de decisão, e sendo uma mulher feminista, aguerrida, que não vai

²⁴ Linda Brasil Azevedo Santos é uma educadora, política e ativista transfeminista pelos direitos humanos e da comunidade LGBTQIA+ de Sergipe, fundadora da associação Amosertrans e da casa de acolhimento CasAmor Neide Silva. Em 2013, Linda Brasil começou o curso de Letras Português-Francês na UFS e desde o princípio da graduação sofreu transfobia por conta de um professor que não respeitou o seu nome social e insistia em utilizar o seu nome de registro. Isso fez com que ela entrasse com um processo administrativo para que seu nome social fosse respeitado. A ação culminou na Portaria nº 2209 da UFS que possibilita o uso do nome social no âmbito acadêmico e administrativo dentro da instituição. [...] Posteriormente, Linda obteve também pela UFS o título de Mestra em Educação. Em 2015, juntamente com outras pessoas trans e apoiadores, Linda Brasil criou o projeto EducaTrans através da Amosertrans (Associação do Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais). EducaTrans foi um curso preparatório para o ENEM voltado especialmente para pessoas trans cujo principal objetivo era ampliar a inserção de pessoas trans no ambiente universitário. [...] Em 2017, Linda idealizou e fundou a ONG CasAmor, inspirada em iniciativa de casas de acolhimento pelo país como a Casa 1, em São Paulo, e a Casa Nem, no Rio de Janeiro. Sua inauguração ocorreu em 29 janeiro de 2018, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, e marcou a abertura dos trabalhos da IV Semana da Visibilidade Trans. O objetivo da CasAmor é acolher e dar apoio as pessoas da comunidade LGBTQIA+ por meio de trabalhos voluntários realizados por diversos profissionais como psicólogos, arquitetos, designers, engenheiros, professores e jornalistas, entre outros. [...] (lindabrasilse, 2024, p. 1-3).

aceitar essa estrutura construída à base de tanto machismo, racismo, LGBTfobia, de tanta exploração e opressão (Brasil de Fato, 2020, p. 4).

Esse resultado específico na capital sergipana ressalta a importância da formação de um grupo político fortalecido, que utilize uma linguagem acessível e capaz de se comunicar com diversas camadas sociais. A eleição de Linda Brasil representa o resultado de um processo de lutas históricas e é uma conquista significativa no cenário político. A ocupação de espaços na política por pessoas LGBTQIAPN+ se torna cada vez mais necessária, promovendo novas presenças em locais, historicamente, dominados por homens cisgêneros.

A fala de Linda Brasil situa-se em uma posição de reconhecimento de sua liderança política no estado de Sergipe, vinculada a um discurso em defesa de grupos socialmente vulnerabilizados. Além disso, ela manifesta uma preocupação com o atual cenário político brasileiro, que tem se voltado para o neofascismo e o conservadorismo da extrema direita.

Uma eleição como essa impulsiona o debate sobre a participação política da população LGBTQIAPN+, pois reafirma a necessidade de ocupar esses espaços para desenvolver estratégias e planejamentos que visem à criação de legislação, proteção e fiscalização dos direitos garantidos pelo Estado.

Em 25 de junho de 2021, em Sergipe, foi sancionada a Lei nº 8.857, que criou o Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CONLGBT). Esse conselho, vinculado à Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), realiza a cada dois anos um edital para a seleção de doze representantes da sociedade civil e doze representantes de órgãos e entidades governamentais.

Art. 3º Compete ao CONLGBT:

I - participar da elaboração de critérios e parâmetros para a formulação de metas e políticas em conjunto com Secretarias e demais órgãos públicos, a fim de assegurar condições de igualdade de direitos à população LGBT; II - desenvolver ações transversais e parcerias com o Governo do Estado e a sociedade civil, apresentando propostas de políticas com o propósito de combater as discriminações e desigualdades em detrimento da orientação sexual e identidade de gênero; III - participar da elaboração, análise e avaliação da execução do Plano Estadual para Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a partir das diretrizes emanadas das legislações federal e estadual, da Conferência Nacional e da Conferência Estadual de Direitos de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; IV - estimular a criação de grupos de trabalho ou comitês técnicos, para fortalecer a promoção da cidadania e direitos da população LGBT no âmbito estadual; V - participar de qualquer ato e ação que concorra para a promoção e o respeito dos direitos humanos em todas as suas dimensões ou para cessar as suas violações; VI - promover seminários, debates, pesquisas, cursos, estágios, grupos de estudos e outras

atividades relacionadas com a promoção da cidadania e direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cooperando com outros fóruns congêneres e outros órgãos semelhantes para os objetivos indicados neste artigo; VII - receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, encaminhando-as aos órgãos competentes para providências cabíveis, além de acompanhar e monitorar os procedimentos pertinentes; VIII - elaborar e aprovar seu regimento interno (Sergipe, 2021, p. 2-3).

As competências do CONLGBT possuem caráter fiscalizador das violências sofridas pela população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. Além disso, o conselho promove seminários e outras atividades voltadas à sociedade e participa na formulação do plano de promoção de direitos humanos para pessoas LGBTQIAPN+.

Em 2022, mais uma conquista histórica foi registrada na política sergipana: Linda Brasil foi eleita deputada estadual, com um total de 28.704 votos, sendo a candidata mais votada na cidade de Aracaju.

Figura 6 - Posse de Linda Brasil, primeira deputada estadual trans de Sergipe



Fonte: Faxaju, 2023

Em entrevista concedida pela deputada eleita, observou-se que seu discurso na Câmara de Aracaju manteve-se firme, atrelado à quebra de paradigmas em uma sociedade que, historicamente, elege homens que não representam a maioria da população em termos de classe, raça, identidade de gênero ou sexualidade. Ressaltar essas conquistas históricas para o estado de Sergipe faz parte do movimento de contestação, em um estado que carrega consigo um histórico de violações de direitos contra pessoas LGBTQIAPN+.

Essa é a primeira vez que uma mulher trans sobe a rampa da Alese, pela porta da frente, para tomar posse de um cargo que, tradicionalmente, é ocupado por homens brancos, cis, heteronormativos e de famílias tradicionais. O número de mulheres ainda é muito pequeno, já que somos maioria da população. E ser a primeira mulher trans a quebrar essa barreira aumenta a minha responsabilidade e o meu compromisso. E, no parlamento, serei a voz das pessoas LGBTQIAPN+, das pessoas negras, das professoras e professores, da juventude, das pessoas com deficiência, e de todas as pessoas que têm os direitos humanos violados. Vamos, juntas, transformar o modo de fazer política. (Faxaju, 2023, p. 2)

A eleição de uma pessoa trans para a Assembleia Legislativa de Sergipe representa uma causa – consequência. Por um lado, é uma conquista histórica, resultado de inúmeras lutas e até mortes da população LGBTQIAPN+. Por outro, simboliza a transformação social e a resistência dessa comunidade. O compromisso de Linda Brasil com o desenvolvimento social do estado está evidenciado em seu site oficial <https://www.lindabrasilse.com.br>, onde é possível acompanhar todas as iniciativas e projetos da deputada.

Refletir sobre o movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe e sobre as formas de organização política a partir do que a teoria apresenta como definição do que é um movimento social é observar que o movimento utiliza estratégias para minar as desigualdades e preconceitos. Estratégias forjadas nas violências sofridas por pessoas em sua singularidade, as quais desencadeiam a organização política e a articulação em luta pela transformação social, cotidianamente. Consequentemente, o reconhecimento de direitos sociais pelo Estado só ocorreu devido ao frequente embate entre as classes subalternizadas, que se reconhecem como identidades LGBTQIAPN+ e manifestaram, de forma coletiva, descontentamento com o sistema imposto.

Existe no movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe uma transformação que acompanha as considerações do nível nacional. Enquanto as primeiras reuniões coletivas ocorriam nas imediações de igrejas católicas, novas necessidades surgiram. Questões relativas às violências por fatores de identidade de gênero, expressão de gênero e sexualidade já não cabiam em um espaço que historicamente propunha a dominação dos corpos. Entretanto a contradição social ainda persiste, como por exemplo o caso de Laysa onde uma família cristã seguiu seus preceitos religiosos em detrimento das demandas de seus direitos.

O fato de os debates tomarem espaço nas universidades/academias é de suma importância, uma vez que é por meio da transformação das ciências que o conhecimento é compartilhado e as tendências teóricas são capazes de questionar/destituir poderes e enraizados

nas estruturas sociais. A criação de ferramentas teóricas alinhadas à práxis, concretizada através dos movimentos sociais, é capaz de produzir críticas ao que está posto pelas classes dominantes.

Assim como citado anteriormente, Eder (2002) classificou como novos movimentos sociais possuem uma caracterização diferenciada e através dos dados citados anteriormente o movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe faz parte desta sucessão uma vez que foi construído em prol de uma identidade coletiva.

Considerando as análises, é possível afirmar que os novos movimentos sociais desempenham um papel crucial na dinâmica social atual. Eles representam uma força de mudança e de contestação que desafia as estruturas estabelecidas, promovendo novos valores e formas de organização social. Além disso, esses movimentos promovem uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade, buscando atender às necessidades e vontades coletivas de maneira mais justa e democrática.

Como se chama atenção em Silva (2018) onde nem todos os movimentos sociais estão atrelados a uma reforma social que não se adentra nas raízes do sistema que explora, aliena e desumaniza. Acrescenta-se ainda a estrutura patriarcal, heterocisnormativa e racista que assolam o país, a luta contra essas raízes também fazem parte de um processo que provoca exclusão, dominação, preconceitos e opressão. Pensar em uma unidade como posta por Saffiotti (2009) ao relatar sobre uma aproximação com o movimento de totalidade entre seres.

O caminho a ser trilhado deve levar em consideração as múltiplas formas de diversidade de identidades de gênero, expressões de gênero e sexualidades, assim como buscar uma unificação das lutas através de diálogos e formações educacionais. A difusão dos estudos oriundos da decolonialidade a partir do feminismo negro e estudos trans é um meio eficaz dentro do campo acadêmico (Facchini, 2018).

Existem também outras formas do movimento LGBTQIAPN+ possuir maior visibilidade no campo do ativismo, sendo a organização política e educacional um meio de fomentar, dentro da própria população, discussões quanto às questões de identidade, expressão de gênero e sexualidades. Nas ruas e nas esferas políticas, que fazem parte do Estado, as estratégias de diálogo e a vida cotidiana podem se atrelar em um debate constante (Facchini, 2018). Ora, uma vez que o Estado tem o poder na esfera legislativa, é necessário que pessoas LGBTQIAPN+ estejam na sua construção e participem ativamente com o objetivo de transformar o que está posto. Por fim, atingir as estruturas sociais ainda é o grande desafio, porém, com um conjunto de ações e a continuidade de um movimento social forte e comprometido com a revolução, é possível angariar novas perspectivas de uma contínua transformação.

Logo, o movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe iniciou no fim da década de 1970 com uma proteção da religião católica e chegou até a contemporaneidade perpassando por atravessamentos políticos, contradições, construções, diálogos, contra as violências atuadas por grupos conservadores. Notou-se que foi graças a seus embates que o movimento passou a ser referenciado no país pressionando o estado para a implementação de ações voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+.

Na próxima seção serão apresentados os dados sobre as demandas da população LGBTQIAPN+, bem como as Organizações não-governamentais e as instituições do estado de Sergipe realizam ações voltadas para as necessidades desse público.

3 ENTRE DEMANDAS E TENSÕES: atendimento público e atuação das ONG's para população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe

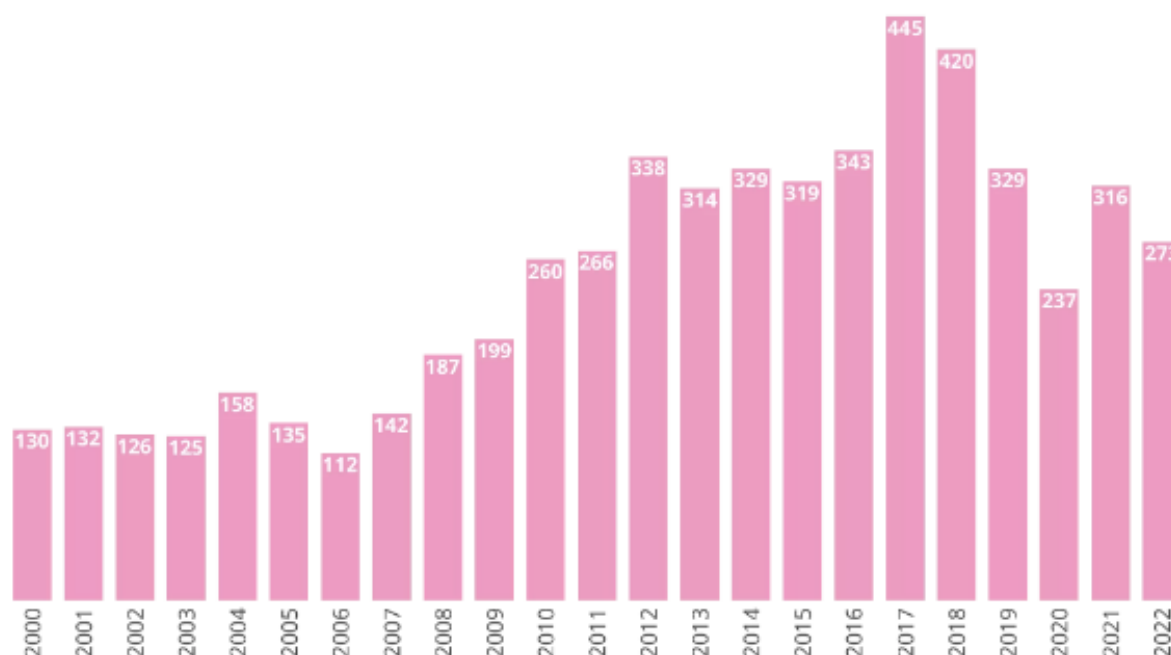
3.1 Demandas e manifestação da violência e os processos de dominação-opressão contra a população LGBTQIAPN+

Apresentadas as comunidades da população LGBTQIAPN+, na introdução deste trabalho, é certo que o próximo espaço discorrerá sobre as suas principais demandas para as políticas sociais com um olhar crítico para as relações sociais. A mais urgente dessas demandas são as questões de violências uma vez que sejam elas explícitas e/ou implícitas resultam em alarmantes casos diariamente expostos, bem como foi exemplificado na seção anterior.

As violências contra a população LGBTQIAPN+²⁵ revelam que o Brasil é imerso na heterocisnormatividade, isso quer dizer que é regido por regras sociais estabelecidas pelas estruturas heterossexuais e cisgêneras. Essas questões também estão acompanhadas por outras formas de dominação e opressão características do patriarcalismo, do racismo, do capacitismo entre outras, presentes nas relações sociais, ou seja, as relações de pessoas entre si aprofundam preconceitos.

²⁵ LGBTQIAPN+ é a sigla relativa para lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis, pessoas queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias dentre outras denominações relativas à gênero, sexualidade e/ou expressão de gênero.

Gráfico 6 - Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2022



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2023

No gráfico acima se evidencia uma oscilação nos números ao longo dos anos, porém, constata-se um crescimento em relação aos primeiros anos de contagem. É perceptível que entre os anos de 2017 e 2018 os índices apresentam salto quantitativo, durante esse período a conjuntura brasileira estava se formando para um ultraconservadorismo.

É necessário destacar também os casos subnotificados os quais nem sempre são tratados como crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que ao chegarem no Instituto Médico Legal (IML) é levado em consideração a identificação das documentações oficiais os quais nem sempre estão retificados e/ou familiares informam as identidades de gênero. Ao passo que as delegacias especializadas nem sempre contabilizam os crimes contra as comunidades vulnerabilizadas²⁶.

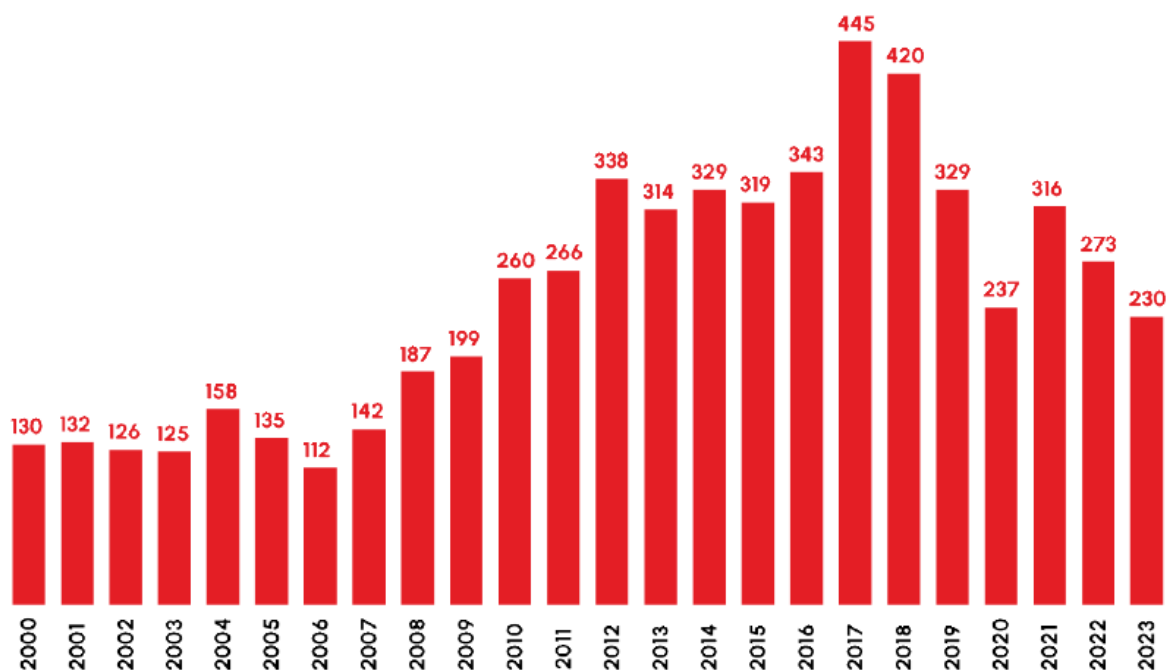
O preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos – contra mulheres, negros/as, homossexuais, imigrantes, idosos/as, pessoas com deficiência, entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar. (CFESS, 2016a, p. 7).

²⁶ A utilização do termo “vulnerabilizadas” se dá pelo fato de que “vulneráveis” pode ser interligada à populações que se vitimizam. Enquanto que “vulnerabilizadas” aponta e demonstra que essas pessoas tem suas potencialidades, resistências e existências que antecedem quaisquer violência, logo, uma população que perpassa por contextos violentos que a torna mais suscetível à violações de direitos.

Pesquisa realizada por Moraes (2019) constatou que existe correlação entre violações de direitos e a saúde mental da população LGBTQIAPN+. Portanto, os preconceitos, a discriminação, o assédio por questões de gênero e sexualidade influenciam no adoecimento mental como a depressão, autolesão, afastamento social e tentativas de suicídio.

Ainda segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o país mantém ao longo das últimas décadas uma média de 243 mortes por ano (GGB, 2022), ao passo que aconteceram 140 casos de assassinatos de pessoas trans e travestis no ano de 2021 (ANTRA, 2022). Os dados reforçam o quanto o país ainda permanece violentando essa população.

Gráfico 7 - Número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil (2000-2023)



Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 2024.

O gráfico acima apresenta uma variação anual do número de mortes violentas contra pessoas LGBTQIAPN+ entre os anos de 2000 à 2023, porém, existem pontos a serem considerados no decorrer dos anos. Entre 2000 até o ano de 2005 ocorreu leves declínios, porém, um aumento considerável no ano de 2004. A partir do ano de 2006 notou-se uma tendência crescente no número de casos o que chegaram até 266 ocorrências em 2010.

Durante os anos de 2011 à 2015 ocorreram declínios nos casos em relação à 2012 sendo este o ano com o maior número neste recorte temporal, chegando à 338 mortes de pessoas

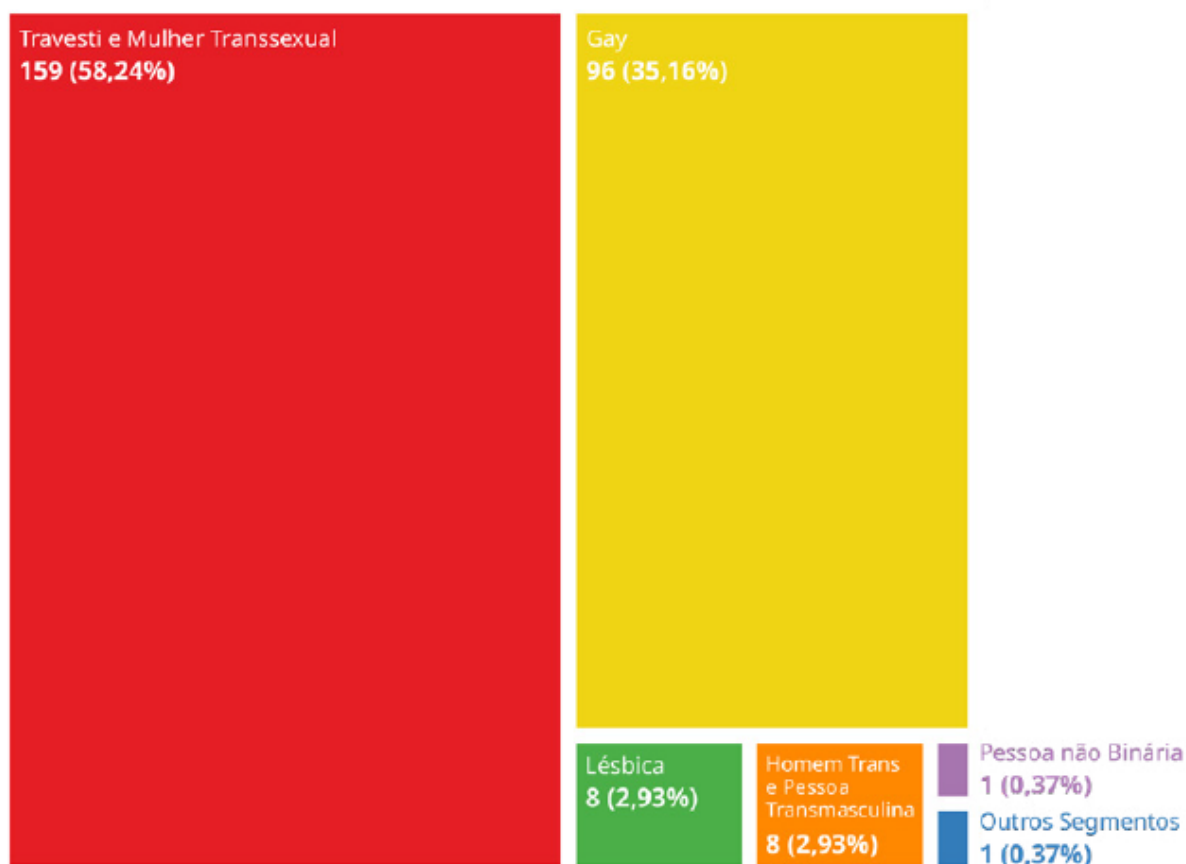
LGBTQIAN+. No espaço de tempo de 2016 até 2019 registrou-se em 2017 445 mortes violentas sendo o maior de todo o gráfico e foi seguido de diminuições. Por fim, entre 2020 e 2023 os números apresentam oscilações, com destaque para 2023 sendo o ano com menos mortes desde 2010. Tais considerações são importantes para situar que a segurança das pessoas LGBTQIAPN+ continua sendo o dado mais alarmante, uma vez que ainda está se discutindo o direito à vida.

Ao observar dados sobre a população LGBTQIAPN+ tanto o referencial teórico como os dados estatísticos costumam abordar essa demanda de mortes violentas contra essas pessoas. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) entre 1963 e 2021 foram registradas 6.691 mortes violentas, porém existe uma notável variação nesse número uma vez que a ausência de monitoramento oficial é uma variável (GGB, 2022), acrescido do fator autoidentificação.

O local onde ocorre o assassinato é, muitas vezes, utilizado como apoio nas investigações policiais para determinar as motivações dos assassinatos. Em geral, quando os atos ocorrem em vias públicas e são realizados por homens que abordam a vítima e efetuam grande quantidade de disparos com armas de fogo, os casos passam a ser automaticamente relacionados com o tráfico de drogas [...]. (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 42-43).

As violências desferidas contra essa população em locais públicos são acrescidas àquelas cometidas no ambiente doméstico, pois, diferente de outras violações que ocorrem dentro de contextos intrafamiliares, essas podem ocorrer também fora de casa por pessoas desconhecidas.

Gráfico 8 - Número de mortes de LGBTI+ no Brasil, por segmento, em 2022



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022

A perpetração da violência atinge, principalmente, a população de mulheres trans e travestis o que perpetua a dominação social entre as diferentes identidades de gênero. Esse fato requer o combate ao patriarcado, uma vez que engendrar uma transformação social requer passar pelos diferentes marcadores e como eles estão atrelados à vida material em uma cultura que é heterocisnormativa.

Segundo a ANTRA (2022) existe invisibilidade quanto aos assassinatos de homens trans e pessoas não-binárias, uma vez que nos veículos de mídia ainda existem poucas informações, porém, é notória a violência contra pessoas transfemininas²⁷. Devido as dificuldades de prestar apoio psicológico, jurídico, assistencial ou de atendimento contínuo existe também dificuldade em construir ações preventivas (ANTRA, 2023), se acrescenta que essas ações devem englobar também agressores uma vez que estão formados em uma cultura LGBTQIAPN+fóbica.

²⁷ Para a ANTRA (2022) esse termo engloba travestis, mulheres trans e outras identidades que ao nascer foram designadas como homens, mas que reivindicaram esse local social e constroem suas trajetórias em uma identidade feminina.

A população brasileira LGBTI+ tem sido vitimada por diferentes formas de LGBTIfobia desde a colonização do país, quando ainda não se utilizava as denominações atuais de sexualidade e gênero. Em função das diferentes formas pelas quais a LGBTIfobia se expressa, essas pessoas são colocadas em situação de vulnerabilidade por não se enquadrarem em um padrão socialmente referenciado na heteronormatividade, na binariedade e na cisnormatividade. (ACONTECE; ANTRA; ABGLT, 2023, p. 18)

Leva-se em consideração que essas mortes violentas são em sua maioria legitimadas por uma estrutura LGBTQIAPN+fóbica a qual está intrínseca na formação sócio-histórica do país. Notar tais dados anteriores é observar que existe uma norma social construída diante das (os) corpos (os) desta população as (os) quais devem serem exterminadas (os) e silenciadas (os).

Na vida adulta e na velhice, com frequência, as violências e discriminações se mantêm e/ou se transformam. É comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para trabalhar com dignidade, para constituir famílias/demais redes de apoio e para obter espaços de moradia e acesso a políticas e programas sociais. As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito). (CFESS, 2016b, p. 14).

Para combater esta realidade é necessário ir além de ações punitivista e adentrar na educação como forma de desconstruir valores conservadores. Além disso, é necessário que políticas públicas estejam alinhadas com as demandas da população LGBTQIAPN+, uma vez que as violências são problemáticas sociais, mas que escondem as raízes da formação sócio histórica brasileira.

Quanto às demandas de saúde para LGBTQIAPN+ a literatura e a vivência da militância apontam uma atenção centralizada quanto às Doenças Sexualmente Transmissíveis²⁸ (DST). Cardoso e Ferro (2012) informam que as infecções mais apontadas para as mulheres lésbicas e bissexuais são: Papilomavírus Humano (HPV), herpes genital e tricomoníase. Enquanto a pesquisa de Mello (2014) ressaltou que para alguns (algumas) profissionais sequer interligam as possibilidades de infecção por DST's com a comunidade lésbica, uma vez que, erroneamente, quando pensam no ato sexual imaginam que existe a necessidade de penetração, consequentemente isso esconde os dados estatísticos reais, bem como o trabalho de prevenção.

²⁸ A sigla atual que substitui Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) é Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Esta mudança ocorreu devido ao fato de que nem todas as infecções se portam com sintomas.

A heteronormatividade também se faz presente na escassez de métodos de sexo seguro para práticas que não sejam exclusivamente a penetração vaginal. A falta de materiais específicos força essa população a recorrer a materiais e métodos improvisados, como: cortar e adaptar preservativos internos e externos; uso de plástico filme durante o sexo oral; uso do "dental dam", um quadro de látex usado por dentistas e vendido exclusivamente em lojas de materiais odontológicos; uso luvas cirúrgicas para penetração com os dedos. O fato de que as pessoas que querem se proteger terem que recorrer a essas "gambiaras" mostra que a sociedade e o mercado não estão muito preocupados em proteger outros órgãos além do pênis. (TODXS; UNAIDS, 2021, p. 42)

Essa perspectiva de sexo com penetração a partir de pênis comprova uma sociedade falocêntrica e androcêntrica que cultua o poder sexual a partir do falo e do homem enquanto protagonista, porém, relações sexuais vão além desta norma e são diversificadas entre gêneros diferentes ou iguais.

Para os homens *gays* e bissexuais existe uma vinculação direta com o vírus HIV/AIDS uma vez que historicamente é a comunidade que sofreu com vítimas fatais e ainda permanece nos grupos de riscos, além de uma abrangência de fatores de riscos de suicídio e dependência em álcool e outras drogas (Cardoso; Ferro, 2012).

Porém, é para a população de pessoas travestis e transexuais que as questões de saúde se tornam mais complexas, uma vez que apresentam maiores demandas. Uma das mais comuns é a disforia de gênero ou incongruência de gênero, a qual é resultante de um conflito interno entre os gêneros (e seus papéis) atribuídos as (aos) suas (eu) corpos (os) no nascimento físico e como se entendem enquanto outros gêneros ou não gêneros.

“Geralmente, transexual procura os serviços de saúde da rede pública por apresentar o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização.” (Cardoso; Ferro, 2012, p. 560) sendo essa uma outra demanda existente uma vez que existem longas filas para cirurgias de redesignação de gênero pelo não reconhecimento do (a) próprio (a) corpo (a).

Um terceiro ponto são as questões de trabalho, ora, uma vez estando à marginalização do trabalho sexual estão mais vulnerabilizadas (os) a contrair DSTs. Para o Ministério da Saúde é uma das comunidades que faz parte dos grupos prioritários na prevenção dessas infecções (BRASIL, 2013a) pelo fator de exposição constante por conta do trabalho sexual. Na contemporaneidade o termo Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) foi designado pelo Ministério da Saúde.

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde, aliada à ansiedade em começar o tratamento de adequação sexual faz com que muitos homens trans iniciem o uso de hormônios por conta própria, muitas vezes orientados por colegas trans

ou mesmo através de informações coletadas na internet. Entretanto, é fundamental que seja realizada uma avaliação médica antes do início do tratamento hormonal, bem como um acompanhamento médico durante o uso de hormônios. (REDE TRANS, 2018, p. 12)

O auto tratamento hormonal se torna perigoso uma vez que sem acompanhamento médico especializado essas dosagens podem contribuir para o desenvolvimento de outras doenças²⁹. Simpson (2015) relata que muitas pessoas trans e travestis fazem o uso abusivo das medicações seguindo orientação das trans que já passaram pelo processo hormonal.

Sobre o tratamento hormonal é importante salientar que desde o Processo Transexualizador organizado pelo SUS existe um maior acesso aos hormônios, porém, especificamente para pessoas transmasculinas atualmente existe uma barreira maior que é a econômica. Segundo homens trans, o hormônio masculino vendido através do medicamento Deposteron apresentou um aumento de 500% no mercado, um dos fatores foi a utilização desse medicamento para aumentar a *performance* física de algumas pessoas que fazem academia. Por vezes a utilização constante da testosterona acaba se tornando uma droga e vício com interesses estéticos, portanto, o mercado aumentou o seu preço, o que é contrária à realidade econômica de homens trans.

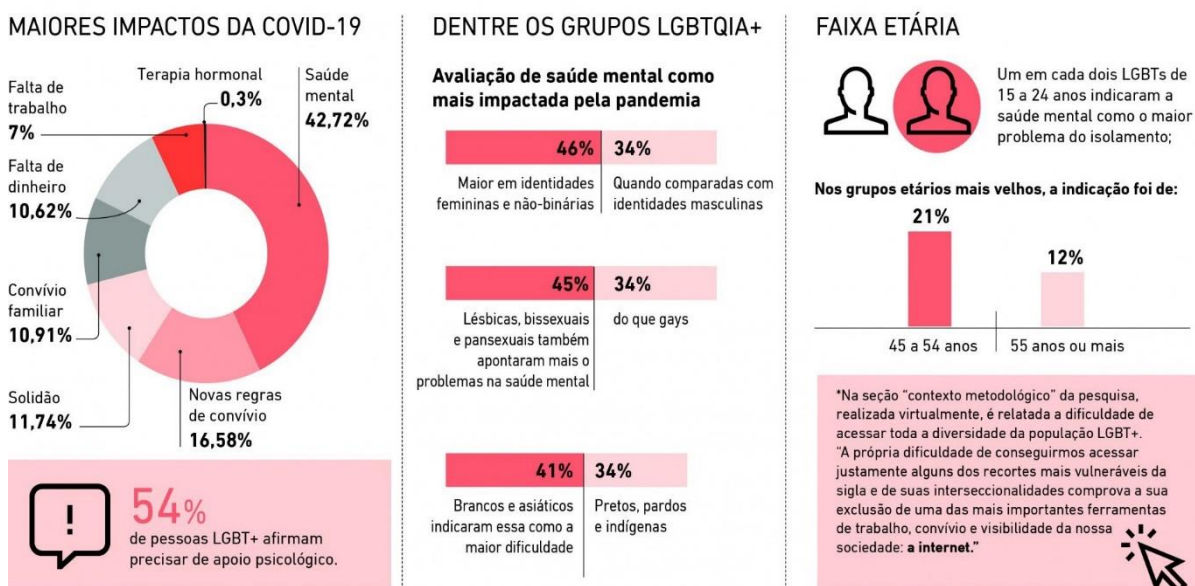
Ressalta-se ainda, o receio de procurar atendimentos no sistema de saúde e serem submetidas a constrangimento, que podem, por exemplo, envolver a diferença entre o nome no registro civil e o nome social, seja para as pessoas trans ou não binárias. Ainda que exista, atualmente, o direito ao uso do nome social, não é garantia do respeito, uma vez que as fontes do Ministério da Saúde apontaram para preconceitos nos próprios. “No que se refere a homens trans e pessoas trans masculinas, há relatos de que, por vezes, evitam a visita ao consultório ginecológico por medo de passarem por constrangimentos. Alguns deles relatam ter sofrido preconceito e até violência durante suas consultas.” (TODXS; UNAIDS, 2021, p. 45)

A cartilha de saúde da TODXS e UNAIDS (2021) acrescentou sobre a saúde das pessoas intersexo apresentando impactos quanto a discriminação nas instituições de saúde, o uso dos pronomes, procedimentos cirúrgicos compulsórios ainda na infância, bem como a hormonoterapia forçada.

²⁹ Salienta-se que o material da Rede Trans (2019) sobre saúde dos homens trans e pessoas transmasculinas era compartilhado no *site* do Ministério da Saúde, porém, em 2019 (na conjuntura brasileira, o ano de 2019 diz muito, da mesma forma que 2017, 2018, o que comprovam e ratificam o extremo conservadorismo), foi retirado do ar com a justificativa de que o material passaria por atualização; até então não foi atualizado, tão pouco retornou ao *site*.

A saúde mental é uma área que abarca consigo uma problemática mais densas para a população LGBTQIAPN+. A TODXS (2022) demonstrou em pesquisa que os transtornos que mais acometem essa população são: depressão e transtorno de ansiedade. Em Moraes (2019) a prevalência na sua pesquisa também reforçou esses dados, acrescidos à autolesão. Ora, uma vez constatado tais fatos é necessário abranger os serviços públicos de saúde mental para esta população de forma pública e qualificada.

Gráfico 9 - Impactos na saúde da população LGBTQIAPN+ no Brasil em 2020



Fonte: "Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia" pesquisa realizada pelo #VOTELGBT em 2020

O aprofundamento no adoecimento mental durante a pandemia de COVID-19 comprova as urgências de um tratamento efetivo e enquanto direito à saúde pública. A obrigatoriedade de ficar no ambiente doméstico provocou uma piora na saúde mental LGBTQIAPN+ e que a depender dos recortes de classe, gênero, orientação sexual e raça podem agravar as dificuldades de convivência.

O direito de cuidado público à saúde da população LGBTQIAPN+ iniciou a partir de lutas travadas ainda durante a ditadura militar (1964-1985). De acordo com Ministério da Saúde (Brasil, 2013a) foi com a epidemia de HIV/AIDS que o governo iniciou um diálogo, por conta da pressão do movimento social, e então, se iniciaram as estratégias de prevenção.

Foi durante os anos de 1990 que os coletivos de travestis pautaram suas demandas específicas para a prevenção do HIV/AIDS, levando consigo maior visibilidade para as mulheres lésbicas e bissexuais, uma vez que eram comunidades excluídas, ou seja, o movimento feminista proporcionou qualificação nos debates contra a misoginia (Brasil, 2013a).

No ano de 2004 o governo implementou “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT³⁰ e de Promoção da Cidadania Homossexual” e é através deste que o Ministério da Saúde constituiu o Comitê Técnico de Saúde da População GLBT por uma política específica dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2013a).

No ano de 2013 foi implementada a “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” que tinha como objetivo geral promover uma atenção integral no âmbito da saúde desta população, a fim de eliminar as discriminações e preconceitos institucionais no SUS (Brasil, 2013a). Para tal, as diretrizes do Plano seriam:

I - respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação decorrentes das homofobias, como a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, consideradas na determinação social de sofrimento e de doença; II - contribuição para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBT por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança; III - inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território; IV - eliminação das homofobias e demais formas de discriminação que geram a violência contra a população LGBT no âmbito do SUS, contribuindo para as mudanças na sociedade em geral; V - implementação de ações, serviços e procedimentos no SUS, com vistas ao alívio do sofrimento, dor e adoecimento relacionados aos aspectos de inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas transexuais e travestis; VI - difusão das informações pertinentes ao acesso, à qualidade da atenção e às ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS; VII - inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde, os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais; VIII - produção de conhecimentos científicos e tecnológicos visando à melhoria da condição de saúde da população LGBT; e IX - fortalecimento da representação do movimento social organizado da população LGBT nos Conselhos de Saúde, Conferências e demais instâncias de participação social. (Brasil, 2013a, p. 22-23)

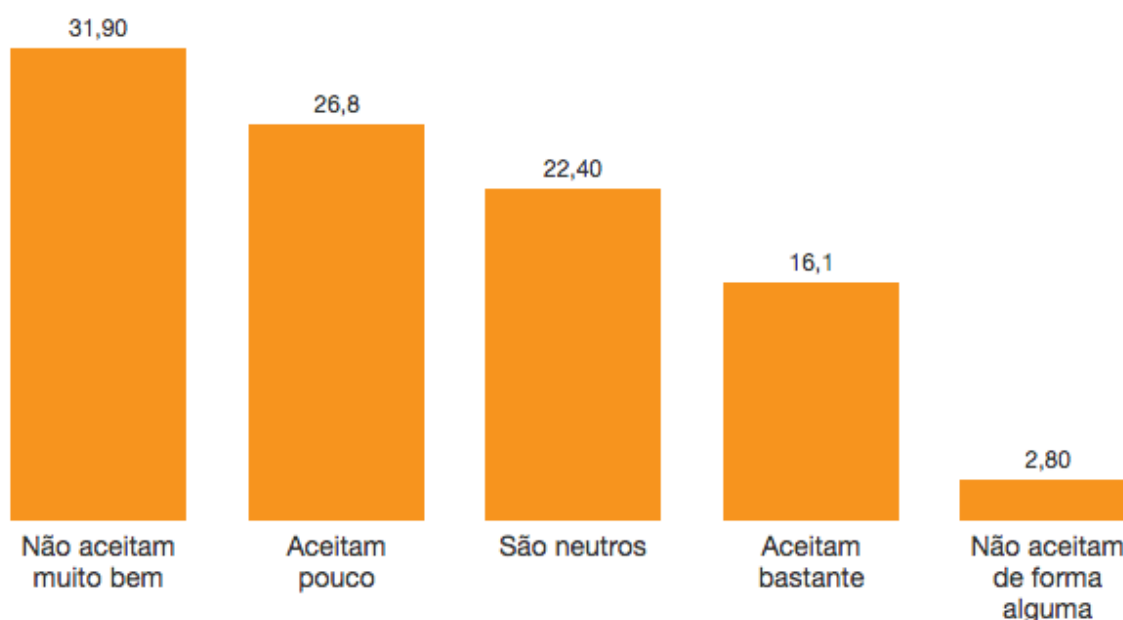
Destarte, a integração da saúde perpassa pelos direitos constitucionais imbuídos nos documentos e legislação do Ministério da Saúde, para tanto a trajetória política das conferências de saúde e da população LGBTQIAPN+ devem continuar fortalecidas. Acrescenta-se que essas

³⁰ Antiga sigla da atual população LGBTQIAPN+

demandas não devem ser tratadas como formatos individualizados, mas sim, com uma atenção específica para cada comunidade a fim de chegar em uma unidade.

Um outro debate importante a ser realizado diz respeito às demandas educacionais para a população LGBTQIAPN+ uma vez que a escola é um dos primeiros ambientes socioculturais da infância, sendo assim, um espaço de desenvolvimento psicossocial. É neste ambiente que as relações sociais entram em acordo ou conflito com a educação familiar, bem como, pode ser um local de marginalização ou acolhimento, verifica-se a figura abaixo:

Gráfico 10 - Grau de aceitação das pessoas LGBTQIAPN+ por estudantes na educação, no Brasil, em 2015



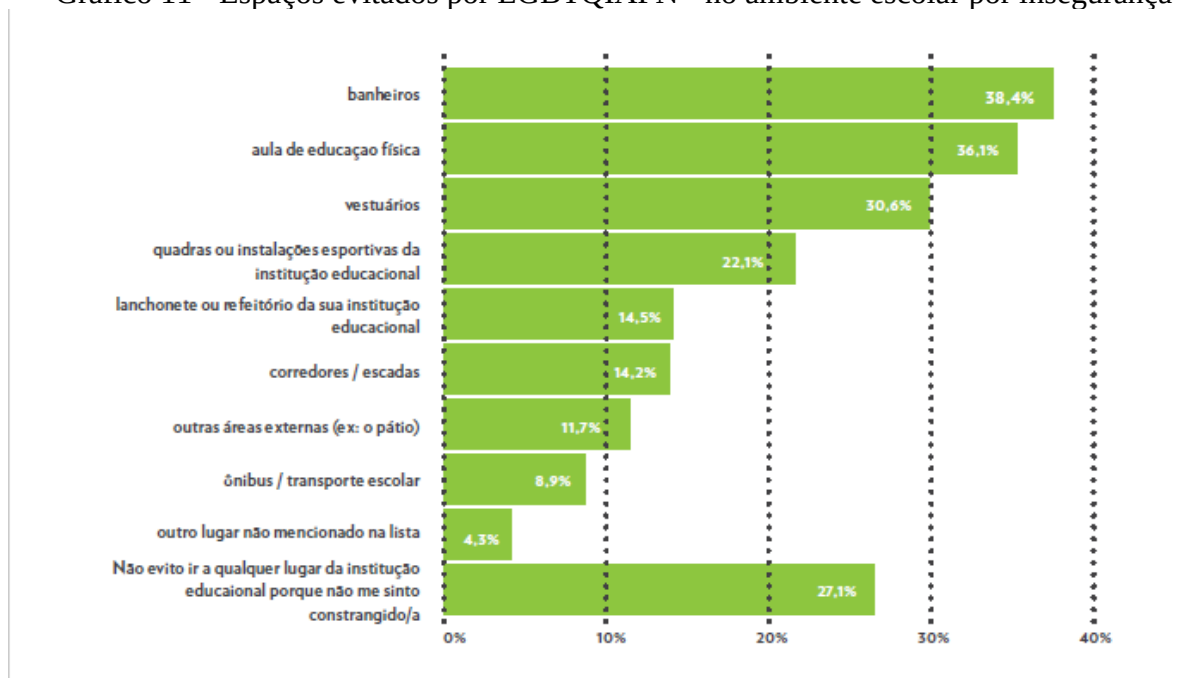
Fonte: Pesquisa Nacional sobre estudantes LGBT e o ambiente escolar, realizada em 2015 pela AGLBT, Todo Mejora, GLSEN

O percentual de pessoas que não aceitam muito bem LGBTQIAPN+ no ambiente escolar representa a maior taxa dentre as outras, o que piora o índice são as segunda e terceira taxas que se agregam numa proximidade ao primeiro uma vez que tendem a perpetuar preconceitos ao se silenciarem ante as violências cometidas. O silêncio ensurdecedor da população que se diz apoiadora das pautas identitárias é tão perverso quanto os gritos dos violentos.

Os resultados da “Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico” demonstraram que dentre 15153 LGBTQIAPN+ entrevistadas (os, es) 67,28% revelaram que esconderam ser desta população durante o período do ensino básico (TODXS, 2020). O ato de esconder a própria identidade e tentar performar uma

heterocisnormatividade reforçam que a própria vida escolar se encontra ameaçada seja diretamente (no ato de violentar) ou indiretamente (através da exclusão do convívio social). O próprio espaço físico das dependências escolares é evitado, como demonstra a figura abaixo.

Gráfico 11 - Espaços evitados por LGBTQIAPN+ no ambiente escolar por insegurança



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais, ABGLT em 2016

Os espaços com maiores percentuais (banheiros; aulas de educação física; vestuários) são aqueles com maiores exposições corporais, revelando que o (a) corpo (a) ainda se perpetua como elemento de vulnerário. A criança e/ou adolescente já perpassa pelas violações intrafamiliares e durante o convívio comunitário escolar também passa por atitudes LGBTQIAPNfóbicas, vexatórias, discriminatórias e de dominação frente ao poder hegemônico.

A utilização dos sanitários no gênero ao qual se identificam as pessoas trans também é objeto de disputas. Disputas estas, assimétricas e não raro acirradas. Tais espaços muitas vezes são locais de diferenciação do gênero. A proibição do uso do banheiro no gênero identificado ou a exigência da utilização do banheiro “de acordo com sexo do nascimento” (argumentação bastante recorrente por quem é contrário ao uso do banheiro do gênero identificado por pessoas trans) é violento e reprodutor de estereótipos e de normas de gênero [...] (Oliveira, 2018, p. 118).

O banheiro como um local de uso necessário para a fisiologia humana se torna uma demanda, principalmente, da população de transgêneros uma vez que essas pessoas tendem a

se sentir constrangidas nesses espaços e por vezes optam por nem tentar a utilização. A proibição desse espaço comum escolar não é feita apenas por estudantes, mas também por corpo pedagógico e/ou de professores o que agrava a situação, como consequência diária dessas violações acontece a expulsão³¹ escolar.

Ao pensar na educação de nível superior existe uma maior raridade de pessoas trans e travestis no corpo discente, tendo vistas a expulsão escolar primária e mais raro no corpo docente das universidades (Moraes; Cruz; Menezes; Nascimento, 2018). O combate a esses fatores se faz mister para garantir, não apenas o acesso, como também a permanência desta população nas universidades.

Explicita-se que nem de apenas espaços físicos se constroem as exclusões, ele também está auxiliado pela análise curricular discriminatória com uma ideologia neoliberalista conteudista que se engendra com a heterocisnormatividade compulsória. A educação brasileira é reflexo do colonialismo e de outras estruturas sociais como o racismo, por exemplo, para Vieira e Lage (2017) as construções educativas proferem discursos arcaicos que funcionam sob a lógica mercadológica que beira a “neutralidade”³².

Temos percebido cada vez mais forte a existência do mecanismo da ausência como forma de invisibilizar e manter na marginalidade as identidades aqui em debate. As identidades não heteronormativas ainda são legal e socialmente consideradas como desnecessárias e indesejadas na constituição de uma nação. Mesmo estando presentes de forma mais aberta e visível no nosso dia a dia, essas identidades têm a ausência curricular como justificativa de discriminação e de permanência na marginalidade e na exclusão (Vieira; Lage, 2017, p. 600).

Essa marginalização de discursos hegemônicos reforça o quanto a educação brasileira persiste afundada na sua formação sócio-histórica que aprofunda a LGBTQIAPN+fobia através de sua estrutura curricular que por um lado “esquece das identidades estudantis” e por outro se utiliza das obrigações conteudistas como escudo.

Para o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos” (Brasil, 2013b) conscientizar sobre direitos individuais, sociais e difusos só tem sido possível através de atores sociais e institucionais em conjunto para incorporar a construção humana como princípio e

31 Como ato de escolha de posicionamento político, a opção do termo expulsão parece estar muito mais próxima da realidade concreta do que evasão, uma vez que esta última tende a remeter uma culpabilização individual, enquanto a primeira revela que atitudes constantes provocam a saída de pessoas LGBTQIAPN+ da escola.

32 Utiliza-se deste termo em aspas para chamar atenção que buscar uma neutralidade é o mesmo que uma falsa busca, pois ao se fazer isso já existe um posicionamento político do silêncio que privilegia as opressões hegemônicas pré-existentes.

diretriz. A modificação do Estado pode-se iniciar através da realização objetiva deste plano que difunde conhecimento de direitos humanos de forma interdisciplinar e em conjunto com os diferentes níveis educacionais.

A partir dessas demandas e dados sobre educação a temática trabalho é uma consequência, uma vez que com educação prejudicada e marginalizada o trabalho formal e estável se torna uma realidade distante demais para aquelas (es) que persistem, como demonstra a realidade da figura abaixo.

Figura 7 - Percentual sobre contratação trabalhista de LGBTQIAPN+



Fonte: Pesquisa da Companhia Elancers de 2018

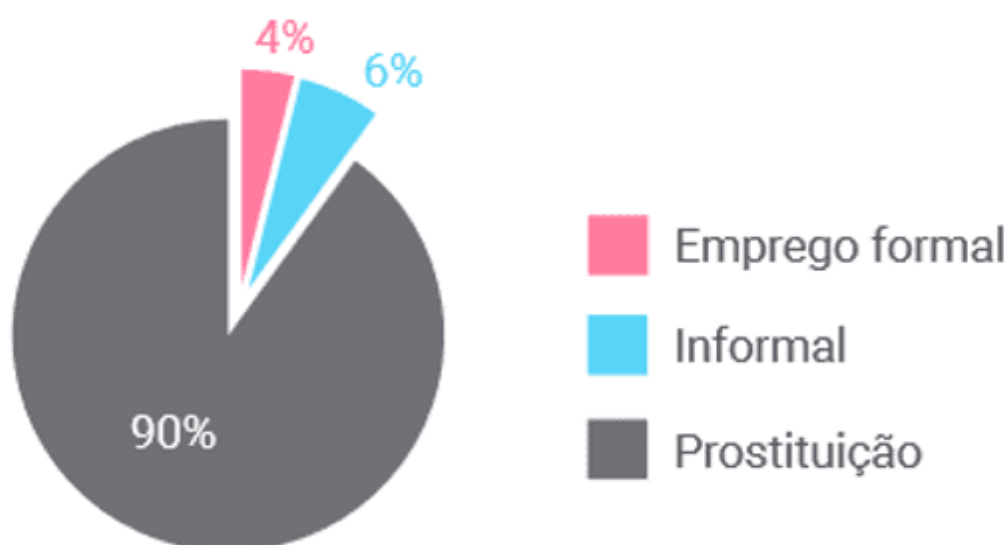
A realidade trabalhista revela um alto índice de desemprego ou possibilidade de desemprego para população LGBTQIAPN+. Para as pessoas que estão empregadas muitas das vezes resta a performance diária de se passar pela heterocisnormatividade, assim como acontece no ambiente escolar, para manter na empregabilidade. Chama-se atenção também para o percentual de empresas que não contratariam LGBTQIAPN+, e/ou que não colocaria essas pessoas em cargos de chefia, o que revela uma discriminação por estigmas de não possuir habilidades para trabalhar em cargos de poder.

Homens gays e pessoas bissexuais enfrentam estigmas e tratamento desigual em empresas, enquanto pessoas trans são excluídas do mercado de trabalho como se não fossem pessoas cidadãos capazes de realizar uma carreira profissional, além disso, estudos ainda

mostram que LGBTQIAPN+ possuem menor probabilidade de serem selecionadas (os, es) nas entrevistas de trabalho (Silva et al, 2021).

A vulnerabilização do CISTema³³ expõe e exclui boa parte da população de travesti e transexuais para o trabalho sexual, como pontuado anteriormente isso se atrela as demandas de saúde e educação, ver figura abaixo.

Gráfico 12 - Classe e contexto social de pessoas travestis e transexuais em 2020



Fonte: Dossiê ANTRA em 2020

Para uma análise inicial é importante citar o Dossiê da ANTRA como forma de dar espaço para a voz de travestis e transexuais.

É importante chamar atenção para o fato de que não acreditamos que não é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia e as condições que lhe retiraram as oportunidades que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. Inclusive, urge discutirmos o fato de que nem toda profissional do sexo está em vulnerabilidade social e que muitas encontraram ali uma saída frente aos processos de empobrecimento impostos a corpos trans pela ausência de oportunidades. (ANTRA, 2023, p. 41)

É neste debate onde classe e identidade de gênero se imbricam como uma forma de dura realidade das quais nem sempre se é possível compreender por conta do CISTema que perpetua os (as) corpos (as) no trabalho sexual das ruas, não como uma escolha, mas como uma condição.

³³ Refere-se ao sistema imposto pela cisnormatividade.

Essa transfobia do sistema capitalista aprofunda a estrutura de dominação/ opressão a fim de explorar, ou melhor dizendo, exterminar essas pessoas do convívio social.

Para as pessoas que mais explicitamente confrontam as normas de gênero, a inserção no mercado de trabalho formal apresenta-se como mais difícil, como destacado por outra ativista entrevistada “[...] a gente tem problemas com a inclusão no mercado de trabalho e a capacitação, principalmente para travestis, transexuais, gays afeminados ou lésbicas masculinizadas. Ainda existe bastante preconceito”. A não inserção no mercado de trabalho é justificada pelas/os entrevistadas/os – principalmente ativistas – como decorrente de um alijamento da formação profissional iniciado na escola, consequência da homofobia ainda prevalecente nos espaços educacionais. (Mello; Irineu; Froemming; Ribeiro, 2013, p. 148)

Nota-se como as diferentes políticas sociais não estão apartadas entre si e que os contextos de demandas também fazem parte de uma totalidade enquanto cada particularidade vai sendo apresentada. Uma vez que pessoas que performam fora das caixas normativas elas estão sujeitas a vivenciar processos de exclusão restando apenas buscar nas forças de trabalho da informalidade e do desemprego a tentativa de sobrevivência.

As demandas da população LGBTQIAPN+ para a assistência social são imbricadas na lógica da renda básica, mas também abarcam processos familiares cruciais os quais nem sempre a literatura ressalta. Quando a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) situa a matricialidade familiar ressaltando as diferentes formas de família, inclusive as unilaterais, está abarcando e garantindo essas pessoas acesso à essa política pública quando dela necessitar.

Inicialmente a ordem capitalista excludente provoca questões classistas que dificultem a saída da marginalização social e coloque essa população imersa na vulnerabilidade econômica. Esse fator é proporcionado pelas necessidades trabalhistas das quais quando não oportunizam vagas de emprego por questões de discriminação coloca LGBTQIAPN+ na linha das necessidades assistenciais.

De acordo com pesquisa de Moraes (2019) dentre cadastramentos em uma instituição voltada para esse público a segunda maior demanda foi a de alimentação seguida por empregabilidade e moradia. Existe uma insegurança alimentar para LGBTQIAPN+ que não acessam sequer a renda básica de sobrevivência em um sistema voltado para o aprofundamento das relações de dominação/ opressão.

Por outro lado, também foi destacado por ativistas e gestoras/es entrevistadas/os que a situação de indigência e de abandono de muitos jovens, pessoas adultas e idosas está associada não só ao preconceito e à discriminação social, mas também à homofobia familiar; ou seja, muitas vezes, é a família

(ou são os próprios pais) que as expulsa de casa ou torna sua permanência no núcleo doméstico de origem insustentável [...] (Mello; Irineu; Froemming; Ribeiro, 2013, p. 151)

Um dos pontos chaves para entender tais vulnerabilidades sociais são as famílias consanguíneas, ressalta-se que escrever sobre famílias consanguíneas de forma explícita é ressaltar que a primeira família ao nascimento de uma pessoa LGBTQIAPN+ não significa que seja a última família a ser considerada, tão pouco que se necessite permanecer em ambiente não saudáveis. Muitas das vezes as famílias LGBTQIAPN+ vão sendo construídas a partir das experiências e vivências desta população, ou seja, construção de vínculos comunitários entre si para se protegerem.

A garantia dos direitos à alimentação, renda e fortalecimento de vínculos deve passar pela Proteção Social Básica (PSB) a fim de que questões de preconceito familiares destituam famílias que já vivem nas necessidades da assistência social. Porém, nem todas os arranjos familiares perpassam pela pobreza, existem os casos de preconceitos intrafamiliares de rendas consideráveis e a expulsão de casa empurra LGBTQIAPN+ para essa política social, para focar em tais questões o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/ LGBT) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) lançaram em 2018 a resolução conjunta de número 01/2018 que estabelece parâmetros de atendimentos socioassistencial da população.

Art. 1º A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS deve atuar de forma articulada para a promoção de atendimento qualificado ampliando acesso aos serviços e programas socioassistenciais para a população LGBT. Art. 2º A rede socioassistencial deverá garantir no âmbito de todos os níveis de proteção social o reconhecimento e a adoção do nome social mediante solicitação da/do interessada/o. Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis. Art. 4º A rede socioassistencial deve garantir o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada usuária/o. Art. 5º A União, estados, municípios e o Distrito Federal deverão atuar com base nas seguintes diretrizes no âmbito do SUAS: I - Reconhecimento das famílias compostas por membros e/ou responsáveis LGBT, sejam os laços formalizados ou não, no eixo da Matricialidade Sociofamiliar; II - Prevenção e combate ao preconceito relacionado à identidade de gênero e à orientação sexual por meio da realização de atividades, campanhas e outras iniciativas de comunicação; III - Promoção de uma cultura de respeito e de não violência por meio de debates, oficinas e seminários que discutam as demandas da população LGBT; IV - Qualificação do atendimento e do acompanhamento individual e familiar por meio do fortalecimento da capacitação dos profissionais que atuam no SUAS, na lógica da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS-

PNEP/SUAS, para tratar da temática LGBT; V - Realização de pesquisas e diagnósticos sobre o público LGBT; VI - Adoção de formas de tratamento adequadas às identidades de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans; VII - Observância das particularidades das identidades LGBT na elaboração de metodologias de atendimento e acompanhamento, instrumentos de registros e cadastros. Art. 6º Deverão constar os campos de identificação para Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos instrumentos de registro de atendimento, como Prontuários, Cadastros e Planos de Atendimento. Art. 7º A Vigilância Socioassistencial deverá coletar dados de atendimento e acompanhamento da população LGBT nos territórios garantindo a elaboração de pesquisas e diagnósticos socioassistenciais. Art. 8º A Proteção Social Básica, por intermédio dos serviços e programas, deverá garantir a construção de estratégias, parcerias e metodologias voltadas à proteção social da população LGBT e que visem à prevenção das situações de vulnerabilidade, riscos e violações de direitos desta população. Art. 9º A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade deverá garantir que seus serviços e programas possuam metodologia cultural e socialmente adequada às particularidades das identidades LGBT, garantindo às mulheres transexuais/travestis e homens trans a privacidade de sua identificação e trajetória respeitando e valorizando os diferentes modelos de famílias e de práticas sociais. Art. 10 Os Serviços Socioassistenciais deverão dirigir especial atenção em relação as crianças e adolescentes LGBT, em particular para a trajetória de construção da identidade mulheres transexuais/travestis e homens trans, comumente cercada por incompreensões, falta de informação, violência e violação de direitos no seio intrafamiliar, que frequentemente ocasionam o rompimento de vínculos familiares e comunitários destas pessoas. Art. 11 Esta Resolução deverá ser amplamente divulgada com o objetivo de garantir os direitos socioassistenciais da população LGBT. (CNCD/ LGBT; CNAS, 2018, p. 3 – 5)

Documentos e normativas da assistência social sempre ressaltaram a importância de uma articulação intersetorial que acolha todas as pessoas das quais dela necessitarem, ao passo em que suas resoluções atuais preconizam atualizações que destacam e explicitam a população alvo desta pesquisa. Os serviços socioassistenciais ressaltam ainda a integralidade para protegerem essas pessoas dos rompimentos com seus vínculos familiares.

Um outro ponto nessas questões é o destaque para a educação permanente de profissionais que estão nos equipamentos da rede socioassistencial, uma vez que as equipes além de não discriminar possuem o dever de atendimento de forma qualificada.

Sobre o direito à previdência social Mello, Irineu, Froemming e Ribeiro destacam: “Nos documentos específicos que regem as áreas em análise, destaca-se o pioneirismo da Instrução Normativa nº 50/2001, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que regula a concessão de benefícios previdenciários para companheira/o homossexual.” (2013, p. 136) apenas em 2001 o INSS reconheceu explicitamente, direito a partir de uniões homoafetivas.

Durante a I Conferência Nacional LGBT existiu um grupo de trabalho específico para a previdência social:

No âmbito dos direitos previdenciários, as propostas formuladas pelo Grupo de Trabalho “Previdência Social” e aprovadas na plenária final da I Conferência Nacional LGBT se dividiram entre a aprovação do reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a necessidade de atendimento igualitário e respeitoso à população LGBT que recorre aos serviços da previdência social. Além disso, as propostas prevêm “educação previdenciária” para a população LGBT e divulgação de seus direitos previdenciários para a sociedade em geral; capacitação de profissionais da previdência social para “atendimento digno para a população LGBT”; e garantia de direitos previdenciários para casais de pessoas do mesmo sexo, de travestis e de transexuais, em âmbitos municipal, estadual e federal. (Mello; Irineu; Froemming; Ribeiro, 2013, p. 138-139)

Esses debates durante as conferências foram cruciais para direcionar proposições para o Estado cumprir dentro das prerrogativas de defesa dessa população vulnerabilizada pela marginalização. Notou-se que as urgências nesta política social era o reconhecimento da união civil que veio através da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no ano de 2013 ao emitir resolução de obrigatoriedade do reconhecimento da união estável homoafetiva. Essa proteção não necessariamente seja uma garantia definitiva, portanto, um olhar atento da militância se faz necessário.

A literatura apontou que nos diferentes contextos de políticas sociais um caso recorrente são os preconceitos institucionais, o atendimento respeitoso às diferentes sexualidades e identidades de gênero, logo, se devem encontrar estratégias de enfrentamento a essa violência para efetivar atendimentos humanizados.

Na questão 3 da entrevista, perguntou-se às lideranças sobre as principais demandas da população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. A maioria das pessoas entrevistadas destacou as áreas de saúde, educação, segurança pública e mercado de trabalho, o que converge com os dados em nível nacional, que apontam essas como as principais necessidades dessa população.

De acordo com Rosivaldo Lisboa³⁴, há também outra demanda não mencionada pelos demais, que seria o fortalecimento das organizações da sociedade civil voltadas ao público LGBTQIAPN+, com suporte jurídico, assistência social e assessoria para captação de recursos por meio de projetos. Tal observação atribui protagonismo às instituições dedicadas a essa população, uma vez que são elas que se aproximam de maneira mais orgânica das pessoas LGBTQIAPN+.

Para Kika Salomão³⁵:

³⁴ Presidente da Associação LGBT Flor do Sertão.

³⁵ Fundadora do Grupo Athena de Sergipe

Ao meu ver, as principais demandas da população LGBTQIAPN+ em Sergipe incluem a implementação de políticas públicas para prevenir e combater a violência e discriminação, com treinamento adequado para as forças de segurança, além de acesso a serviços de saúde que atendam às necessidades específicas da comunidade, incluindo cuidados de saúde mental, prevenção e tratamento de ISTs e atenção especializada para pessoas trans e não-binárias. Programas educativos nas escolas que promovam o respeito à diversidade e combatam o bullying e a discriminação, bem como campanhas de sensibilização para a sociedade em geral, são fundamentais. A garantia de direitos legais, como o reconhecimento de identidades de gênero e orientação sexual, e a proteção contra a discriminação no ambiente de trabalho e em outros setores, são igualmente importantes. Além disso, a promoção de programas que ofereçam suporte para a inclusão social e econômica, com foco na empregabilidade e capacitação profissional, e a maior visibilidade e representação da comunidade LGBTQIAPN+ nos meios de comunicação e em espaços de tomada de decisão, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas, são essenciais para atender às demandas dessa população. (Entrevistada Kika Salomão, 2024).

E segundo Lili Drapala³⁶:

[...] Ainda temos dificuldades de transitarmos com liberdade e tranquilidade nos espaços. Sinto que ainda falta muito no quesito efetivação de direitos sociais e humanos. Nossa cultura ainda é muito patriarcal, colonizadora, ainda sofremos de pobreza diversas. Isso digo para tentar trazer o chão inseguro pelo qual passamos todas LGBTQIAPN+. Mas, não é só em Sergipe. Tentando trazer para nosso contexto, não sinto investimentos reais para estruturar subpastas de direitos LGBTQIAPN+ nas diversas políticas públicas. Seria necessário esse movimento pari passu, de diagnóstico locais de cada política para reconduzir seus fluxos abarcando nossas pautas às especificidades de cada política e que dialogue e se construa com todas. [...] (Entrevistada Lili Drapala, 2024).

Essas falas revelam aspectos exclusivos não mencionados por outras pessoas entrevistadas, evidenciando uma preocupação em conceber políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ com um acompanhamento transversal entre profissionais e um diagnóstico local de cada política. Além disso, destacam o impacto da cultura heterocispatriarcal, identificada como a principal causa dos conflitos entre o conservadorismo brasileiro e a luta por um movimento social de caráter progressista e revolucionário.

Quando questionadas, na questão 4 do formulário, sobre os locais que a população LGBTQIAPN+ procura para encaminhar suas demandas, a maioria das pessoas entrevistadas mencionaram as Organizações Não-Governamentais (ONGs), segundo a maior parte das

³⁶ Psicóloga atuante do Conselho Regional de Psicologia de Sergipe.

respostas o motivo é a aproximação com o público como referências de pessoas voluntárias que têm familiaridade com as pautas LGBTQIAPN+.

Conforme relatado por Carla Jeany³⁷, fundadora da Associação de Travestis e Transexuais de Lagarto (ASTRAL), no município de Lagarto (SE), as ONGs oferecem um acolhimento mais efetivo à população LGBTQIAPN+. Rogério Souza³⁸, da ASTRA, também contribuiu com informações a esse respeito.

As ONGs são os locais mais procurados para suporte, seguidos de espaços públicos que tenha como referência um LGBT a frente, isso acontece devido toda a negação de Direitos ou desrespeito sofrido ao buscar espaços em que pessoas que não entendem a nossa dor e necessidades está à frente. (Entrevistado Rogério Souza, 2024)

O promotor de justiça Francisco Lima do Ministério Público de Sergipe citou que:

O acesso inicial ainda ocorre muito por meio de ONG's e movimentos organizados. A busca pelas instituições como Delegacias de Polícia, Defensoria Pública e Ministério Público ainda é pequena frente à gama de direitos violados. Na minha concepção, a visão e a postura machista de muitos membros e servidores dessas instituições são barreiras a serem superadas para que esses serviços públicos passem a ser mais utilizados. (Entrevistado Francisco Lima, 2024).

Dessa forma, reforça-se como a cultura machista presente nas instituições policiais do país reproduz posturas preconceituosas, que afastam e silenciam casos de violações de direitos nos espaços providos pelo Estado. Esses espaços deveriam atuar em consonância com a defesa de todas as pessoas, ao invés de perpetuar processos de exclusão, dominação e opressão.

Para o militante Wellington Andrade (fundador do Dialogay de Sergipe) existe um ponto de vista a ser considerado:

Hoje procura primeiro o estado, hoje o governo estadual, municipal e o federal está totalmente com portas abertas tendo secretarias de direitos de pessoas LGBT+. Hoje é bem diferente daquela época: dá um porre nesse viado pra ir embora, naquela época não podia nem dar entrevista. Marcelo Deda como deputado fez a lei municipal contra homofobia, aí eu pergunto: porque o PL não aceita a família LGBT? Depois do PT foi o PC do B, o PV, especialmente o PSOL foi que abriram as portas para LGBT se candidatarem. (Entrevistado Wellington Andrade, 2024).

³⁷ Fundadora da Associação de Transgêneros de Lagarto (ASTRAL).

³⁸ Voluntário da Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA).

A fala dele dialoga com a conjuntura política atual, que tem, aos poucos, provocado fissuras e rachaduras, permitindo que pessoas LGBTQIAPN+ sejam atendidas diretamente por setores de secretarias governamentais. Ademais, ele menciona a abertura de alguns partidos políticos para a candidatura de pessoas LGBTQIAPN+ a cargos eletivos.

Um ponto chave para observar os enfrentamentos dessas demandas é a participação política. É durante a ditadura militar de 1964 que iniciou o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que os contextos de efervescência dos movimentos sociais eclodiram em árduas lutas neste período. Dois marcos importantes é o lançamento do jornal “Lampião da Esquina” e o grupo SOMOS que era um coletivo de afirmação homossexual.

As reivindicações atravessam as eras passando pelas diferentes fases do movimento LGBTQIAPN+, as paradas do orgulho LGBT, institucionalização de políticas voltadas para a população até a contemporaneidade. Tais disputas contra os poderes hegemônicos foram capazes de organizar, processar identidades e reivindicar junto à sociedade política de grupos dominados (Alves, 2016).

Participação política deturpa os poderes hegemônicos e criam neles crises estruturais ao organizar cidadãos (os, es). A movimentação da população LGBTQIAPN+ se inicia nas ruas junto aos grupos de coletividade, perpassando pela epidemia HIV/AIDS, institucionalização de lideranças políticas na estrutura do Estado, até a ocupação de cargos no Poder Legislativo a partir das eleições.

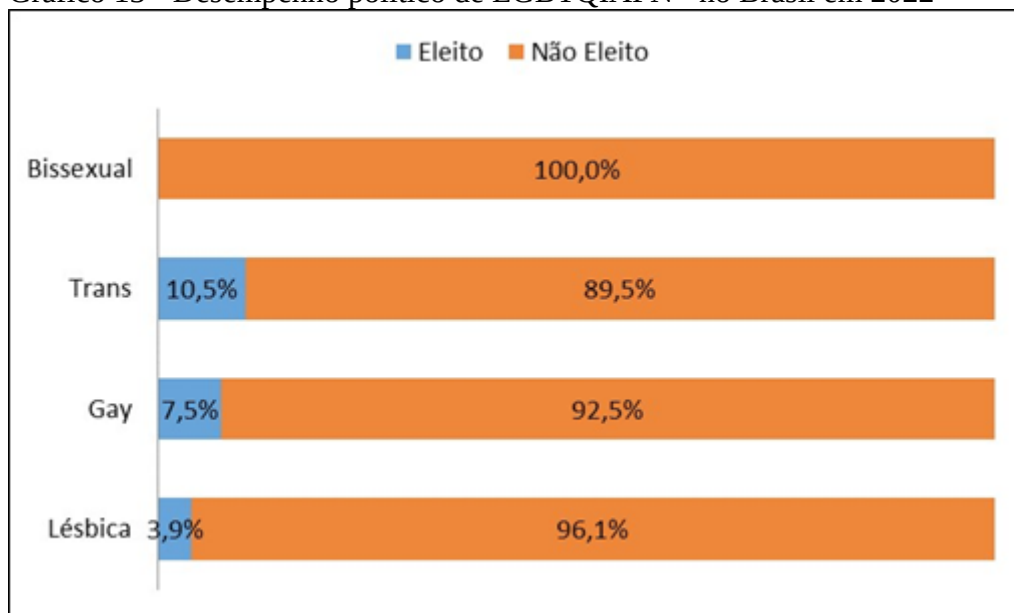
Contudo, a partir de 2003, inicia-se uma mudança na atuação do movimento. Seu foco passa a ser o poder executivo e sua lógica de ação passa a ser a participação nos espaços criados pelo governo e a colaboração ativa com as políticas elaboradas por este. Das iniciativas do governo voltadas para a população LGBT destacam-se o programa Brasil Sem Homofobia – BSH – (2004); a primeira Conferência Nacional LGBT (2008); a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs – PNPCDH-LGBT – (2009), o chamado Plano Nacional LGBT; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT – CNCD/LGBT – (2001-2010)⁵⁷ e do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 – (2009). (Alves, 2016, p. 127)

Essas iniciativas governamentais partiram da pressão popular do movimento LGBTQIAPN+ que anualmente demonstra suas urgentes demandas, principalmente, no âmbito do direito à vida, princípio básico de um país legislado à ótica dos direitos humanos. Porém, essas “soluções” legais esbarram no seu problema consequente sendo esse o orçamento o qual é essencialmente básico. (Alves, 2016)

Tais fragilidades criam brechas para a perpetuação das violências institucionais e se estendem até as intrafamiliares. Uma vez que são os equipamentos das políticas sociais que acompanham sujeitas (os, es) e suas famílias sem o devido orçamento para execução das ações se torna uma tarefa consideravelmente exaustiva.

Segundo o site da CNN Brasil uma pesquisa realizada em 2022 o número de candidaturas LGBTQIPAN+ no Brasil cresceu em 94% em relação a 2018, elegendo inclusive duas mulheres trans como deputadas federais. Os espaços de poder de tomadas de decisões políticas são disputados pelas representações de diferentes contextos sociais como a bancada evangélica, bancada ruralista, movimentos de esquerda, a extrema direita, entre outros grupos. Logo na figura abaixo é possível identificar quantitativos de eleições.

Gráfico 13 - Desempenho político de LGBTQIAPN+ no Brasil em 2022



Fonte: ABGLT e Tribunal Superior Eleitoral

Observou-se que nesse campo o desempenho político cresceu e continua alargando seus tentáculos através de não somente candidaturas, mas prioritariamente com pessoas LGBTQIAPN+ eleitas. Esse movimento se dá em um contexto contemporâneo nefasto do ultraconservadorismo que se alarga pelo país e pelo mundo, mas que com sua presença fica nítida que a luta constante dos movimentos nas políticas está resultando bons frutos. Cita-se trecho da entrevista de Monica Benicio, vereadora pelo PSOL no Rio de Janeiro ao documentário CorPolítica.

“Após a execução da Marielle. Que a gente tem uma vereadora executada daquela maneira bárbara como um recado político, inclusive para tudo que ela

representava, é falar sobre uma política hoje que é capaz de assassinar como modo de fazer política. Em um Estado democrático de direito não é razoável que a gente consiga aceitar isso e não entender isso como barbárie que precisa ser enfrentada e desconstruída com urgência.” (CORPOLÍTICA, 2023)

A Constituição Federal de 1988 ressalta em seu Art. 1º que o Estado Democrático de Direito tem como um dos seus fundamentos a defesa da dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1988).

A conjuntura do governo Bolsonaro apresentou um contexto ultraneoliberal e um governo extremamente conservador e não garantindo o que está na Constituição, a qual rege o país e informa que é dever do Estado compreender as urgências das vidas LGBTQIAPN+ e proporcionar serviços que atendam essas pessoas. Um de seus meios de instrumentalização é a precarização dos serviços e violências institucionais que tendem a culpabilizar as pessoas.

[...] Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou *parcialmente “integrada”*. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal. (Montaño, 2002, p. 4, grifos do original).

É evidente que as medidas tomadas pelo terceiro setor, que estejam fora da esfera estatal podem auxiliar no combate às violações de direitos, porém, o debate precisa se aprofundar e analisar até que ponto não está servindo para a manutenção do sistema. Portanto, ainda que o **terceiro setor**³⁹ LGBTQIAPN+ ofertem trabalhos sociais para esta população é necessário pesquisar, construir críticas dialéticas e demandar das **políticas sociais** a sua responsabilização em conjunto com cidadãos (as). É necessário ainda construir uma defesa da cidadania⁴⁰ pela perspectiva de um Serviço Social contemporâneo que atua em diálogo com os **movimentos sociais**, uma vez que estes também devem fazer parte da luta coletiva em favor da vida, da dignidade humana, do respeito a identidades e subjetividades.

³⁹ Aqui leva-se em consideração como ONGs sendo essas instituições sem fins lucrativos com trabalho executado a partir da filantropia.

⁴⁰ A cidadania é uma noção construída socialmente que surge a partir das experiências sociais e individuais e coletivas, compreendida como identidade social política (Costa; Ianni, 2018).

3.2 Atuação das ONGs para população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe

Nesta subseção destaca-se a proximidade entre Movimentos Sociais Contemporâneos e Organizações Não-Governamentais (ONGs), uma vez que ambas compartilham uma característica comum: a organização e associação entre pares.

Para Gohn (1998), a conjuntura da década de 1990 se estruturou por redes associativas compostas por atuações que partiram dos movimentos sociais da década de 1980, as entidades terceirizadas da sociedade civil foram construídas voltadas para os sentidos cooperativos; a autora ainda informa que o próprio poder público passou a incentivar a participação através dos conselhos de direito inclusive estimuladas pela própria constituição.

Os movimentos sociais, portanto, não morreram. Eles persistem em algumas frentes de luta, e se reestruturam em organizações propositivas em outras frentes, correspondentes a problemas sociais que avançaram em termos de seu equacionamento, de como tratá-los (não necessariamente nas soluções para resolvê-los). Em algumas localidades os movimentos entraram em novo ciclo de ação coletiva, fundadas não na simples contestação-pressão que envolvem um agir coletivo. Algumas de suas lideranças são hoje ativos participantes das novas práticas coletivas participativas [...] (Gohn, 1998, p. 12).

Gohn (1998) ainda destacou a interligação entre as Organizações não-governamentais e o Banco Mundial, onde desde os anos de 1970 já existiam operacionalização entre esses entes para a execução de seus projetos, inclusive em 1984 as próprias ONGs criaram um grupo de trabalho sobre o Banco Mundial, mas é nos anos 1990 que isso se aprofunda, uma vez que esse banco estabeleceu ações e parceria, a maioria sendo de empréstimos para seus funcionamentos.

Ressalta-se aqui a importância de compreender que a própria dinâmica dos movimentos sociais se transformou, os colocando em um novo cenário pós ditadura militar de 1964. As suas práticas foram realocadas para novos espaços de articulação, como meio entre a sociedade e o Estado, essa mediação traz consigo uma contradição entre o caráter questionador e uma nova correlação de forças.

Gohn (1994), ressalta a importância de distinguir entre os diferentes tipos de Organizações Não-Governamentais, uma vez que o caráter de cada uma define objetivos distintos. De todo modo, há uma interação com o Estado, dado que essas organizações necessitam angariar recursos financeiros para manter o funcionamento de suas atividades, sejam elas de caráter assistencial ou voltadas ao desenvolvimento da cidadania e à luta por direitos sociais.

Aos poucos foi se desenvolvendo uma íntima relação com o Estado neoliberal. Com a privatização e/ou precarização das instituições estatais, o Estado passou a transferir para a iniciativa privada a implementação burocrática das ONGs, ou seja, assim fica constituída uma nova realidade social de parceria e cooperação, acrescido ao fato de as ONGs contribuírem com oportunidades de empregos de trabalho temporário, sem vínculos empregatícios (Gohn, 1998).

Os fenômenos associativos que ocorrem no espaço urbano, construídos a partir do estímulo do poder público à mobilização da população organizada em redes interativas, apresentam grande base de institucionalidade e pouca mobilização de fato, assim como pequena visibilidade política na mídia. Elas apresentam perfil político-ideológico plural, atuam por programas e projetos organizados em parcerias firmadas entre atores da sociedade política e da sociedade civil, tanto em áreas que dizem respeito a carências urbanas (equipamentos e serviços), como em áreas temáticas: habitação, lazer, educação, saúde etc (Gohn, 1998, p. 17).

Por tanto, existe um perigo iminente entre essa associação com o Estado imerso no capitalismo: a proximidade entre esses entes permite uma descaracterização e instabilidade dos direitos sociais, podendo inclusive aprofundar o caráter conservador da esfera estatal uma vez que possui valores discriminatórios e violentos.

Nos termos de Ferreira; Aginsky (2013), a partir dos anos de 1990 o Estado começou a cooptar figuras importantes dos movimentos sociais e das ONGs com intuito de formar parcerias a fim destes se alienarem ao poder estatal o que causa fragilização e perdas nas participações políticas, essa “parceria” tende a destituir o caráter combativo, no enfrentamento ao Estado neoliberal.

Segundo Ornat, Silva e Junior (2015) existem tensões e lutas das quais são complexas uma vez que relações partidárias são presentes e que isso por vezes desmantela a potência enquanto sociedade que cobra por direitos sociais, enquanto as ONGs também podem ser utilizadas como palco eleitoral sendo essa com objetivo de eleger cadeiras nas eleições.

Por outro lado, como destaca Coelho (2000), os movimentos sociais não fazem parte do terceiro setor, pois sua função possui um caráter predominantemente reivindicatório, direcionando-se ao Estado com o objetivo de gerar tensão e pressão contra formas de opressão que este exerce sobre determinada população.

Ora, considerando que o terceiro setor implementa medidas para auxiliar comunidades e/ou grupos específicos em serviços sociais, ele também promove espaços para a construção de identidades com objetivos comuns, como no caso da população LGBTQIAPN+. Ao mesmo

tempo, o Estado disponibiliza recursos que permitem a sustentação financeira dessas organizações.

Conforme mencionado por Coelho (2000), o termo “serviço” deve ser compreendido de forma mais ampla, uma vez que esse universo abarca a defesa de direitos civis, como os voltados às lutas e aos direitos de pessoas homossexuais. Esses movimentos defendem explicitamente um grupo identitário específico, e essa defesa, de certo modo, também configura uma prestação de serviço voltada a um público específico.

A categoria “ONGs caritativas”, por exemplo, refere-se às antigas associações e entidades filantrópicas, que possuem práticas pautadas pelo assistencialismo, diferentes das práticas de organizações mais recentes e modernas denominadas ONGs [...] Entidades de natureza distinta estão incluídas na categoria “ONGs cidadãs”. Encontram-se tanto ONGs prestadoras de serviços como aquelas que advoga direitos. Assim, elas possuem diferentes objetivos e propostas de intervenção na realidade (Coelho, 2000, p. 64).

Refletir sobre essa distinção é importante para analisar as ações realizadas por ONGs no estado de Sergipe, as quais têm o público LGBTQIAPN+ como seu principal foco. Considerando a história do movimento e a contribuição de suas lideranças no estado, há uma reivindicação contra a dominação e opressão dirigidas às pessoas LGBTQIAPN+. Ao mesmo tempo, essas organizações buscam também consolidar-se como entidades aptas a captar financiamento estatal.

Com o intuito de conhecer a atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para a população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe, a pesquisa utilizou documentos provenientes dessas instituições que foram incluídas no estudo. Observar as ações das ONGs é essencial para caracterizar suas perspectivas sobre direitos sociais e como esses são executados.

A Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES) foi fundada em fevereiro de 2003 e registrada como ONG um mês depois, sendo reconhecida pelo Estado pela Lei nº 5.745, de 1º de novembro de 2005. Em 28 de junho de 2005, na Rua Capela, no centro de Aracaju, a instituição inaugurou sua primeira sede alugada, financiada com doações das pessoas associadas, para possibilitar encontros semanais (Menezes, 2018).

Ao observar sua trajetória descrita em trabalhos acadêmicos, nota-se que as ações da ADHONES estão relacionadas à prevenção do HIV/AIDS, com serviços voltados à saúde sexual. Outras atividades da associação incluem a capacitação de profissionais de serviços públicos sobre diversidade sexual e identidade de gênero, além de encontros com jovens e a

realização do evento "Chá Cultural", que, até o momento presente, inaugura o circuito da Parada LGBT de Sergipe.

Figura 8- Cartaz de divulgação do 23º Chá Cultural da ADHONES (2024)



Fonte: Instagram da ADHONES, 2024.

Segundo Menezes (2018), a ADHONES influenciou a aprovação de leis locais voltadas para pessoas LGBT, participando de eventos e combatendo as violências. A associação também possui vínculos com outras instituições de âmbito nacional, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o que confere um caráter de coletividade às suas ações.

Um projeto de destaque é o “Educando para a Diversidade”, cujas ações são descritas por França (2012) como uma proposta socioeducativa que aborda temas como homossexualidade, inclusão da diversidade sexual e fortalecimento de vínculos, com aplicação em escolas e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

França (2012) observa que o projeto envolvia jovens voluntários como multiplicadores das temáticas em seus territórios, com a seleção de 25 adolescentes para participarem do projeto. Entre as ações desenvolvidas estão cursos de formação de multiplicadores, seminários pedagógicos, oficinas semanais de cidadania, encontros da diversidade, gincanas artísticas e culturais, além de articulação de parcerias com secretarias de estado.

O Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS) foi fundado em 2008 como uma ONG com o objetivo de combater toda forma de abuso contra as mulheres, focando na defesa de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, com respeito à visibilidade de gênero (Menezes, 2018).

As principais ações do MOLS incluem: prevenção de HIV/AIDS em mulheres que se relacionam com mulheres, promoção da autoestima, assistência jurídica e social, além de apoio às paradas LGBTQIAPN+ em Sergipe. Seu evento mais relevante é o Seminário Internacional em Direitos Humanos, Jurisprudência e Cidadania LGBT, que promove palestras com ênfase no curso de Direito.

Figura 9 - Cartaz de divulgação do III Seminário de Direitos LGBTI+(2019)



Fonte: Facebook do MOLS, 2019.

A Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AmoSerTrans), fundada em 2014, possui uma forte ligação com a população de pessoas trans e travestis, atuando principalmente em Aracaju e, pontualmente, em outros municípios sergipanos. O documento disponibilizado pela instituição foi seu relatório de atividades de 2014 a 2018; para as ações realizadas nos anos subsequentes, a instituição indicou registros no Instagram.

Grande parte de suas atividades é voltada para o ambiente educacional, especialmente em instituições de ensino superior, públicas e privadas. Além disso, a AmoSerTrans participa de articulações com outras lideranças do Movimento LGBTQIAPN+, promove rodas de conversa e atua em passeatas, como na "Marcha das Vadias".

A associação também colabora com a Parada LGBTQIAPN+ realizada em Aracaju, com a participação voluntária de membros do grupo na organização desse evento. A Parada busca visibilidade, seja para reivindicação de direitos sociais, seja para o reconhecimento das pessoas LGBTQIAPN+ como sujeitos que merecem respeito e valorização.

Figura 10 - Curso de Formadores de novas lideranças e ativistas LGBT em Salvador (2014)



Fonte: Relatório de Atividades da AmoSerTrans (2014 – 2018).

O projeto “EDUCATRANS” foi lançado com o objetivo de ampliar a participação de pessoas trans e travestis no ensino superior. Devido à alta evasão escolar dessa comunidade durante o ensino fundamental ou médio, o projeto oferece um curso pré-vestibular gratuito voltado especificamente para esse público. O curso conta com o voluntariado de professores que ministram aulas com o propósito de aumentar o índice de aprovação de pessoas que enfrentam vulnerabilidades ainda durante o ensino básico.

Outro projeto, em atividade desde 2015, é a “Semana de Visibilidade Trans”, que ocorre anualmente no mês de janeiro e celebra o Dia da Visibilidade Trans. Todos os anos, são realizadas palestras sobre temas variados e em locais diversificados, com o apoio do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, que disponibiliza inscrições *online* e emite certificados para os participantes, tanto ouvintes quanto palestrantes.

Figura 11 - Cartaz de divulgação da X Semana de Visibilidade Trans (2024)



Fonte: Instagram da AmoSerTrans, 2024.

A cada ano, uma temática abrangente é escolhida e desenvolvida pelas pessoas integrantes da AmoSerTrans, aberta também à participação de quem desejar contribuir nas reuniões. Até o momento, foram abordados temas como: educação, saúde, políticas de

cidadania, despatologização das identidades trans, mídia e comunicação, além de direitos sociais e jurídicos voltados para esse público. Outro ponto a ser destacado diz respeito às parcerias da AmoSerTrans, que, além de contar com o apoio da universidade, também recebe suporte da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE).

As instituições citadas foram as que mais compartilharam documentos sobre suas ações e divulgaram informações nas redes sociais acerca de seu histórico de atividades.

Quanto a outras ONGs, foi permitido o acesso aos seus documentos mediante a assinatura da “Carta de Autorização de Instituição Coparticipante”; no entanto, durante a pesquisa, algumas dessas instituições não disponibilizaram seus relatórios de ações, e muitas não produzem esse tipo de registro, o que limita o suporte a outras pesquisas. Assim, a pesquisa foi adaptada para que representantes das ONGs pudessem responder a um formulário de entrevista, e também foram buscadas notícias sobre suas ações na internet.

A UNIDAS, fundada em 1999, é a ONG para pessoas LGBTQIAPN+ mais antiga ainda em atividade, com sede chamada Casa de Apoio e Assistência Janaina Dutra, localizada na Rua da Integração, nº 212. Seu principal foco de atuação é a promoção dos direitos de pessoas trans, travestis e não-binárias, com iniciativas para inserção no mercado de trabalho, incentivo à educação formal, eventos de formação profissional, produção artística e empreendedorismo.

Em 2024, destaca-se a candidatura de Jessica Taylor, uma de suas fundadoras, ao cargo de vereadora em Aracaju pelo PSOL. Ainda que não eleita, sua candidatura é histórica para a instituição, pois Taylor já foi trabalhadora do sexo e busca a inserção em outros espaços políticos.

Além disso, a nova diretoria da instituição passou a ser presidida por Ariel Matos Brito, assistente social formada pela Universidade Federal de Sergipe, que possui experiência de trabalho no gabinete da deputada estadual Linda Brasil e assumiu também a Secretaria de Assistência Social da ANTRA.

Figura 12 - Natal das Travestis em 2022



Fonte: Instagram da UNIDAS, 2022.

Dentre as principais ações da ONG, destaca-se o “Natal das Travestis”, que ocorre anualmente em uma praça pública de Aracaju, onde pessoas LGBTQIAPN+ se reúnem para celebrar em conjunto, trazendo contribuições para uma ceia natalina coletiva em prol de pessoas trans e travestis, especialmente, aquelas que trabalham com sexo ou que estão em situação de rua.

A Associação de Travestis e Transexuais de Sergipe (ASTRA LGBT), que existe desde 2001, possui uma das histórias mais relevantes entre as ONGs voltadas para a cidadania LGBTQIAPN+ no estado, com destaque nacional por meio de sua fundadora, Tathiane Araujo, atual presidenta da Rede Trans Brasil.

O histórico da ASTRA LGBT inclui a realização de diversos seminários sobre saúde, educação, trabalho, assistência social, visibilidade social, entre outras temáticas. A associação mantém uma sede em funcionamento, localizada na Avenida Pedro Calazans, 464-2, no bairro Getúlio Vargas, em Aracaju. Nesse endereço, são oferecidos atendimentos com profissionais de Psicologia, Serviço Social e Direito, voltados para a população LGBTQIAPN+, contando

também com a participação voluntária de membros dessa população para manter os atendimentos.

Atua de forma incisiva na cobrança de leis no combate a LGBTfobia, e políticas públicas no campo da saúde e educação. A instituição foi uma das pioneiras no estado de Sergipe em pautar as reivindicações para a população de travestis e transexuais de Sergipe. Uma ONG, dirigida exclusivamente por pessoas LGBTs. (Menezes, 2018, p. 32).

Desde o seu início, a ONG combate toda e qualquer forma de LGBTQIAPN+fobia, denunciando também casos de omissão por parte do Estado em audiências públicas e meios de comunicação. Destaca-se, ainda, sua atuação nas questões de saúde pública desde 2001, com parcerias com a gerência de IST/HIV/AIDS em Sergipe, realizando seminários sobre o tema e disponibilizando espaço para testagem rápida.

Outro ponto relevante é a atuação de voluntários da instituição na Coordenadoria LGBT do município de São Cristóvão (SE), onde profissionais da ONG atendem o público LGBTQIAPN+, oferecendo acolhimento, encaminhamentos para a saúde, retificação de nome e gênero, e acompanhamento de casos de violações de direitos.

Sua principal atividade é a organização da Parada LGBT de Sergipe, realizada anualmente em Aracaju, com a participação de diversas ONGs LGBTQIAPN+ do estado e instituições públicas, como a Prefeitura Municipal de Aracaju. Dias antes da parada, é realizado um circuito de eventos voltados para o público LGBTQIAPN+, liderado por outras instituições, como o Chá Cultural da ADHONES, que sempre abre esse circuito.

A Associação LGBTQIA+ Simão Dias (AGS), inaugurada em 2005, desenvolve ações voltadas principalmente para parcerias em eventos LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe, como na parada estadual e em eventos municipais, como os das cidades de Estância e Propriá. A AGS também participa da Rede Trans Brasil, das conferências estaduais de saúde de Sergipe, além de atuar como representação no CONLGBT/SE e no Conselho Municipal de Saúde de Estância. Entre suas ações estão mobilizações para arrecadação de alimentos, que são distribuídos para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social em Simão Dias. A associação realiza ainda atividades em escolas da rede básica de ensino do município, promovendo a importância dos Direitos Humanos e o combate à LGBTQIAPN+fobia.

Um dado que chama atenção é um pronunciamento divulgado na página do Instagram da AGS, no qual Francielle Oliveira, líder da instituição, mulher trans, negra e periférica, relatou um episódio de transfobia sofrido em 8 de março de 2012. Na ocasião, a primeira-dama e funcionária pública de Estância teria se recusado a entregar uma lembrança alusiva ao Dia da

Mulher a Francielle, afirmando que ela "não era uma mulher de verdade". Além disso, a primeira-dama teria praticado assédio moral, impedindo Francielle de atuar em seu local de trabalho, que também é a Secretaria de Inclusão e do Trabalho em Simão Dias. O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) condenou a primeira-dama em todas as instâncias, encerrando o caso em 2024 com uma pena de pagamento equivalente a cinco salários mínimos. Esse fato é histórico, pois representa a primeira condenação judicial por transfobia no estado de Sergipe.

A Associação de Transgêneros de Estância (ASTRAES), fundada em 2008, atende demandas da população LGBTQIAPN+ no município de Estância (SE). A ASTRAES direciona suas atividades para a proteção dos Direitos Humanos e a visibilidade do público LGBTQIAPN+, por meio de ações como a “Blitz ASTRAES de Saúde”, que realiza testagens de IST/HIV/AIDS, orientações para o autoteste, acolhimento psicoterapêutico e outros atendimentos relativos à saúde. A instituição organiza ainda o “Seminário Estanciano de Direitos e Cidadania LGBTQIAPN+”, que aborda temas como saúde, educação, justiça, segurança pública e outros assuntos relevantes às demandas da população. Esse seminário ocorre no circuito da Parada LGBT, promovida anualmente pela ASTRAES; em 2024, o evento chegou à sua 12ª edição, contando com apresentações em trio elétrico e mobilização social no Estado.

Figura 13 - Seminário Estanciano de Direitos e Cidadania LGBTQIAPN+ (2024)



Fonte: Instagram da ASTRAES, 2024.

A ONG conta com apoiadores destacados, como a Prefeitura Municipal de Estância, em conjunto com as secretarias de Assistência Social, Cultura e Turismo, Desenvolvimento Econômico, Educação, Juventude e Desporto, Meio Ambiente, Saúde e Urbanismo. Além disso, a ONG possui parcerias com a Secretaria de Estado da Saúde, representada pelo Dr. Almir Santana, com o CONLGBT/SE e com empresas do município de Estância.

A Adversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco (A.D.A. LGBT/SE), criada em 2015 e situada no interior do Estado, participa ativamente da Parada LGBTQIAPN+ de Aracaju e de outros municípios, como Estância (SE). A A.D.A. LGBT/SE também promove a distribuição de cestas básicas para pessoas LGBTQIAPN+, auxiliando a população que enfrenta insegurança alimentar e oferecendo suporte aos que necessitam.

O projeto social REMONTA LGBTQIAPN+, fundado em 2019, tem como principal objetivo o atendimento psicológico para pessoas LGBTQIAPN+, no campo da saúde mental. Essa iniciativa é voluntária e envolve profissionais de Psicologia que disponibilizam horários para atender o público cadastrado na instituição. A REMONTA LGBTQIAPN+ realiza ainda ações sociais voltadas para auxílio alimentar, além de palestras sobre diversidade sexual, identidades de gênero e saúde mental. Um de seus eventos principais é o “Samba com Orgulho”, no qual, em parceria com locais de eventos em Aracaju, artistas da comunidade se apresentam e toda a arrecadação é revertida para a instituição.

Vale mencionar também outras instituições que desenvolvem ações voltadas para a população LGBTQIAPN+ em Sergipe: Athena e Greta Garbo, que focam em mulheres lésbicas; a Associação dos Transgêneros de Lagarto; Flor do Sertão LGBT; Grupo Homossexual do Bugiu; Instituto Brasileiro de Transmasculinidades de Sergipe; e Mães pela Diversidade de Sergipe.

Na ONG CasAmor Neide Silva, o pesquisador atuou como voluntário e militante desde sua fundação, em 2018, até o ano de 2020. As atividades dessa instituição incluíam reuniões de alinhamento, atendimento psicossocial, vivências, espaços para atividades de outras organizações do terceiro setor, eventos artísticos com a participação de pessoas LGBTQIAPN+ para arrecadação de recursos, tanto para a própria ONG quanto para a Ocupação Beatriz Nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

A instituição estabelecia parcerias para apoiar tanto a população LGBTQIAPN+ quanto as pessoas em situação de vulnerabilidade social da ocupação, seja na arrecadação de alimentos, no encaminhamento para estudos e empregos, como no acompanhamento das famílias

cadastradas. Foi nesse contexto que o pesquisador direcionou seu interesse para questões de gênero e sexualidade, conectando as teorias acadêmicas com a prática social, produzindo artigos, o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação, e desenvolvendo suas percepções sobre o movimento social e as ONGs para o mestrado.

A 7ª questão do formulário perguntou: Como você analisa a atuação de ONG's e do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe?

Para Maria Eduarda, da ASTRA: "De suma importância, pois preenche várias lacunas deixadas pelo poder público em relação a essa população" (Entrevistada Maria Eduarda, 2024).

Adriana Lohanna⁴¹ comentou sobre os recursos financeiros: "As entidades da sociedade civil em nosso estado têm desenvolvido seu trabalho diário de defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ de maneira atuante e com recursos humanos e sociais próprios, sem financiamento e recursos externos em sua grande maioria" (Entrevistada Adriana Lohanna, 2024).

Gabriel Machado também abordou a importância das articulações realizadas:

Há um grande avanço, principalmente no que podemos dizer sobre a formação política, fomento, ocupação, atividades diversas, pluralidade e busca ativa. Se considerarmos o panorama de uns 20/30 anos atrás, onde só responderíamos às articulações pautadas na agenda de violências, mortes, HIV/Aids e assistência, hoje podemos nos deparar com representantes das instituições ocupando setores nos governos municipais, estaduais e federais, discutindo a amplitude de estratégias para a cidadania das pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, com o ingresso e permanência na educação, as ong's ultrapassaram as molduras estáticas de participação social, possibilitando melhores canais de denúncias, mapeamentos, estudos de casos, internacionalização, etc (Entrevistado Gabriel Machado, 2024).

Na fala de Kika Salomão foram citadas algumas instituições do estado e os seus esforços:

A atuação das ONGs e do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe é crucial para promover a inclusão e proteger os direitos da comunidade. Organizações como ASTRA, ADHONES, ASTRAES, CASAMOR, GHB, REMONTA, MOLHS, MOLS, AGS, AADA, AMOSERTRANS oferecem apoio jurídico, psicológico e social, além de promover campanhas de conscientização e inclusão. O movimento LGBTQIAPN+ também é ativo na mobilização para eventos, educação e sensibilização, e participa de conselhos e fóruns para influenciar políticas públicas. Apesar dos esforços significativos, enfrentam desafios como a falta de recursos e a necessidade contínua de reconhecimento e inclusão, mas continuam a desempenhar um

⁴¹ Atuante na ASTRA e no Conselho Estadual LGBT.

papel vital na construção de uma sociedade mais igualitária. (Entrevistada Kika Salomão, 2024).

Por fim, Lili Drapala situou:

São resistência pura! Há quem já esteja no caminho a algum tempo e tenha percebido certas brechas para conseguir uma ou outra migalha de apoio. Mas, a coisa não está nada boa para a estruturação, manutenção e aprimoramento do trabalho. As ONG foram se compondo como forma de tentar organizar, mas, não houve um movimento de profissionalização real delas de maneira mais ampliada. Sinto que muitas vezes também existem questões muito particulares, como filiações partidárias e suas vinculações com correligionários. E, em certos momentos, por sermos um estado muito pequenininho, com pouco ou nenhum incentivo fiscal para movimentos sociais, para construção de editais públicos de financiamento ou mesmo, com alguma cultura de apoio por parte de empresas e afins, não temos como visualizar a sustentabilidade das ONGS de modo formal e organizado. Elas resistem por estarem juntas enquanto pessoas físicas, por partilharem também anseios, medos, temores e táticas de sobrevivência. Com elas tem sido difícil, mas, sem elas, seria ainda muito pior!!! (Entrevistada Lili Drapala, 2024).

Observou-se que, no estado de Sergipe, as ONGs estão fortemente vinculadas ao movimento social, por vezes sendo a única forma de atuação em defesa da causa LGBTQIAPN+. Isso ocorre porque são essas organizações, por meio de suas ações, que protagonizam a luta combativa em prol da cidadania das pessoas LGBTQIAPN+.

Ao conhecer as atividades das Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para a população LGBTQIAPN+ em Sergipe, é relevante mencionar a proximidade apontada por Coelho (2000), que caracteriza essas instituições como promotoras da cidadania, na medida em que reivindicam direitos sociais e enfrentam as violações contra essa comunidade.

Destaca-se também o caráter voluntário dessas instituições, que dependem de recursos próprios e das doações de seus participantes. Historicamente, no Brasil, o trabalho das equipes nestas instituições são, em sua grande maioria⁴², voluntário justamente pela escassez de recursos existentes para a instituição.

[...] O trabalho voluntário é encarado não apenas como mero estágio, mas como um elemento formador essencial, pois como essas organizações funcionam com pouco dinheiro, o indivíduo é frequentemente obrigado a desenvolver a criatividade, a aprimorar técnicas de gerenciamento, cumprir mais de uma função, etc. Portanto, as organizações do terceiro setor são vistas

⁴² Existem entidades da sociedade civil que não possui fins lucrativos, entretanto, o seu trabalho é assalariado. Por exemplo, a instituição “Doutores da Alegria” que possui um trabalho voltado para alas infanto-juvenis de pessoas com câncer, nesse caso o trabalho é remunerado, pois existe um caráter formativo de atores e atrizes.

como uma importante escola para o trabalhador, tornando essa transposição de valores culturais em uma via de mão dupla. Nesses termos, a atuação voluntária do indivíduo pode ser entendida como motivada por interesses próprios. (Coelho, 2000, p. 72)

Esse objetivo de formação cidadã está também atrelado aos interesses dos próprios sujeitos que atuam de forma voluntária.

Ademais, a institucionalização dessas ONGs permite-lhes captar fundos para o desenvolvimento de suas atividades. Se, por um lado, isso leva a um perfil mais institucional, ajustado às normas estatais, por outro lado, permite-lhes empreender lutas que visam dar visibilidade aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Notou-se, ainda, que as ações no interior de Sergipe recebem menos atenção e participação do público em geral, em comparação com as ações realizadas em Aracaju. No entanto, essa diferença não reduz as pressões exercidas nos municípios, que buscam provocar o poder público na criação e defesa de direitos sociais. Em Aracaju, por sua vez, as ações voltadas à população LGBTQIAPN+ encontram maiores possibilidades de inserção em diferentes espaços, sejam eles privados, públicos ou de outras instituições.

3.3 Atendimento via equipamentos sociais e articulação com os conselhos de direitos LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe

3.3.1 Atendimento via equipamentos públicos

Para analisar como o estado de Sergipe realiza o atendimento via equipamentos sociais e como esses se articulam aos conselhos de direitos para a população LGBTQIAPN+, foi necessário buscar documentações sobre as instituições voltadas para essa população. A relevância dessa análise reside em compreender o funcionamento dos serviços públicos em resposta à pressão dos movimentos sociais, especialmente em Sergipe, onde essa luta é impulsionada por organizações não governamentais.

O atendimento via equipamentos públicos é realizado por equipes de profissionais; no entanto, devido à formação sócio-histórica de um país classista, heterocisnormativo, patriarcal e racista, esses atendimentos frequentemente produzem violações de direitos. Assim, as tensões existentes entre o respeito à Constituição de 1988, os direitos humanos, a dignidade da pessoa LGBTQIAPN+ e uma sociabilidade conservadora são fissuras que se manifestam enquanto

reflexos da dominação e da opressão.

O Comitê da Equidade de Gênero e Raça (COMEGER) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), criado em 2021, direciona suas ações para fomentar a comunicação entre instituições do poder judiciário e as organizações da sociedade civil. Essa comunicação interna com o TJSE permite o diálogo sobre questões raciais, de gênero e de diversidade sexual. Em 2024, o comitê elaborou o seu próprio Manual de Comunicação LGBTQIAPN+, orientado a profissionais de diferentes áreas sobre práticas respeitosas em relação às pautas dessa população.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão de Promoção dos Direitos LGBTQIAP+ do Ministério Público do Estado de Sergipe (MPSE), criado no ano de 2018, participam de eventos como a Parada LGBTQIAPN+ de Sergipe, além de atuar nas promotorias para fiscalizar casos de violações de direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no estado.

A Comissão de Direitos LGBTQI+ da Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe (OAB/SE), criada em 2010⁴³, organiza e apoia eventos voltados para a população LGBTQIAPN+. Por meio dessa comissão, profissionais do Direito vinculados à OAB/SE podem encaminhar casos de LGBTQIAPN+fobia.

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), inaugurado em 2004, oferece atendimento direto à população LGBTQIAPN+ em casos de queixas-crime. Localizado na rua Itabaiana, nº 258, no Centro de Aracaju, o DAGV possui a Delegacia Especial de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância (DEACHRI), na qual a delegada Meire Mansuet é responsável pelos encaminhamentos dos casos.

O Centro de Referência LGBTI+ de São Cristóvão, fundado em 2023, localizado na rua 45, nº 14, no Conjunto Eduardo Gomes, tem parceria com a ASTRA em Sergipe e oferece atendimento social, psicológico e jurídico à população LGBTQIAPN+ do município. Suas ações contam com o apoio da prefeitura e com a articulação com outras secretarias para promover a conscientização e a defesa dos direitos dessa população.

Essas instituições estão se expandindo pelo território sergipano, refletindo a trajetória de luta do movimento social LGBTQIAPN+ no estado. A seguir, estão listadas as instituições que apresentam o maior número de contribuições registradas nos documentos analisados.

⁴³ Segundo JusBrasil (2010) a partir de uma audiência pública para prestar auxílio aos direitos GLBT, solicitada pela desembargadora aposentada Berenice Dias, advogada especialista em Direito Homoafetivo, com presença de representações da OAB/SE foi iniciada a formação de uma comissão temática voltada para a diversidade sexual.

3.3.1.1 Assessoria LGBTQI+ da Prefeitura Municipal de Aracaju

Instituída no ano de 2017 na estrutura da Diretoria de Direitos Humanos na Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Aracaju, essa assessoria possui várias ações desde o seu início até o presente instante. O assessor técnico através da secretaria disponibilizou os relatórios anuais de gestão além das notícias publicadas pela assessoria de comunicação no site da prefeitura.

Anualmente, na última semana de janeiro, é realizada a Semana de Visibilidade Trans da Assessoria LGBTQI+ da PMA, nesta ação o técnico e militante Marcelo Lima Menezes convida pessoas trans para rodas de conversa sobre as suas vivências, além de convidar pessoas que trabalham com direitos sociais para informar sobre os direitos das pessoas trans e travestis.

Figura 14 - Encontro na Semana de Visibilidade Trans da Assessoria LGBT em 2020



Fonte: Relatório de Gestão da Assessoria LGBTQI+ (2020)

Nos relatórios de gestão também são informadas as oficinas voltadas para os profissionais da prefeitura. O técnico, através da utilização de material pedagógico e educativo auxilia na formação continuada de profissionais da assistência social, da saúde, educação entre outros serviços da prefeitura. Além disso, realizam ações de combate à LGBTQIAPN+fobia. ao dialogar com profissionais sobre possíveis casos registrados por violação de direitos humanos, bem como participação em eventos festivos da prefeitura para sensibilizar a

população sobre os crimes contra pessoas LGBTQIAPN+.

Figura 15 - Coordenadores de CRAS e CREAS participam da IV Semana de Combate a LGBTQIfobia



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Aracaju (2022)

A assessoria também encaminha pessoas LGBTQIAPN+ para o Cadastro Único, permitindo que obtenham auxílios através de programas de transferência de renda. Esse trabalho é direcionado especialmente para trabalhadoras do sexo, que são mulheres trans ou travestis, proporcionando-lhes um complemento de renda.

A participação do profissional em eventos voltados ao público LGBTQIAPN+ é constante, assim como sua articulação diária com os serviços públicos, a fim de que outros profissionais tomem conhecimento dos direitos dessa população e possam organizar seus próprios eventos com o apoio desse assessoramento.

A assessoria também promove ações de prevenção e combate a IST/HIV/AIDS junto à Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju (PMA), realizando o encaminhamento de pessoas LGBTQIAPN+ para o serviço especializado em infecções sexualmente transmissíveis, além de prestar atendimento em locais voltados para esse público.

A Assessoria LGBTQI+ possui uma parceria com a Defensoria Pública do Estado de

Sergipe, por meio do defensor Sérgio Barreto Moraes, que assina certidões de hipossuficiência. Esse documento isenta de custos, nos cartórios, as pessoas trans e travestis que desejam iniciar o processo civil de retificação de nome e gênero. A partir dele, o técnico Marcelo Lima Menezes reúne todos os documentos necessários para o processo e acompanha essas pessoas em cartórios. Posteriormente, ele realiza o mesmo procedimento para atualização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Registro Geral (RG), da junta militar, e em cartórios eleitorais, até que todos os documentos estejam devidamente organizados. De acordo com os relatórios, a média de atendimento é de cerca de 200 pessoas por ano que conseguem acessar esse direito.

Algumas questões se destacaram na pesquisa. A primeira foi a ausência de uma sede para esse trabalho durante anos, o que levou o técnico a buscar apoio em outros setores da prefeitura. Em segundo lugar, a escassez de profissionais para realizar esse trabalho em equipe, dada a alta demanda entre a formação de profissionais, encaminhamentos para serviços públicos e atendimentos diretos com a população. Muitas vezes, o técnico realiza o trabalho em seu próprio ambiente doméstico e fora do horário de expediente. Por fim, há uma elevada demanda, não só de pessoas LGBTQIAPN+ de Aracaju, mas também de outros municípios e até de outros estados, que procuram Marcelo Menezes pela referência técnica que ele representa para a resolução de suas demandas.

Ao longo dos últimos anos, a Prefeitura Municipal de Aracaju tem respondido às demandas LGBTQIAPN+ da cidade. No entanto, a execução desse trabalho por apenas um profissional gera dificuldades, além de riscos à saúde do trabalhador. O trabalho como militante também é um aspecto presente em sua rotina, assim como era para o movimento social em anos anteriores, que mantinha proximidade com a população em seus lares. Nessa situação, observa-se uma tensão entre um sistema que busca a visibilidade de uma gestão e a necessidade de um corpo técnico estruturado, capaz de concretizar as políticas sociais como um dever do Estado.

3.3.1.2 Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+, governo estadual

A partir do Termo de Referência sobre os Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia, os Centros de Referência em Direitos Humanos, criados no primeiro governo Lula, possuem uma estrutura básica de consolidação a ser seguida. São espaços de cidadania destinados às vítimas de violência por homofobia, e seus serviços incluem assessoria jurídica e psicossocial, capacitada para realizar mediações e conciliações de conflitos, além de fornecer capacitação em direitos humanos e orientações com encaminhamentos.

Foi nesse contexto que o Centro de Combate à Homofobia de Sergipe foi criado em 2008. Posteriormente, com a Portaria nº 184/2021, de 25 de maio de 2021, o centro teve seu nome alterado para Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+, vinculado ao Gabinete do Secretário Estadual de Segurança Pública.

De acordo com os relatórios de gestão disponibilizados para a pesquisa, suas ações são conduzidas por profissionais de Direito, Psicologia e Serviço Social. O primeiro atendimento envolve o preenchimento de uma Ficha de Identificação, onde são registrados dados sobre identidade de gênero, orientação sexual, etnia e religião.

As ações de articulação do centro com instituições do Estado e com organizações não-governamentais estão descritas nas atas de reuniões também disponibilizadas. Essas ações incluem propostas de encaminhamentos para atividades conjuntas, como a formação de um grupo de trabalho voltado para a segurança pública.

Figura 16 - Reinauguração do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTQIAPN+ (2024)



Fonte: Site da Assistência Social de Sergipe (2024)

É notória a preocupação do centro no preenchimento de relatórios e documentação, além do seu ambiente acolhedor com uma gama de profissionais com serviços especializados voltados para as pessoas LGBTQIAPN+. Por outro lado, os dados estatísticos dos relatórios sobre o perfil da população poderiam possuir espaço para informações qualitativas sobre avaliação dos impactos das ações, além da construção de um diagnóstico com a rede de

atendimento para oficializar dados a partir de uma instituição ligada ao Estado.

3.3.1.3 Coordenadoria Estadual LGBT e Conselho Estadual LGBTQIAPN+

Foi solicitada a liberação de documentos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania referentes aos relatórios de ações da Coordenadoria Estadual LGBT. No entanto, não houve retorno, sendo autorizadas apenas as documentações relativas ao Conselho Estadual LGBTQIAPN+.

Para obter informações sobre as ações da coordenadoria estadual, foi necessário acessar o site da secretaria. Desde sua implementação, em 2019, a atuação da coordenadoria se concentrou na criação do conselho estadual, com esforços conjuntos de organizações não-governamentais e outras instâncias do Estado. O conselho foi instituído pela Lei nº 8.857, de 25 de junho de 2021, sendo sua competência o desenvolvimento de ações transversais, parcerias, elaborações conjuntas, criação de grupos de trabalho, promoção de eventos de conscientização, entre outras atividades.

Entre as outras ações da coordenadoria, destacam-se as parcerias com entidades para o combate à LGBTQIAPN+fobia, incluindo a conscientização da população em geral sobre o mês do orgulho e sobre as pautas e demandas das pessoas LGBTQIAPN+.

Figura 17 Evento "Semana Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+" (2024)



Fonte: Secretaria de Estado, da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (2024)

A realização de campanhas em relação ao dia de alusão da semana internacional do orgulho LGBTQIAPN+ sendo uma campanha voltada para o respeito de todas as religiões, identidades de gênero, sexualidades e raças. Essa e outras campanhas fizeram parte da programação de eventos promovidos pelo estado.

Figura 18 - Semana de Visibilidade Trans do estado (2024)



Fonte: Secretaria de Estado, da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (2024)

Assim como na Prefeitura Municipal de Aracaju, a Coordenadoria de Políticas Públicas LGBTQIAPN+ realiza eventos sobre a Semana de Visibilidade Trans, com atividades que discutem a visibilidade, as identidades de gênero e os direitos dessa população. O evento contou com a participação de instituições como o Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTQIAPN+.

Nas entrevistas realizadas pela pesquisa a questão 5 perguntou: Como você analisa as políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ em Sergipe? A maioria das (os, es) entrevistadas (os, es) se posicionou quanto à necessidade de melhorias nos serviços.

Para Maria Eduarda da ASTRA:

Precisando avançar principalmente nos quesitos: saúde e mercado formal de trabalho. Onde visivelmente não temos um ambulatório trans na capital e não temos um programa de empregabilidade e permanência para pessoas LGBTQs que estão em grande parte desempregados (Entrevistada Maria Eduarda, 2024).

Para Maluh Andrade da AmoSerTrans “Ainda em processo de aplicabilidade, uma vez que não é uma pauta prioritária para a grande maioria do poder público estadual. Relatos que se relacionam e demonstram uma preocupação com uma tímida melhoria das políticas sociais para pessoas LGBTQIAPN+” (Entrevistada Maluh Andrade, 2024).

Por outro lado, segundo Silvania Santos que fora coordenadora do setor estadual a partir da gestão governamental de 2023 informou “Muito positiva, a partir do ano de 2023” (Entrevistada Silvania Santos, 2024). Para o militante Wellington Andrade que foi o fundador do Dialogay de Sergipe “Hoje eu tiro meu chapéu porque hoje graças a Deus e abro os meus braços Para o governo que estão na linha de frente, naquela época não atendia esses casos. A partir de Marcelo Deda para cá, porque tinha uma comunicação desde o DCE, ele fez a lei em nosso favor” (Entrevistado Wellington Andrade, 2024).

Essas duas falas revelam que, para algumas pessoas, houve melhorias realizadas pelo Estado, com destaque para a fala de Wellington Andrade, que elogiou a gestão de Marcelo Deda devido à sua aproximação com a pauta desde os anos 1980 na Universidade Federal de Sergipe, além da conjuntura do Partido dos Trabalhadores, que assumiu o governo federal, estadual e municipal em Aracaju.

No item 6 do formulário o questionamento foi: De que modo se dá sua articulação com as secretarias estaduais e/ou municipais e com Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ de Sergipe?

Em suma as respostas apontaram para uma conjuntura que aproxima lideranças políticas e/ou instituições da sociedade civil. Para Adriana Lohanna: “[...] O conselho estadual LGBT tem sido o único espaço de discussão e debates, sendo único fórum no estado que ainda tem, de forma organizada, reunido as entidades do movimento social” (Entrevistada Adriana Lohanna, 2024). Para Carla Jeany da ASTRAL do município de Lagarto (SE) informou “Uma boa comunicação” (Entrevistada Carla Jeany).

Duas respostas chamam atenção tanto pela ausência de um conselho LGBTQIAPN+ municipal na capital quanto para uma necessidade de aproximação. Para Maluh Andrade “Temos uma cadeira, através da AmoSerTrans, no conselho estadual LGBTQIAPN+, então estamos acompanhando bem próximos os processos de articulação com o governo. Infelizmente no município não existe” (Entrevistada Maluh Andrade, 2024). Por outro lado, para Daniela

Gasparely: “Precisa de mais atenção” (Entrevistada Daniela Gasparely, 2024).

Um conselho de direitos LGBTQIAPN+ fortalecido contribui com a fiscalização de violações de direitos contra essa população em uma parceria das instituições da Organizações não-governamentais (ONGs) com aquelas do Estado. Para esse fortalecimento também são necessários esforços que sejam capazes de chegar até o interior de Sergipe para o conhecimento sobre as vulnerabilidades e demandas de territórios mais afastados dos centros da capital. Nesse sentido as instituições de municipais de outras cidades também devem fazer parte da rede em conjunto com a sociedade civil de seus territórios.

Na questão número 8 do formulário a solicitação foi: Gostaria de acrescentar algum tema ou questão não abordada neste roteiro?

Das 14 pessoas entrevistadas 8 delas informaram que não tinham acréscimos nem sugestões a fazerem. Enquanto duas pessoas chamaram atenção para a necessidade de perguntas específicas quanto a empregabilidade e famílias LGBTs. Uma outra resposta se direcionou para as instituições as quais devem pensar em ações para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua. E outras duas sugestões apontaram para a necessidade da pesquisa se voltar para o movimento histórico em Sergipe para a luta existir.

Uma resposta que chamou atenção foi do entrevistado Rogério Souza, da ASTRA:

A participação da população lgbt deve ser conjunta, ONGs não tem a obrigação de bater na porta de um lgbt para levá-lo ao serviço de saúde, a uma entrevista de emprego ou a qualquer outro espaço, as instituições estão aí para somar e auxiliar a qualquer lgbt que precise, e a nossa população precisa entender o nosso papel enquanto ong. (Entrevistado Rogério Souza, 2024).

A pontuação acima tem uma fala direta para as instituições do Estado as quais deveriam se responsabilizar pelos serviços públicos para a população LGBTQIAPN+, uma vez que as ONGs não têm a obrigação de puxar para si a responsabilidade dos atendimentos. A sua visão revela um movimento de transgressão e movimento contrário ao que costumeiramente acontece, assim como foi revelado na questão 4 sobre os locais de atendimento priorizados, uma vez que são necessárias políticas especializadas.

Essas questões refletem um Estado ainda em processo de avanço junto às entidades LGBTQIAPN+. Observou-se uma conjuntura de adaptação do Estado às demandas da população LGBTQIAPN+, com base no que é cobrado e dialogado com as instituições. Embora tensões sejam provocadas, elas fazem parte de um diálogo com comunicação, a fim de evitar fissuras suficientes para comprometer a organização que está sendo construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe, foi possível observar algumas importantes considerações, as quais foram elencadas após as inferências realizadas a partir dos contextos sócio-históricos.

A priori, é necessário informar que os objetivos elencados foram alcançados, uma vez que foi apresentada a conjuntura conservadora no Brasil e como seus processos de dominação e opressão refletidos nas diferentes demandas da população LGBTQIAPN+.

As violações contra a vida dessas pessoas continuam a se perpetuar ao longo do tempo, e seu agravamento é perceptível com o avanço da extrema direita no poder, onde direitos sociais são retirados ou deslegitimados. Através do discurso e das violências mais explícitas, o avanço desse neoconservadorismo alcança locais no seio familiar, provocando silenciamento e exclusão.

Ao considerar as instituições do Estado, observa-se uma resistência oriunda de preconceitos contra pessoas LGBTQIAPN+, onde as violações de direitos se entrelaçam com o patriarcado, machismo, classismo, racismo e a heterocisnormatividade. Pensar nessas estruturas permite aproximação com a complexidade inerente à formação sócio-histórica do país, mas também favorece pensar sobre as estratégias de resistência aos valores de uma moralidade conservadora.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao avanço da intolerância religiosa no Brasil, onde instituições religiosas estabelecem laços de confiança com as populações em condição de vulnerabilidade social, onde o Estado apresenta-se com serviços precarizados fundamentados na burocratização e na seletividade. É por meio desse alcance que o extremismo religioso se instaura e, ao longo dos anos, perpetuará as violências e processos de exclusão das pessoas LGBTQIAPN+.

É nesse contexto que o Brasil continua a perpetuar as violações à dignidade humana das pessoas LGBTQIAPN+, resultando em violências e crimes que estão implicados em conjunto com um país que explora, domina e oprime grupos subalternizados por um sistema conservador e patriarcal, além de um sistema que exclui principalmente pessoas trans, travestis e não-binárias, que questionam as normas de corpos.

A partir dos dados e das discussões anteriores, foi possível compreender também que o estado de Sergipe está atrelado a esse contexto conservador do país. Um reflexo disso são suas últimas eleições, que demonstram o avanço de bancadas neoconservadoras, no poder legislativo

e arranjos políticos que atravessam décadas no poder executivo. Mas também, recentemente com inserção de sujeitas (os, es) LGBTQIAPN+, como evidenciado nas seções 2 e 3 desta dissertação.

A partir da análise histórica sobre o movimento social LGBTQIAPN+, foi possível compreender sua organização política, atrelada às suas lideranças, que trilharam uma trajetória de luta, tensões e embates para conquistar direitos sociais, bem como as conquistas institucionais voltadas para o atendimento ao público.

A trajetória do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe foi construída, preponderantemente, com base no regime de violência exercido pelo poder do Estado, por meio de embates e estratégias de resistência que se iniciaram nas ruas e nas organizações não governamentais. O que reflete um movimento organizado e combativo contra as violações de direitos, especialmente, aquelas executadas pelo próprio Estado conservador.

Consequentemente, é notória a importância da organização política do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe, por meio de Organizações Não Governamentais, enquanto agente questionador dos sistemas opressivos. Entretanto, de acordo com a teoria, politicamente as Organização Não Governamental (ONG), recebem críticas pela articulação que estabelecem com o Estado e seus propósitos neoliberais, não contribuindo para viabilização do acesso a um serviço enquanto direito social, mas geralmente atrelado a interesses da filantropia e da ajuda. Contraditoriamente, alguns movimentos sociais podem desenvolver pautas militantes de forma aguerrida e de enfrentamento.

O movimento social LGBTQIAPN+ de Sergipe surgiu a partir de articulação em uma comunidade católica voltada para homossexuais. Posteriormente, por meio da ação de estudantes homossexuais no Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o movimento começou a se organizar com pensamentos críticos ao sistema e a popularização do discurso e ações entre seus pares.

A organização começou a ganhar as ruas nos anos 1980, no contexto do fim da ditadura de 1964, com embates na Câmara de Vereadores de Aracaju, bem como em matérias jornalísticas sobre eventos que se tornaram canônicos, como o casamento homossexual. Com esses assuntos em alta, iniciou-se um processo de visibilidade das pautas. Foi ainda nessa década que o atendimento e acompanhamento de pessoas portadoras de HIV/AIDS começou sendo realizado, porém, por lideranças.

Outra fase caracteriza-se pela institucionalização, através de Organizações Não Governamentais, voltadas para o público LGBTQIAPN+, durante a década de 1990, além da busca por apoio do Estado para se responsabilizar pela execução das políticas de saúde pública.

O atendimento passou a ser exclusivamente realizado pelos serviços públicos nos anos 2000, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) nos entes federativos, estaduais e municipais, ao mesmo tempo que ainda existiam impasses para a formulação e implementação de políticas públicas.

Com o avanço do neoconservadorismo, houve também um arrefecimento do movimento social LGBTQIAPN+, reflexo de articulações entre sua atuação e sua institucionalização, seja por meio das ONGs ou pela inserção de lideranças políticas para atuação no Estado. Existe, assim, uma contradição que envolve as discussões entre agentes do Estado e a militância, uma relação complexa para manter a empregabilidade e realizar ações de enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia, no âmbito estatal e institucional de forma mais polida.

Quanto ao objetivo de analisar como o estado de Sergipe realiza o atendimento nos equipamentos sociais e como estes se articulam com os conselhos de direitos para a população LGBTQIAPN+, os resultados apontaram que o Estado atualmente mantém uma parceria com ONGs voltadas para esse público, uma vez que são essas organizações que estão mais próximas de suas realidades. Foi por meio dessa aproximação, especialmente com o conselho de direitos estadual, que os equipamentos sociais começaram a pensar em ações voltadas para esse público.

Embora o Estado tenha começado a se mobilizar de forma concreta nos últimos 20 anos no atendimento à população LGBTQIAPN+, é evidente que ainda há uma grande necessidade de expandir e garantir a proteção social, incluindo a preocupação com a formação continuada de profissionais.

Nesse sentido, a hipótese de que a população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe encontra-se em uma situação de desproteção por parte do Estado, ao realizar o atendimento por meio de políticas sociais fundamentadas no preconceito, foi parcialmente confirmada. Pois, essa população ainda recorre às Organizações Não Governamentais como locais que respondem às suas demandas urgentes, uma vez que, historicamente, o movimento social tem sido sua referência protetiva de direitos, lutas e resistência.

É dever e responsabilidade do Estado elaborar políticas sociais transversais e garantir verbas/recursos para implantação de ações mais concretas. Não basta apenas realizar conscientização por meio de eventos; é fundamental também estabelecer uma aproximação com as pessoas que estão distantes, nas periferias em condição de vulnerabilidade social, que não têm acesso aos direitos básicos.

Nesse sentido, é imprescindível também produzir um cuidado com as famílias de pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que, socialmente, o elo familiar desempenha um papel decisivo. A família pode ser o fator determinante entre uma pessoa ser expulsa de casa e passar

por mais situações de violações de direitos ou ser acolhida e abraçada em seu lar. O reconhecimento da importância da afetividade, atrelada ao fortalecimento de vínculos familiares, tende a proteger a população LGBTQIAPN+ de maiores dificuldades, como os riscos de trabalhos noturnos sem direitos trabalhistas, a falta de autoaceitação, relacionamentos conturbados, além das vulnerabilidades sociais que ainda permeiam o país.

Uma outra hipótese levantada na pesquisa também foi confirmada: as demandas da população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe refletem as demandas em nível nacional, seja na saúde, educação, trabalho, entre outras áreas. Em relação aos locais de atendimento, essas pessoas têm maior probabilidade de buscar serviços em Organizações Não Governamentais, por entenderem que são espaços livres de preconceito.

De acordo com as pessoas entrevistadas, que possuem diferentes níveis de atuação enquanto lideranças políticas, o estado de Sergipe apresenta uma proximidade com as demandas nacionais, especialmente nas questões de saúde, educação, trabalho e segurança pública. Nesse sentido, há também uma urgência para que o governo federal atue de forma transversal nas políticas sociais. Uma dessas estratégias está na realização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que ocorrerá entre os dias 21 e 25 de outubro de 2025, pois a partir desses espaços podem surgir novas diretrizes, visando pensar em ações integradas que aproximem os diferentes campos de atuação em prol da população LGBTQIAPN+.

Nos espaços das ONGs, a população LGBTQIAPN+ se sente mais protegida, uma vez que, historicamente, o preconceito também pode ser institucionalizado e expressado por agentes públicos. O reconhecimento de seus pares nos atendimentos facilita a busca por esses locais como referência para levar suas demandas, as quais estão atreladas às violações de direitos, discriminação e preconceito.

Ao conhecer a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe, foi possível perceber que a quantidade de ações realizadas e a percepção das pessoas entrevistadas superam as ofertadas pelo Estado. Tanto em termos temporais quanto qualitativos, as instituições buscam superar preconceitos, combater discriminações e encaminhar para serviços de proteção, ou seja, desempenham uma atuação direta e ativa, em prol da cidadania.

Por fim, a hipótese de que as ações das ONGs são estrategicamente voltadas para a população LGBTQIAPN+, através de espaços coletivos com atendimento, acompanhamento e encaminhamento, foi confirmada. Além disso, em sua maioria, as ONGs contam com representações políticas que servem de referência para as diferentes comunidades, por entenderem as violações de direitos enfrentadas por essa população.

É por meio dessas referências da militância e do movimento político organizado que as pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade buscam atendimento.

Por outro lado, existem alguns pontos que merecem destaque. Primeiramente, a falta de estruturação e a precariedade de alguns serviços nas ONGs, uma vez que estas dependem de editais para buscar recursos, bem como das doações de seu corpo voluntário. Outro ponto que chamou a atenção foi a escassez de registros documentais nas instituições, no que diz respeito aos relatórios de suas atividades, dados estatísticos e/ou memória institucional. Esses procedimentos são importantes para preservar a história, trajetória e atuação das ONGs ao longo dos anos, e, embora ainda burocráticos, podem fundamentar novas estratégias em seus trabalhos.

É justamente esse trabalho voluntário que também pode impactar as ações, uma vez que, no estado de Sergipe, o financiamento das instituições exige esforços e enfrenta entraves significativos. A ação voluntária é a saída mais prática para o enfrentamento das situações. Entretanto, a criação de espaços para profissionais assalariados também possibilita um caminho a ser trilhado, abrindo novas oportunidades para profissionais, principalmente, aqueles da própria população LGBTQIAPN+.

A partir das análises realizadas, foi possível observar que as lutas do movimento social LGBTQIAPN+ resultaram em conquistas, mas também geram novas tensões para seu avanço. Assegurar os direitos desse público continua sendo uma tarefa árdua e diária, uma vez que, no campo da realidade social, ainda persistem as violências.

As disputas permanecem no sentido do direito à vida, como se isso ainda fosse a demanda mais urgente. Famílias que expulsam pessoas LGBTQIAPN+ de suas casas, um Estado omissivo nos casos de violações de direitos, violência institucional provocada por profissionais, entre outras situações, ainda persistem no cotidiano.

Também existem tensões no campo da intelectualidade, uma vez que, a partir de olhares metodológicos diferenciados, as produções da ciência e das políticas públicas provocam novos e diferentes embates. O conhecimento científico resiste e é necessário para a formação de novas teorias e ampliação de outras que qualifiquem os debates e a elaboração de estratégias de enfrentamento no campo da militância.

Com essa conjuntura, refletir sobre uma possível revolução que ocorre entre o micro e o macro requer um amplo apoio e novos fortalecimentos que lutem contra a exploração da classe trabalhadora que se reconhece como LGBTQIAPN+, a dominação de seus corpos para expressarem seus anseios, afetos e demandas de direitos sociais, e a opressão que ainda persiste nos entraves da exclusão e do silenciamento.

É com a persistência e a luta contra o patriarcado, o capitalismo, a heterocisnormatividade e o racismo que se alinha um novo projeto societário.

Um dos pontos perceptíveis durante a investigação da pesquisa diz respeito ao alto número de apresentações artísticas que acompanham os eventos do movimento social LGBTQIAPN+. Esse dado aparece nos cartazes de divulgação, com apresentações de *drag queens*, entre outras artistas.

A produção e o trabalho artístico sempre foram evidenciados nos resultados oriundos da pesquisa documental, seja como forma de abertura de eventos, seja como meio de entretenimento ou atração para o público. O fomento ao trabalho artístico cria espaço para novos e possíveis debates, como, por exemplo, refletir sobre a arte enquanto possibilidade de crescimento individual, mas também enquanto campo para elaboração do pensamento crítico coerente com processo de emancipação humana, incluindo a dimensão da coletividade.

Nesse campo, a pesquisa aponta questões para o desenvolvimento de pesquisas futuras: sobre os espaços destinados às apresentações artísticas, sobre o financiamento destas apresentações, sobre a política cultural com espaço para o desenvolvimento do trabalho de artistas LGBTQIAPN+. Por vezes, a produção artística é o único meio de sobrevivência, diante da dificuldade de acesso ao trabalho formal e ao emprego.

Trata-se de um tema que ganhou destaque, a partir da participação, enquanto mestrando, na disciplina eletiva: “Cultura, Sociedade e Poder”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, conteúdo necessário e importante, tanto para apreender novas formas de pensar a formação cultural quanto a sociedade brasileira.

Com esse aprofundamento teórico, é preciso situar que abordar o campo cultural, não diz respeito apenas à produção artística, mas, principalmente, compreender como as relações sociais são construídas, o que as pessoas aprendem durante sua formação educacional, como aprendem, o que consomem, e em que sentido isso está atrelado aos exemplos exibidos em propagandas, cinema, novelas, entre outros. Principalmente, no contexto em que prevalece uma cultura hegemônica, pautada em princípios conservadores, que fundamentam toda uma sociedade.

Levar em consideração que essa característica a qual constrói e engendra a sociedade brasileira é reconhecer que existem espaços de privilégio para certas identidades de gênero, sexualidades, classes sociais e raças. Diante desse modelo de sociabilidade hegemônica, quais são as estratégias para tensionar, enfrentar e vencer as barreiras instituídas pelas classes dominantes? Lutar contra as estruturas exige uma complexidade de conceitos e práticas que precisam estar atreladas a uma coerência baseada na memória, historicidade, formação e

organização, as quais assegurem o que foi construído e possibilitem a reflexão sobre outras perspectivas de coletividade.

Além disso, deve-se questionar se existe uma cultura LGBTQIAPN+ e se ela combate a cultura conservadora, colonial, heterocispatriarcal, racista e classista. Afinal, existem normas sociais impostas por essas estruturas hegemônicas que provocam exploração, dominação e opressão.

A partir dos resultados da pesquisa de mestrado sobre o movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe, é possível constatar que ao longo dos anos, outras formas de expressão cultural questionaram os poderes políticos, violentos e preconceituosos de uma sociedade que silencia e exclui grupos subalternizados e vulnerabilizados, ou seja, existiu e existe resistência aos processos de dominação e opressão.

Com o propósito de ampliar, dar continuidade aos estudos e buscar respostas para novos questionamentos evidenciados durante o mestrado, o pesquisador submeteu uma proposta de pesquisa e foi aprovado no doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O intuito é dar continuidade à pesquisa, aprofundar os estudos teóricos e buscar maior especialização sobre a temática LGBTQIAPN+, refletindo sobre suas estratégias de resistência, existência e lutas.

Nesse sentido, a pesquisa cumpre sua função social enquanto forma de devolver à sociedade uma compreensão coerente com os processos históricos, os quais ganhando visibilidade podem contribuir para que não se repita, nem perpetuem ações de discriminação, preconceito e desrespeito à dignidade da pessoa humana, impondo barreiras de acesso aos direitos sociais.

A partir da consubstancialidade, foi possível observar e analisar como as estruturas sociais funcionam, engendradas em prol de um projeto conservador que promove uma cultura considerada hegemônica, alimentando uma sociedade marcada pela exploração, dominação e opressão.

Acrescenta-se que o trabalho do Serviço Social contemporâneo está em conjunto com as transformações da sociedade, e o movimento social LGBTQIAPN+ também avança, ainda que, com as mortes diárias e de diversas formas. Portanto, a profissão necessita estar em proximidade do seu campo teórico para que sua prática esteja atrelada a uma coerência que defenda a ciência e os direitos humanos.

A (O, E) Assistente Social está inserida (o, e) no contexto de uma formação sócio-histórica colonial e em um contexto ultraneoliberal, e os desafios da profissão têm provocado desmobilizações e dificuldades para o seu avanço. Entretanto, os esforços não são individuais.

Um conselho profissional fortalecido que acompanhe e fiscalize as instituições, principalmente aquelas de cunho privado (que carregam características conservadoras), uma universidade pública que pense no acesso e permanência de pessoas LGBTQIAPN+, incluindo aquelas que estão na formação profissional, além de um departamento e um programa de pós-graduação que provoquem novos espaços sobre a temática, sejam no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Como as Organizações Não-Governamentais LGBTQIAPN+ fazem parte da realidade do estado de Sergipe e são elas que mobilizam a população e outras instituições, uma estratégia seria angariar recursos para uma formação institucional profissionalizante com espaço para profissionais assalariados. Isso se tornaria ainda mais relevante se o Estado organizasse suas instituições voltadas para princípios democráticos e que defendem os direitos humanos, criando espaços que se tornem referências no atendimento ao público LGBTQIAPN+.

Enquanto originalidade desta pesquisa, destaca-se que existem questões raramente abordadas nas referências bibliográficas, documentais e nos eventos de ativismo, qual seja: a de que a luta é também contra estruturas sociais, fundamentadas na formação sócio-histórica brasileira, heterocispatriarcal, racista e classista, baseada na colonialidade, reproduzida através de uma cultura conservadora e fundamentalista, refletida nas instituições e nas famílias.

Nesse sentido, teoricamente, além do olhar próximo à totalidade, dos processos históricos e das contradições, no âmbito do Serviço Social, cabe também considerar aspectos de classe, raça e gênero, numa perspectiva da consubstancialidade, sem ocultar o lugar do sujeito e da pessoa excluída.

Ao legitimar pautas identitárias, deve-se ter em vista um horizonte comum onde a transformação social e a cidadania estejam em conjunto. Ao observar que os tensionamentos, criados entre as pessoas LGBTQIAPN+, o Estado e a cultura conservadora, ainda têm um longo percurso nos campos de embates, é possível prever que existirão novas tensões e rachaduras, uma vez que a sociabilidade estará fundamentada no reconhecimento do outro como parte de si.

Por fim, voltar-se para o entendimento da população LGBTQIAPN+ enquanto parte de um todo provoca novas formas de sociabilidade. Logo, uma sociedade transformada por novos espaços políticos e de mobilização garantirá o acesso universal às políticas sociais, bem como o desenvolvimento de uma nova cultura e sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023** – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. RIBEIRO, D. (Coord.) Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, D. S. **Movimento LGBT, participação política, e hegemonia**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília, ANTRA, 2022.

ANTRA. **DOSSIÊ: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, ANTRA, 2023.

BAHIA. **Entendo a diversidade sexual**. Defensoria Pública do Estado da Bahia. ESDEP- 1ª. ed. – Salvador, 2018.

BARBOSA, K. de S.; SILVA, P. M. G. da; RIBEIRO, J. K. A. “Entre Amores e Dissabores”: a política de assistência social voltada aos/às LGBTs. **Temporalis**, ano 18, n. 36, p. 239-255, jul./dez. Brasília, 2018.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Difusão Europeia do Livro, Paris, 1967.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 2 e 3.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, 123 Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT/** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: DF, 1. ed., 1. reimp. 2013a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2013b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 01 out.2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Casa Civil: Centro Gráfico, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 8.662/93. **Código de ética do/a assistente social**. 10. ed. rev. e atualizada, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. Routledge, Nova York e Londres, 1993.

CAETANO, M.; NASCIMENTO, C.; RODRIGUES, A. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1º ed. São Paulo, Alameda, 2018.

CARDOSO, M. W. S. **POR UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL EM SERGIPE: da comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do Grupo Dialogay (1981-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. In: **Psicologia: ciência e profissão**, 32 (3), p. 552-563, Brasília, 2012.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v.3, n.2, p. 201-214, jan-jun, 2001.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 2ªed. São Paulo, Papirus, 1988.

CELESTINO, C. de J. **Corpos em Chamas: masculinidades e práticas sexuais desviantes no medievo ibérico**. EDISE, Aracaju, 2020.

CFESS. **O que é Preconceito?**. Brasília: CFESS, 2016. In: Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 1.Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2016a.

CFESS. **Transfobia**. Brasília: CFESS, 2016. In: Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 1. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2016b.

CHAGAS, E.; OLIVEIRA, J. M. D. de. **UNIDAS!** 20 anos de luta pela cidadania – percepções e itinerário de uma batalha. EDISE, 1º ed., Aracaju, 2022.

CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F.; Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social e Sociedade**, n. 135, p. 290-307, maio/ago. São Paulo, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.), Editora Cortez, São Paulo, 2014.

CNCD/ LGBT; CNAS. **RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS E CNCD/LGBT Nº 01/2018**. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2018.

COELHO, S. de C. Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: ed. SENAC, 2000.

CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, 19: 19-24, Rio Grande, 2006.

CORPOLÍTICA. Direção: Pedro Henrique França. Produção: Pedro Henrique França; Marco Pigossi. Pigossi Produções Artísticas. 2023. 102 minutos.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 43-73. ISBN: 978-85-68576-95-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>. Acesso em 09 out. 2022.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, nº1, Salvador, 2002.

DUARTE, M. J. de O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social e Sociedade**, n. 101, p. 5-24, jan. /mar. São Paulo, 2010.

EDER, K. **A nova política de classes**. Bauru: EDUSC, 2002.

ENGELS, F. **Carta para Joseph Bloch**. 1-22 de Setembro de 1890. Primeira Edição: Texto originalmente publicado em Der sozialistische Akademiker, Berlin, October 1, 1895, em alemão. Fonte: ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) The Marx-Engels reader. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Direitos de Reprodução: A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FACCHINI, R. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1º ed. São Paulo, Alameda, 2018.

FALEIROS, V. de P. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. **Principia iuris II**: teoria della democrazia. Roma-Bari: Laterza, 2007b.

FERREIRA, G. G.; AGUINSKY, B. G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul./dez. Florianópolis, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade volume I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, Campinas, 2011.

GARCIA, A. K. de O. Interseccionalidade ou Consustancialidade: faz diferença para pensar a diferença? *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n° 18, ago/ dez, Pelotas, 2022.

GGB. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – Relatório 2021**. Editora Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, 6º edição, São Paulo, 2008.

GOHN, M. da G. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Cortez Editora, nº 58, ano XIX, São Paulo, 1998.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, M. da C. V.; DAMASCENO, H. de J. Políticas sociais, serviço social e exercício profissional. **Temporalis**, ano 16, n. 32, jul/dez. Brasília, 2016.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). *A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social*. Juiz de Fora: UFJF, p. 39-70, 2012.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. In: APRENDER – **Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista. Ano XII n., 20 p. 9-21, jul./dez. 2018.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações**, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul/dez, Londrina, 2015.

HERNANDEZ, A. R. C. Teoria King Kong: o “Escandaloso” livro de Virginie Despentes. **Psicologia Política**, vol. 18. n° 43, p. 637-642, set-dez, 2018.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, São Paulo, 2014.

HOLMSTROM, N. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: CHABAUD-RYCHTER, D.; DESCOUTURES, V.; DEVREUX, A.M.; VARIKAS, E. **O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour** (org.) – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IRINEU, B. A. **Nas tramas da Política Pública LGBT: um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015)**. 1º ed., Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade/ UFG, 2012.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**. CEBRAP, 86, março 2010, p. 93-103. São Paulo, 2010.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, R. de L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálisis**, v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. Florianópolis, 2010

MANNARO, P. et al. **Manual de Comunicação LGBTI**. Realização: Gay Latino e Aliança Nacional LGBTI. 2018. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>.

MARX, K. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, M. R. de. **Itinerários e “Lutas”**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

MELLO, L.; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, jan/jun, Fortaleza, 2013, p. 132-160

MELLO, A. P. L. Programa da Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais: um olhar a partir do discurso de profissionais de saúde da família. In: **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2014.

MENEZES, M. L. de. **Avanços, lutas e desafios**: Trajetórias do Movimento LGBT de Sergipe. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Educação Especial Inclusiva) – Faculdade Jardins, Aracaju, 2018.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr. Florianópolis, 2017.

MENEZES, T. D. Identidade e subjetividade: uma reflexão sobre o que é ser mulher. **Revista Letra Capital**, v. 1, n. 1, jan./jun. Brasília, 2016.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. (org.). 28 ed. Vozes, Petrópolis, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo, Cortez: 2010.

MONTAÑO, C. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: **Lutas sociais**, n. 8, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912>. Acesso em: 28 set. 2022.

MORAES, M. A. de; CRUZ, M. H. S.; MENEZES, T. S.; NASCIMENTO, A. P. L. **Uma análise das dificuldades e desafios do acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior**. In: XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Salvador, 2018.

MORAES, M. A. de. **Costurando Resistência**: saúde mental da população LGBTQI+ atendida na CasAmor de Aracaju/SE. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

MORAES, M. A. de. **Relatório de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Relatório de Estágio (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MORAES, J. MARTINELLI, M. L. **A importância categoria mediação para o Serviço Social**. XX Seminario Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, Córdoba, 2012.

NALESSO, A. P. P.; RIZZOTTI, M. L. A. Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, v. 17, n. 2, p. 278 - 291, ago./dez. Porto Alegre, 2018.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Dossiê 2022:** Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, A. L. G. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. **Revista Sociologias Plurais**, v. 4, número especial 3, p.103-121, nov. Curitiba, 2018.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M.; JUNIOR, A. B. C. Espaço, ONGs LGBT e cidadania no sul do Brasil. **Espaço e Cultura**, (38), 35–64. <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29070>, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29070/20558>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PERES, M. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê Lesbocídio:** A História que Ninguém Conta. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Salvador, p. 1-17, 2017.

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. S. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2º edição: Liber Livro Editora, 2005.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REDE TRANS. **Saúde do Homem Trans e Pessoas Transmasculinas**. 2018.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educação**, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. Curitiba, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. GODINHO, T; SILVA, M. L da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p.35-42, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero**. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org.). Anais do seminário temático II: Mulher em seis tempos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras: UNESP, 1991. p. 141-176.

SAFFIOTI, H. I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero? **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, Ano III, n. 2, 2009.

SANTOS, M. F. P. dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, Foz do Iguaçu, 2018.

SANTOS, S. A. **Trabalho docente, família e vida pessoal** – permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SARDENBERG, C. M. B. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** In. X Encontro da REDOR (NEIM/UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001)

SCHMIDT, J. A. de C.; SILVA, M. M. da. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. Florianópolis, 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 20 (2): 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, A. M., et al. Acesso e permanência da população LGBT no mercado de trabalho: revisão integrativa. **Conjecturas**, ISSN: 1657-5830, Vol. 21, Nº 4, Caxias do Sul, 2021.

SILVA, G. A. da. **Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás**: Os dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018..

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na Saúde. In: **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. Brasília, 2015.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno falar?** Editora UFMG. Belo Horizonte, 2010.

TODXS. **Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+**: identidade e perfil sociodemográfico. Brasília, 2020.

TODXS; UNAIDS. **Cartilha de Saúde LGBTI+**: políticas instituições e saúde em tempos de COVID-19. Brasília, 2021.

TODXS. **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+**: saúde. Brasília, 2022.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

VIEIRA, R. L.; LAGE, A. C. O gênero em disputa: ausências e presenças da demanda LGBT na escola. **Inter-Ação**, v. 42, n. 3, p. 590-607, set./dez. Goiânia, 2017.

FONTES DE PESQUISA

ARACAJU. **Relatório de Gestão da Assessoria LGBTQI+**. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju, 2020.

BRASIL DE FATO. **“Um sopro de esperança”, diz Linda Brasil sobre eleição de 25 pessoas trans no país**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/um-sopro-de-esperanca-diz-linda-brasil-sobre-eleicao-de-25-pessoas-trans-no-pais>. Acesso em: 04 out. 2024.

FAXAJU. **Linda Brasil é empossada e se torna a primeira mulher trans a assumir na Alese**. Aracaju, 2023. Disponível em: <https://www.faxaju.com.br/politica/linda-brasil-e-empossada-e-se-torna-a-primeira-mulher-trans-a-assumir-na-alese/>. Acesso em: 04 out. 2024.

F5. **Após morte de transexual, DAGV passa a funcionar 24 horas em Aracaju**. Aracaju, 2018. Disponível em: https://www.f5news.com.br/cotidiano/apos-morte-de-transexual-dagv-passa-a-funcionar-24-horas-em-aracaju_51030/. Acesso em: 04 out. 2024.

G1. **Primeira Semana da Consciência LGBT acontece em Aracaju**. Aracaju, 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/11/primeira-semana-da-consciencia-lgbt-acontece-em-aracaju.html>. Acesso em: 04 out. 2024.

G1. **Encontro debate a diversidade sexual e homofobia em Aracaju**. Aracaju, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/05/encontro-debate-diversidade-sexual-e-homofobia-em-aracaju.html>. Acesso em: 04 out. 2024.

INFONET. **Corpo de Laysa Fortuna é sepultado sob protestos contra transfobia**. Aracaju, 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/corpo-de-laysa-fortuna-e-sepultado-sob-protestos-contratransfobia/>. Acesso em: 04 out. 2024.

O GLOBO. **Militantes reagem a morte de mulher trans no Sergipe**. Brasil, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/militantes-reagem-morte-de-mulher-trans-no-sergipe-23177708>. Acesso em: 04 out. 2024.

SERGIPE. **Secretaria de Direitos Humanos abre a II Conferência Estadual LGBT**. Sergipe, 2011. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/inclusao-social/secretaria-de-direitos-humanos-abre-a-ii-conferencia-estadual-lgbt>. Acesso em 04 out. 2024.

SERGIPE. **Decreto nº 30.374 de 30 de setembro de 2016**. Assembleia Legislativa de Sergipe, Aracaju, 2016.

SERGIPE. **Governo de Sergipe e Seasic dão início à Semana da Visibilidade Trans com seminário sobre inclusão**. Aracaju, 2024. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/assistencia-social/governo_de_sergipe_e_seasic_dao_inicio_a_semana_da_visibilidade_trans_com_seminario_sobre_inclusao. Acesso em: 04 out. 2024.

SERGIPE. **Lei nº 8.857, de 25 de junho de 2021**. Assembleia Legislativa de Sergipe, Aracaju, 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-8857-2021-sergipe-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-estadual-de-promocao-da-cidadania-e-direitos->

de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais-conlgbt-e-da-providencias-correlatas. Acesso em: 04 out. 2024.

SERGIPE. **Secretaria de Assistência Social lança campanha em alusão à semana Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+**. Aracaju, 2024. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/secretaria-de-assistencia-social-lanca-campanha-em-alusao-a-semana-internacional-do-orgulho-lgbtqiapn/>. Acesso em: 02 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO I

Participação nas ações do estado, do movimento social e das ONGs



Fonte: Assessoria de Comunicação da Assistência Social de Aracaju

ANEXO II

Imagens que contam história

Público da reunião do lançamento do Lampião da Esquina no DCE em 1980



Fonte: Cardoso (2021)

Ofício Convite para Partido Político participar de evento

Ofício Circular nº 02/82 - Grupo Dialogay

Aracaju, 06 de setembro de 1982.

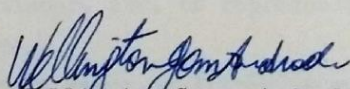
Sr. Presidente,

O Grupo Dialogay de Sergipe vem através deste, convidar este Partido Político, para um debate a ser realizado no dia 25 de setembro do corrente ano, às 20hs na Associação Sergipana de Imprensa, cujo tema é: Os Partidos Políticos e os Homossexuais. Esse debate é um dos que se realizarão, em virtude do Ciclo de Conferências, que terá sua abertura no dia 23 do corrente mês, às 19hs, com exposição de publicações e cartões 'Gay mundial, na oportunidade será servido um coquetel aos presentes.

O regulamento, a programação e a opinião dos partidos, publicada na Jornal a Folha de São Paulo segue em anexo.

Sendo o que nos apresenta para o presente, reafirmamos a disposição do Movimento Homossexual em Sergipe, pela liberdade e sexualidade de cada um enviamos as nossas

SAUDAÇÕES DEMOCRÁTICAS


Wellington Gomes Andrade

Coordenador Geral do G. Dialogay.

Ilmo Sr.

M.D. Presidente

Nesta.

Carta do Dialogay enviada ao coletivo Alegria-Alegria de São Paulo em 25 de maio de 1981

Aracaju, 24 de maio de 1981

PARA
COLETIVO ALEGRIA-ALEGRIA
CAIXA POSTAL Nº 58.095
São Paulo

Recebemos uma correspondência de vocês em e ficamos grato em receber notícias de outras cidades do sul do país, e pedimos sempre que tiver qualquer notícia a respeito do homossexual lembra-se da gente, ficaremos muito grato. Como é que vocês sabiam que aqui tinha este grupo, e como descobriram o endereço?

Nós estamos se reunindo em uma sala especial no Edifício Janga da, cedida gentilmente por uma grande figura importantíssima da sociedade, por um grande político, e este mesmo - irá nos dar uma caixa postal para o grupo receber todas as correspondências. No dia 28 de junho é o dia Internacional - do Orgulho Gay, mais nós vamos comemorar no dia 27 que cai no sábado, e nós estamos com algumas programações em planos para este dia, como: teatro, shows, cinema, palestra, debates, e virá também uma grande figura jornalista da cidade de Recife com o seu caso para fazer uma palestra nesta dia, e vamos - dar um presente o casal gay mais caipira da noite, e aproveitando o ensejo queríamos convidar alguns de vocês para este dia para participar junto conosco, vem pelo menos um representante do grupo, e se vinhe e mande-nos avisar o quanto antes para colocar-mos no programa, certo.

Aqui, segue dois exemplares do "Jornal ou Folha da Praia" que fala a meu respeito, onde tem uma foto minha junto com a do figurinista Silvinho, e tem como título "Movimento Gay" e "Estrêlinhas Gays", e segue também um cartãozinho gay para vocês. Sem mais, aqui finalizo, aceite lembrança e um forte abraço, e um beijo de todo o pessoal do Dialogay, e escreva - sempre para a gente. Até breve.

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE

TCHAU

FIM

Casamento gay publicado no Jornal da Manhã de Aracaju em 1996

Casamento gay em Aracaju



Ademir recebe a noiva sorridente. (Foto: Edson Araújo)

Parece mesmo que a revolução sexual chegou até aqui, o terceiro mundo. Aracaju, apesar de ser uma cidade de caráter religioso conservador, foi o palco de um casamento gay. Na noite de ontem dois homossexuais do sexo masculino se uniram em matrimônio no Centro de Integração Comunitária na presença da imprensa e várias

autoridades de várias partes do país. Ademir e Raiane, casaram com a bênção da Umbanda e juraram perante todos fidelidade eterna. A cerimônia teve as mesmas características de um casamento convencional, com direito a alianças e tudo mais. Após a cerimônia religiosa, os noivos ofereceram um coquetel para os convidados.

Jornal da Manhã - ASU,
27/03/96

Dois "homens" casam em Sergipe



O vereador Gilvan Melo, PT, assiste ao beijo do "casal", depois de entregar a "noiva"

Sergipe registrou esta semana o primeiro casamento homossexual de sua história.

Para comemorar os 15 anos do Dialogay, Ademir e Raianne "contraíram núpcias" num ritual digno da tradicional Igreja Católica, com direito, inclusive, a vestido de noiva, atraso e até troca de alianças. O vereador do PT, Gilvan Melo, entrou com a "noiva" que se mostrava nervosa com a cerimônia religiosa, não dispensando as lágrimas. Depois do casamento, os dois receberam convidados e partiram para a lua-de-mel, realizada num dos hotéis da capital. Ontem os dois "homens" voltaram da lua-de-mel e iniciaram a vida a dois. O casamento gay ainda não é legalizado.

Agas Popular - APJ, 28/03/96

Vitória contra o preconceito

Dialogay comemora 20 anos de atuação no combate à Aids, à violência e à discriminação sexual

MÔNICA DANTAS

Na próxima quarta-feira à noite, um coquetel no Sindicato dos Bancários vai marcar o vigésimo aniversário de uma instituição que já nasceu fadada à luta - o Dialogay. O grupo foi fundado em 81 pelo auxiliar de escritório Wellington Andrade, 46, homossexual assumido desde os "20 e poucos anos". Seu objetivo era transformar em orgulho o que o *status quo* - tantas vezes hipocritamente - encarava como vergonha. As palavras-chaves eram engajamento e militância.

Wellington já começara a caminhar nesta direção no ano anterior - 1980 -, quando trouxe para lançar em Aracaju o jornal baiano "Lampião da Esquina", direcionado ao público homossexual. O sociólogo Luiz Mott, presidente e fundador do então recém-nascido Grupo Gay da Bahia, obteve o endereço de Wellington na sede da publicação, veio a Aracaju e estimulou-o a agregar, também em Sergipe, os que praticavam o amor entre iguais. Nascia o Dialogay, inicialmente com três mulheres e quatro homens.

"O mais difícil era que as pessoas fossem às reuniões", lembra Wellington, presidente da entidade em 19 dos seus 20 anos de existência. "Todos me diziam: 'você é louca, bicha, de fundar um grupo gay em Aracaju'". Passadas duas décadas, no entanto, ele faz uma contabilidade positiva. "Não consegui acabar com 100% do preconceito, mas sou bem recebido em



Wellington: "sou bem recebido em qualquer lugar"

qualquer lugar, pelo respeito que o Dialogay trouxe para a cidade".

COMBATE À AIDS

De fato, o grupo acumula vitórias. Algumas são simbólicas, como colocar em uma rua no Conjunto Orlando Dantas o nome de 28 de Junho - o Dia Mundial do Orgulho e Dignidade dos Homossexuais -; outras têm maior efeito prático. Um bom exemplo é a retirada do Código 302.0 da legislação do INSS, que associava a conduta homossexual a

desvio e transtornos. Esta luta foi ganha numa trincheira dividida com outros seis grupos gays, com atuação em nível nacional.

Um dos maiores méritos do Dialogay, porém, está em algo que deve ser reconhecido por toda a sociedade. A instituição entrou de cara no combate à Aids, priorizando a prevenção, instruindo sobre o uso de preservativos e, inclusive, distribuindo-os em larga escala. "Trouxemos mais de 100 mil camisinhas para Aracaju, numa doação

Cartaz da I Parada do Orgulho GLBT de Sergipe

Orgulho de ser Penta
Orgulho de ser Brasileir@
Orgulho de ser Sergipan@

Orgulho de ser Homossexual

I PARADA DO ORGULHO GLBT DE SERGIPE

Venha brindar a diversidade.

28 de julho (domingo) às 14h na Orla
(Concentração na Passarela do Carangueijo)

USE CAMISINHA!

 Realização:
Associação Sergipana de Transgêneros

Rua Santo Amaro, 145 Galeria WR, 2º andar sala 07
Centro Aracaju Sergipe CEP: 49010-290
E-mail: astransgeneros@bol.com.br

Fonte: Menezes (2018)

Cartaz do 1º Chá Cultural da Juventude em 2014



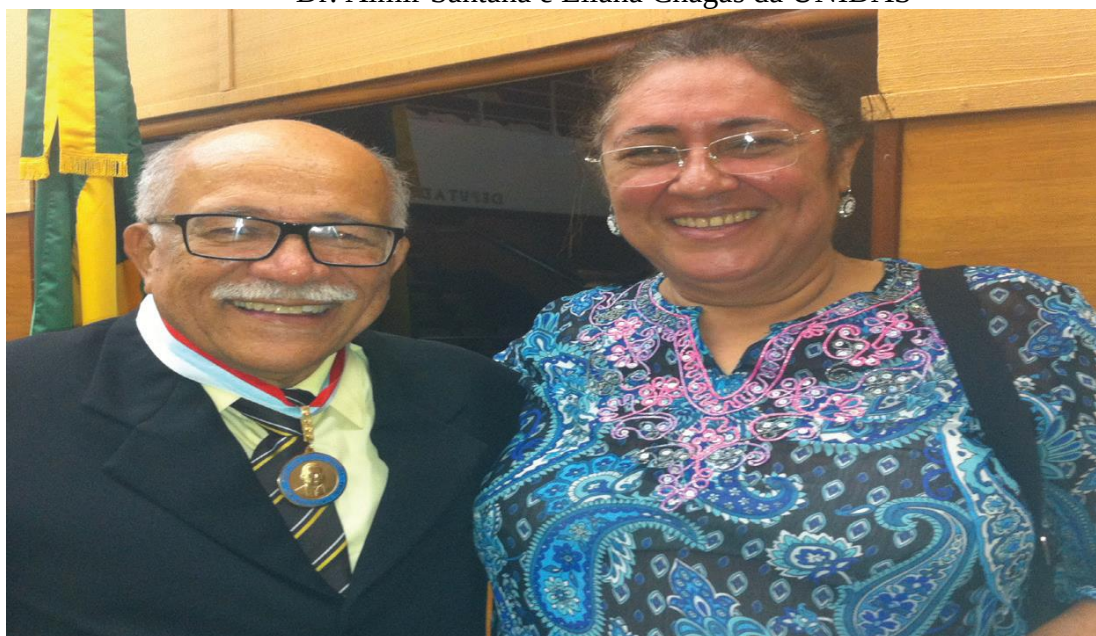
Fonte: Menezes (2018)

Associadas da Unidas e Dr. Mário Vidal



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Dr. Almir Santana e Eliana Chagas da UNIDAS



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Workshop sobre autoestima e prevenção as IST/HIV/AIDS



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Jéssica Taylor, fundadora da UNIDAS na Câmara de Vereadores de Aracaju



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Evento da UNIDAS na Praça General Valadão em Aracaju



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Reunião de capacitação para o Projeto Clínica de Atenção a Violência Janaína Dutra, em 12 de julho de 2017, na sede da Unidas



Fonte: Chagas; Oliveira (2022)

Cartilha da ASTRA sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (frente)




*Nesta Parada
Você Precisa se Ligar*

Agora é IST!

O que são IST?

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. São transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação. O tratamento das pessoas com IST melhora a qualidade de vida e interrompe a cadeia de transmissão dessas infecções. O atendimento e o tratamento são gratuitos nos serviços de saúde do SUS, somente o médico pode saber ou não se você tem uma IST e qual o tratamento adequado para a mesma.

Quais são as principais infecções sexualmente transmissíveis?

Existem diversos tipos de infecções sexualmente transmissíveis, mas os exemplos mais conhecidos são:
herpes genital; sífilis; gonorreia; infecção pelo HIV; infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV); hepatites virais B e C.

Quais são as características das infecções sexualmente transmissíveis?

Cada IST apresenta sinais, sintomas e características distintos. As principais características, de acordo com os tipos de infecções sexualmente transmissíveis podem ser acompanhadas no site <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/>.

Como é a prevenção das IST?

O uso da camisinha (masculina ou feminina) em todas as relações sexuais (orais, anais e vaginais) é o método mais eficaz para evitar a transmissão das IST, do HIV/aids e das hepatites virais B e C. Serve também para evitar a gravidez, a camisinha masculina ou feminina pode ser retirada gratuitamente nas unidades de saúde.

Fonte: Cartilha disponibilizada pela ASTRA (2023)

Cartilha da ASTRA sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (verso)

Quem tem relação sexual desprotegida pode contrair uma IST. Não importa idade, estado civil, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, credo ou religião. A pessoa pode estar aparentemente saudável, mas pode estar infectada por uma IST.

Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)

O que é PrEP HIV?

A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV é um novo método de prevenção à infecção pelo HIV. A PrEP consiste na tomada diária de um comprimido que impede que o vírus causador da aids infecte o organismo, antes de a pessoa ter contato com o vírus.

Como a PrEP funciona?

A PrEP é a combinação de dois medicamentos (tenofovir + entricitabina) que bloqueiam alguns "caminhos" que o HIV usa para infectar seu organismo. Se você tomar PrEP diariamente, a medicação pode impedir que o HIV se estabeleça e se espalhe em seu corpo.

Mas ATENÇÃO: a PrEP só tem efeito se você tomar os comprimidos todos os dias. Caso contrário, pode não haver concentração suficiente do medicamento em sua corrente sanguínea para bloquear o vírus.

Em quanto tempo a PrEP começa a fazer efeito?

Após 7 dias de uso para relação anal e 20 dias de uso para relação vaginal.
IMPORTANTE: a PrEP não protege de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (tais como sífilis, clamídia e gonorreia) e, portanto, deve ser combinada com outras formas de prevenção, como a camisinha.

Assim pega:

- ✚ Relações sexuais sem camisinha: sexo anal (dar e comer), sexo oral (boquete), sexo vaginal.
- ✚ Compartilhar agulhas e seringas contaminadas.
- ✚ Através de transfusão de sangue contaminado.
- ✚ Mãe soropositiva para filho, durante gravidez ou amamentação.



Assim não pega:

- ✚ Suor, beijo, aperto de mão, abraço.
- ✚ Compartilhar talheres, copos, vaso sanitário, toalha.
- ✚ Picada de inseto.
- ✚ Masturbação.



Referência para PrEP

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Av. Claudio Batista, 505
Bairro Palestina
Telefone: (79) 2105-1700

LACEN - ARACAJU
Rua Campo do Brito, 551
Bairro São José
Telefone: (79) 3234-6007

Os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA's)

CEMAR - ARACAJU
Rua Bahia, s/n,
bairro SIQUEIRA CAMPOS
Telefone: (79) 3234-0928

LAGARTO
Avenida Machado, s/n
anexo C.S. Maria do Carmo Alves
Telefone: (79) 3631-9630

ESTÂNCIA
Avenida Gumercindo Bersa,
274, bairro Centro
Telefone: (79) 3522-6978

NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Avenida Principal, s/n, Conjunto
João Alves Filho
Telefone: (79) 3256-8079

PROPRÍÁ
Praça Rodrigues Dória, 69
Unidade de Saúde Sílvia Tavares
Telefone: (79) 3322-2317 / 1022

ITABAIANA
Rua Josué Passos, 700
Telefone: (79) 3431-2914

Sempre use camisinha em qualquer tipo de relação sexual



PARCEIROS

ASSOCIAÇÃO GLBT



Fonte: Cartilha disponibilizada pela ASTRA (2023)

Curso Preparatório para estudos do EDUCATRANS da AmoSerTrans (2015)



Fonte: Relatórios das atividades da AmoSerTrans (2014-2018)

Audiência Pública no Dia Internacional de Combate à LGBTfobia em 2019



Fonte: Relatórios das atividades da AmoSerTrans (2014-2018)

23º Parada LGBTQIAPN+ de Sergipe em 2024



Fonte: RoAcontece (2024)

Audiência Pública com movimento LGBTQIAPN+ na Assembleia Legislativa de Sergipe (2024)



Fonte: Facebook da ASTRA (2024)

1º Formação em Direitos Humanos para profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e gestores e gestoras LGBTQIAPN+



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Aracaju (2024)

1º Formação em Direitos Humanos para profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e gestores e gestoras LGBTQIAPN+



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Aracaju (2024)

Reunião da CasAmor Neide Silva em 2019



Fonte: Instagram da CasAmor Neide Silva (2019)

Posse da nova presidenta do Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos da população LGBTQIAPN+ em 2023)



Fonte: Site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (2023)

APÊNDICES
APÊNDICE I
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA POR META												
CURTO PRAZO												
	Mai 23	Jun 23	Jul 23	Ago 23	Set 23	Out 23	Nov 23	Dez 23	Jan 24	Fev 24	Mar 24	Abr 24
Submissão do projeto ao Comitê de Ética e órgãos de fomento												
Produção e entrega do Capítulo I												
Participação e acompanhamento regular nas atividades de grupo de pesquisa												
Produção do Capítulo II												
Coleta dos dados (pesquisa documental)												
MÉDIO PRAZO												
	Mai 24	Jun 24	Jul 24	Ago 24	Set 24	Out 24	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25		
Coleta dos dados (entrevistas)												

APÊNDICE II

CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, na função de representante legal da

_____, informo que o projeto de pesquisa intitulada “POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: tensões e perspectivas entre políticas sociais, movimentos sociais e ONGs no estado de Sergipe” apresentada pelos pesquisadores Matheus Andrade de Moraes e Prof^a PhD Silmere Alves Santos, que tem como objetivo principal: Analisar as tensões e perspectivas entre movimentos sociais, políticas sociais, ONGs para a população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe uma vez que essas pessoas são estrutural, histórica e politicamente excluídas da sociedade a partir da esfera do Estado. Diante da análise desse objetivo se autoriza a sua realização quanto à observação direta e/ou entrevista com a liderança institucional, portanto solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFS antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

“Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do movimento LGBTQIAPN+ do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança, dispondo de lideranças do movimento para garantia da pesquisa.”

Data: _____ de _____ 20_____

Assinatura:

(Nome completo, legível e carimbo institucional do representante
legal ou assinatura eletrônica)

APÊNDICE III

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Elabore sua breve apresentação, destacando sua identidade de gênero, sexualidade, raça/etnia, nível de escolaridade e classe social.
- 2) Discorra sobre sua trajetória no movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe?
- 3) No seu entendimento, quais são as principais demandas da população LGBTQIAPN+ em Sergipe?
- 4) No seu entendimento, quais são os locais (equipamentos sociais públicos e/ou serviços das ONG's) que as pessoas LGBTQIAPN+ buscam para os primeiros atendimentos frente as suas demandas e o porquê?
- 5) Como você analisa as políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ em Sergipe?
- 6) De que modo se dá sua articulação com as secretarias estaduais e/ou municipais e com Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ de Sergipe?
- 7) Como você analisa a atuação de ONG's e do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe?
- 8) Gostaria de acrescentar algum tema ou questão não abordada neste roteiro?

APÊNDICE IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: “POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: tensões e perspectivas entre políticas sociais, movimentos sociais e ONGs no estado de Sergipe”

Pesquisadores Responsáveis: Matheus Andrade de Moraes e Prof^a PhD Silmere Alves Santos

Local onde será realizada a pesquisa: No local mais confortável para a pessoa entrevistada

Você está sendo convidado (a, e) a participar como voluntário (a, e) desta pesquisa porque é uma pessoa representativa para o movimento LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque se propõe a apresentar análise conjuntural e histórico-política do movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe, bem como a atuação das organizações não-governamentais e as políticas sociais direcionadas à essa população.

Consequentemente, os objetivos específicos dessa pesquisa são: Analisar a conjuntura conservadora brasileira e seus processos de dominação-opressão contra a população LGBTQIAPN+ a partir dos atos das violências. Compreender, histórica e politicamente, a organização dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ em Sergipe, bem como suas lideranças políticas. Identificar os equipamentos sociais disponíveis aos sujeitos (as, es) LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe para viabilização e garantia de direitos sociais. Analisar como o estado de Sergipe realiza o atendimento via políticas sociais e como se articulam aos conselhos de direitos para população LGBTQIAPN+. Conhecer a atuação das Organizações não-governamentais (ONG's) para população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe. Produzir uma cartilha-modelo cujo conteúdo estará relacionado à identidade da população LGBTQIAPN+ e aos equipamentos sociais de atendimento, a qual poderá contribuir para orientação e educação em gênero e sexualidade, seja das pessoas que realizam o atendimento ou mesmo dos (as, es) usuários (as, es) dos serviços. Elaborar formulário-modelo que possibilite o diagnóstico/ avaliação sócio-econômica, bem como as demandas da população LGBTQIAPN+ no tocante aos direitos sociais de (saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência, participação política, enfrentamento à violência, por exemplo) de modo a qualificação e dar eficiência às políticas sociais de atendimento à população LGBTQIAPN+.

Os (As, Es) participantes da pesquisa são pessoas LGBTQIAPN+ e/ou pessoas que atuam junto à causa ou ao movimento social organizado, a partir de sua representatividade enquanto liderança política no estado de Sergipe.

Antes de decidir por sua participação na pesquisa, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa. Entretanto, trata-se de uma entrevista semiestruturada, cujo roteiro está em anexo, o qual pode conhecer antecipadamente.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado (a, e), penalizado (a, e) ou responsabilizado (a, e) de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Matheus Andrade de Moraes, no celular (79) 99851-4552, no endereço institucional: Prédio da Administração Departamental I (Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA I) Sala 60, 1º andar, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal

Rondon, s/n Bairro: Jardim Rosa Elze, CEP 49100-000, São Cristóvão/SE e e-mail **matand@academico.ufs.br**

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07h00min às 12h00min.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, pesquisadores responsáveis, Matheus Andrade de Moraes e Profª PhD Silmere Alves Santos, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Nós, pesquisadores responsáveis, faremos a mesma coisa, ou seja, rubricaremos todas as páginas e assinaremos a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA: As informações serão obtidas da seguinte forma: uma entrevista individual com roteiro elaborado com perguntas abertas e fechadas com eixos relacionados à trajetória pessoal, atuação no movimento social, na gestão pública, nos conselhos de direitos e/ ou trabalho em ONG's, por exemplo. A entrevista será realizada de forma única com um tempo entre 15 e 30 minutos com gravações de áudio para facilitar transcrição posterior. Explicita-se que em caso de dúvidas pode apresentar dúvidas ao entrevistador ao pesquisador responsável bem como não responder ou suspender a entrevista em qualquer momento sem necessidade de explicação ou justificativa.

✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** uma vez realizadas, as entrevistas podem adentar em aspectos da vida pessoal, ainda que tais questionamentos sejam sobre as trajetórias políticas, bem como interferência na rotina das pessoas entrevistadas. As entrevistas podem causar cansaço físico e mental, a depender do dia em que for realizada, pode também causar constrangimento ao rememorar do passado durante a construção da história oral. Existe possibilidade de causar desconforto uma vez que as entrevistas serão gravadas e repassadas para uma produção científica que será difundida, apesar de garantirmos o sigilo, a não ser que a pessoa entrevistada faça questão de ser identificada; além de receios ao responder perguntas que relembrem embates políticos.

✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Sua participação pode ajudar aos pesquisadores a entender melhor o conteúdo histórico político que pode provocar novas

reflexões sobre como era e como modificou positivamente as políticas sociais ao passo em que existe pressão do movimento social. A pesquisa permite compreender novos horizontes a partir das tensões provocando novas interações para práticas de lutas e conquistas, identificando as perspectivas para avançar na garantia de direitos civis, sociais e políticos. Os resultados da pesquisa também contribuem com a comunidade acadêmica no fortalecimento teórico-prático sobre as pessoas LGBTQIAPN+, bem como ratificar a luta contra os preconceitos, violências e as formas de dominação e opressão.

✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Explicita-se que a gravação de voz e recolhimento do depoimento estão garantidos como privativos e confidenciais exceto em caso de desejar que sua participação seja compartilhada com registro de nome.

✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** será realizado através da divulgação da publicação da dissertação pelo catálogo virtual do Repositório da Universidade Federal de Sergipe, bem como o retorno do pesquisador para cada pessoa entrevistada com o trabalho enviado de forma virtual. Além disso registra-se que existirão produtos da pesquisa que são: cartilha e formulário modelos para atendimento LGBTQIAPN+, além de publicações em periódicos científicos e participação nos eventos acadêmicos.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** você não terá custos para participar desta pesquisa. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário (a, e). Fui informado (a, e) e esclarecido (a, e) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Eu:

() Concordo em participar da pesquisa com meu nome à disposição para divulgação

() Concordo em participar da pesquisa de forma sigilosa

() Não concordo em participar da pesquisa

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome _____ do(a)
participante: _____

Assinatura: _____ Local e
data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome _____ do _____ Pesquisador _____ Responsável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome da auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

(Os campos para assinatura devem ser uma continuidade do TCLE e não vir em folha separada; favor ajustar a paginação para que isso não ocorra)



Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)

APÊNDICE V

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Você está sendo convidado (a, e) a participar de uma pesquisa. O título da pesquisa é “POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: tensões e perspectivas entre políticas sociais, movimentos sociais e ONGs no estado de Sergipe”. O objetivo geral é analisar as tensões e perspectivas entre movimentos sociais, políticas sociais, ONGs para a população LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe, uma vez que essas pessoas são estrutural, histórica e politicamente excluídas da sociedade. O pesquisador responsável por essa pesquisa é Matheus Andrade de Moraes, ele é mestrando, do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, cuja pesquisa é orientada pela Prof^a PhD Silmere Alves Santos.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome só será divulgado, de forma respeitosa caso tenha interesse de divulgar sua identidade dentre as informações que forneceu tendo vistas o Art. 9 da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, caso contrário, garantimos o sigilo absoluto da sua identidade.

As informações serão obtidas da seguinte forma: aplicação de questionário eletrônico, via plataforma Google Forms, cujo roteiro foi elaborado com perguntas abertas e fechadas com eixos relacionados à trajetória pessoal, atuação no movimento social, na gestão pública, nos conselhos de direitos e/ ou trabalho em ONG's, por exemplo. Você está sendo convidado (a, e), por ser considerada uma das lideranças do segmento LGBTQIAPN+. O tempo gasto para responder ao questionário eletrônico é livre e depende de sua disponibilidade. Explicita-se que em caso de dúvidas, pode entrar em contato com o pesquisador responsável, seja por email ou por Whats App, bem como não responder ou suspender as respostas em qualquer momento, sem necessidade de explicação ou justificativa.

Esta pesquisa será realizada porque se propõe a apresentar análise conjuntural e histórico-política do movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe, bem como a atuação das organizações não-governamentais e as políticas sociais direcionadas à essa população.

Consequentemente, os objetivos específicos dessa pesquisa são: Analisar a conjuntura conservadora brasileira e seus processos de dominação-opressão contra a população LGBTQIAPN+ a partir dos atos das violências. Compreender, histórica e politicamente, a organização dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ em Sergipe, bem como suas lideranças políticas. Identificar os equipamentos sociais disponíveis aos sujeitos (as, es) LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe para viabilização e garantia de direitos sociais. Analisar como o estado de Sergipe realiza o atendimento via políticas sociais e como se articulam aos conselhos de direitos para população LGBTQIAPN+. Conhecer a atuação das Organizações não-governamentais (ONG's) para população LGBTQIAPN+ do estado de Sergipe. Produzir uma cartilha-modelo cujo conteúdo estará relacionado à identidade da população LGBTQIAPN+ e aos equipamentos sociais de atendimento, a qual poderá contribuir para orientação e educação em gênero e sexualidade, seja das pessoas que realizam o atendimento ou mesmo dos (as, es) usuários (as, es) dos serviços. Elaborar formulário-modelo que possibilite o diagnóstico/ avaliação sócio-econômica, bem como as demandas da população LGBTQIAPN+ no tocante aos direitos sociais de (saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência, participação política, enfrentamento à violência, por exemplo) de modo a qualificação e dar eficiência às políticas sociais de atendimento à população LGBTQIAPN+.

Os (As, Es) participantes da pesquisa são pessoas LGBTQIAPN+ e/ou pessoas que

atuam junto à causa ou ao movimento social organizado, a partir de sua representatividade enquanto liderança política no estado de Sergipe.

Antes de decidir por sua participação na pesquisa, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa. Entretanto, trata-se de uma entrevista semiestruturada, cujo roteiro está em anexo, o qual pode conhecer antecipadamente.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Matheus Andrade de Moraes, no celular (79) 99851-4552, no endereço institucional: Prédio da Administração Departamental I (Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA I) Sala 60, 1º andar, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n Bairro: Jardim Rosa Elze, CEP 49100-000, São Cristóvão/SE e e-mail matand@academico.ufs.br

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07h00min às 12h00min.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, pesquisadores responsáveis, Matheus Andrade de Moraes e Profª PhD Silmere Alves Santos, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Nós, pesquisadores responsáveis, faremos a mesma coisa, ou seja, rubricaremos todas as páginas e assinaremos a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA: As informações serão obtidas da seguinte forma: uma entrevista individual com roteiro elaborado com perguntas abertas e fechadas com eixos relacionados à trajetória pessoal, atuação no movimento social, na gestão pública, nos conselhos de direitos e/ ou trabalho em ONGs, por exemplo. A entrevista será realizada de forma única com um tempo entre 15 e 30 minutos com gravações de áudio para facilitar transcrição posterior. Explicita-se que em caso de dúvidas pode apresentar dúvidas ao entrevistador ao pesquisador responsável bem como não responder ou suspender a entrevista em qualquer momento sem necessidade de explicação ou justificativa.

RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA: uma vez realizadas, as entrevistas podem adentrar em aspectos da vida pessoal, ainda que tais questionamentos sejam sobre as trajetórias

políticas, bem como interferência na rotina das pessoas entrevistadas. As entrevistas podem causar cansaço físico e mental, a depender do dia em que for realizada, pode também causar constrangimento ao rememorar do passado durante a construção da história oral. Existe possibilidade de causar desconforto uma vez que as entrevistas serão gravadas e repassadas para uma produção científica que será difundida, apesar de garantirmos o sigilo, a não ser que a pessoa entrevistada faça questão de ser identificada; além de receios ao responder perguntas que relembrem embates políticos. Sendo esse um formulário eletrônico se inclui os riscos não presenciais como: limitações tecnológicas, instabilidade de *internet* e possibilidades de ataques virtuais durante a entrevista.

✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Sua participação pode ajudar aos pesquisadores a entender melhor o conteúdo histórico político que pode provocar novas reflexões sobre como era e como modificou positivamente as políticas sociais ao passo em que existe pressão do movimento social. A pesquisa permite compreender novos horizontes a partir das tensões provocando novas interações para práticas de lutas e conquistas, identificando as perspectivas para avançar na garantia de direitos civis, sociais e políticos. Os resultados da pesquisa também contribuem com a comunidade acadêmica no fortalecimento teórico-prático sobre as pessoas LGBTQIAPN+, bem como ratificar a luta contra os preconceitos, violências e as formas de dominação e opressão.

✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Explicita-se que no recolhimento do depoimento estão garantidos como privativos e confidenciais exceto em caso de desejar que sua participação seja compartilhada com registro de nome.

✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** será realizado através da divulgação da publicação da dissertação pelo catálogo virtual do Repositório da Universidade Federal de Sergipe, bem como o retorno do pesquisador para cada pessoa entrevistada com o trabalho enviado de forma virtual. Além disso registra-se que existirão produtos da pesquisa que são: cartilha e formulário modelos para atendimento LGBTQIAPN+, além de publicações em periódicos científicos e participação nos eventos acadêmicos.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** você não terá custos para participar desta pesquisa. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

Sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor o conteúdo histórico político que pode provocar novas reflexões sobre como era e como modificou positivamente as políticas sociais ao passo em que existe pressão do movimento social. A pesquisa permite compreender novos horizontes a partir das tensões provocando novas interações para práticas de lutas e conquistas. Os resultados da pesquisa também contribuem com a comunidade acadêmica no fortalecimento teórico-prático sobre as pessoas LGBTQIAPN+, bem como contribuir contra os preconceitos, violências e as formas de dominação e opressão.

Se aceitar fazer parte como participante, você deve salvar e/ou imprimir este documento para o caso de precisar destas informações no futuro.

Consentimento do participante

Ao assinalar a opção “Concordo”, a seguir, você declara que entendeu como é a

pesquisa, que tirou as dúvidas com o/a pesquisador/a e aceita participar, sabendo que pode desistir em qualquer momento, durante e depois de participar, incluindo a possibilidade de identificar ou não o seu nome na pesquisa. Você autoriza a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade ou possibilitando a divulgação de seu nome como participante da pesquisa para fomentar a história do movimento LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe. Pedimos que salve em meus arquivos este documento, e informamos que enviaremos uma via desse Registro de Consentimento para o meu e-mail.

- () Concordo em participar da pesquisa com meu nome à disposição para divulgação
- () Concordo em participar da pesquisa de forma sigilosa
- () Não concordo em participar da pesquisa

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

APÊNDICE VI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DEPOIMENTO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Matheus Andrade de Moraes e Prof.^a PhD Silmere Alves Santos do projeto de pesquisa intitulado **“POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: tensões e perspectivas entre políticas sociais, movimentos sociais e ONGs no estado de Sergipe”** a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização de meus depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Aracaju, em ____/____/____.

Entrevistado (a, e)

Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICE VII

Cartilha Modelo sobre População LGBTQIAPN+

Cartilha Modelo sobre População



L G B T Q I A P N⁺

FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Matheus Andrade de Moraes
Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe

ORIENTAÇÃO

Silmere Alves Santos
Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Docente efetiva pelo Departamento de Serviço Social da Universidade
(DSS/UFS)
Docente colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social
(PROSS/UFS)

DESIGN GRÁFICO

André Felip Moura Sacramento

APOIO

Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de
Sergipe (PROSS/UFS)
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de
Sergipe (FAPITEC)



São Cristóvão – SE

2025



APRESENTAÇÃO

Levando em consideração os objetivos específicos da dissertação de mestrado intitulada "Movimento Social LGBTQIAPN+: Entre Tensões e Disputas Políticas no Estado de Sergipe", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), bem como as prerrogativas do Termo de Outorga do Edital nº 12/2022 de Mestrado com Produto Tecnológico da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC) do Estado de Sergipe, esta cartilha modelo tem como objetivo elucidar informações sobre as identidades da população LGBTQIAPN+.

A cartilha foi elaborada com o propósito de orientar profissionais no entendimento das especificidades relacionadas às pessoas LGBTQIAPN+. Parte-se do pressuposto de que uma formação continuada, alinhada às prerrogativas dos Direitos Humanos dessa população, pode facilitar um acolhimento mais humanizado, com a devida compreensão de suas dinâmicas, demandas e singularidades.

Na primeira parte, são diferenciados os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero, fundamentais para o entendimento das múltiplas dimensões que compõem as vivências dessa população. A segunda parte apresenta, de forma detalhada, cada letra da sigla LGBTQIAPN+, com o objetivo de esclarecer as especificidades de cada comunidade dentro desse grupo diverso. Já na terceira parte, são propostas reflexões sobre as demandas específicas da população LGBTQIAPN+ e apresentados equipamentos sociais especializados, que podem atuar como pontos estratégicos para a construção de redes de apoio e intervenções mais efetivas.

Por fim, a cartilha disponibiliza um formulário-modelo contendo questões que podem ser utilizadas na elaboração de um diagnóstico socioeconômico e na identificação das demandas dessa população em relação aos direitos sociais. Esse instrumento visa contribuir para a qualificação e a eficiência das políticas sociais, promovendo um atendimento mais adequado e inclusivo.



IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade de gênero está intrinsecamente ligada à forma como nos reconhecemos no mundo, sendo compreendida como uma construção social. Nesse contexto, as formas de autoidentificação variam: há pessoas cisgêneras, que se identificam com o gênero atribuído a elas ao nascer; pessoas transgêneras, que não se reconhecem nessa designação; além de outras possibilidades que transcendem o binarismo de gênero.



Refletir sobre as múltiplas possibilidades de identidade de gênero permite ampliar o espaço para o autorreconhecimento, seja dentro das categorias já estabelecidas ou fora delas. Além disso, reconhecer a existência e as vivências de pessoas que escapam do modelo binário — isto é, que não se identificam apenas como homens ou mulheres — implica compreender e defender formas diversas de relações sociais. Tal reconhecimento é fundamental para enfrentar estruturas opressivas, como o sexismo, o patriarcado e o capitalismo, que perpetuam processos de alienação e reforçam normas que limitam a expressão e a liberdade individual.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

A orientação sexual refere-se à forma como as pessoas vivenciam e expressam sua sexualidade, considerando tanto sua autoidentificação quanto a direção de seus desejos afetivo-sexuais. Historicamente, a sociedade foi estruturada com base na heterossexualidade, definida como as relações afetivo-sexuais entre pessoas de gêneros diferentes. Contudo, a diversidade sexual abrange outras orientações, como a



homossexualidade, que envolve relações entre pessoas do mesmo gênero; a bissexualidade, caracterizada pelo envolvimento afetivo-sexual com pessoas de qualquer identidade de gênero; a pansexualidade; a assexualidade, entre outras, que serão detalhadas nas páginas seguintes.

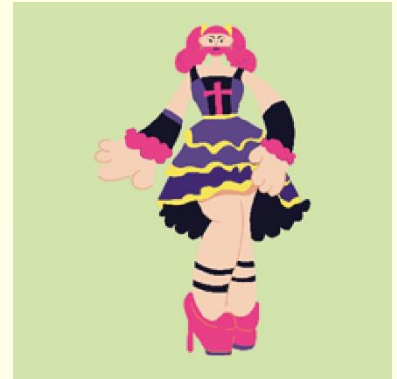
É crucial compreender que as sexualidades estão frequentemente relacionadas a dinâmicas de poder e dominação social. Grupos majoritários, ao longo da história, têm construído estratégias para deslegitimar formas alternativas de amor e práticas consideradas subversivas. Além de normatizar quais deveriam ser as práticas sexuais, esses grupos também estabeleceram padrões

de comportamento e performances sociais que julgavam aceitáveis, impondo modelos que reforçam desigualdades e exclusões.

EXPRESSÃO DE GÊNERO

A expressão de gênero refere-se à manifestação social da identidade de gênero e dos papéis sociais atribuídos às pessoas. Essa expressão é, em essência, uma forma de apresentação que reflete construções culturais, englobando aspectos como maneira de falar, linguagem corporal, vestimentas, estilo de cabelo, entre outros elementos.

Os papéis sociais são frequentemente definidos desde o nascimento com base no sexo biológico. Assim, indivíduos identificados como homens ou mulheres são socialmente condicionados a desempenhar comportamentos considerados apropriados para seu gênero. No entanto, a diversidade de expressões de gênero desafia e supera esses limites normativos, possibilitando a vivência do masculino, do feminino ou de outras formas de expressão que derivem de escolhas individuais e autônomas. Essa multiplicidade de expressões é um importante ponto de reflexão para desconstruir as imposições sociais e ampliar as possibilidades de existência.



LÉSBICAS

A letra "L" simboliza a comunidade lésbica, composta por mulheres que estabelecem relações afetivo-sexuais com outras pessoas que se identificam como mulheres. Vale destacar que essa referência abrange tanto mulheres cisgênero quanto transgênero, reforçando a diversidade existente dentro da comunidade, desde que a identificação de gênero e vínculo afetivo esteja ligado a outras mulheres.



GAYS

A letra "G" representa os homens gays, ou seja, indivíduos que se identificam como homens, independentemente de serem cisgênero, transgênero ou de outras identidades de gênero, e que mantêm relações afetivo-sexuais com outros homens. Historicamente, a comunidade gay também foi referida como homossexual, sendo a parcela do movimento LGBTQIAPN+ que conquistou maior visibilidade ao longo do tempo. Esse destaque está diretamente relacionado à posição privilegiada dos homens em sociedades patriarcais, onde possuem maior prestígio e domínio social.



BISSEXUAIS

A letra "B" representa as pessoas bissexuais, ou seja, aquelas que experimentam desejo, atração e/ou envolvimento afetivo em relações amorosas com pessoas de ambos os gêneros, tanto homens quanto mulheres.



TRANS E TRAVESTIS

A letra "T" representa a comunidade trans, abrangendo pessoas cuja identidade de gênero difere daquela atribuída ao nascer. Esse grupo inclui mulheres trans, homens trans, pessoas transfemininas, transmasculinas e travestis. As travestis, em particular, são designadas como homens ao nascer, mas se identificam com o feminino, utilizando esse termo como uma afirmação de identidade e resistência política. O conceito de transgênero refere-se, portanto, a indivíduos que, ao longo de suas trajetórias, se reconhecem em um gênero distinto do atribuído inicialmente.



QUEER

A letra "Q" representa as pessoas queer, que desafiam as normativas tradicionais de gênero e subvertem as convenções estabelecidas por meio de suas identidades e/ou expressões de gênero. Essa subversão é evidenciada no cotidiano, muitas vezes manifestada por escolhas culturais e estéticas, como o uso de maquiagem ou vestuário que rompem com as expectativas impostas às identidades e orientações sexuais normativas.

Dessa forma, as pessoas queer questionam e rejeitam as "caixas" rígidas que tentam limitar a pluralidade de vivências humanas.



INTERSEXO

A letra "I" representa as pessoas intersexo, que nascem com características biológicas, como cromossomos, hormônios e/ou órgãos sexuais, que combinam elementos tradicionalmente atribuídos ao masculino e ao feminino. Essa condição envolve uma condição biológica que não se enquadra completamente nas definições normativas de masculino ou feminino.



ASSEXUAIS

A letra "A" representa a comunidade assexual, composta por pessoas que experimentam rara ou nenhuma atração sexual por outras. Contudo, isso não implica ausência de afetividade ou de outros tipos de vínculo emocional, apenas que suas experiências não estão relacionadas ao desejo sexual.



PANSEXUAIS

A letra "P" identifica as pessoas pansexuais, que se envolvem em relacionamentos afetivos e/ou sexuais com outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Existe nesse caso uma visão abrangente quanto as pessoas independentemente de como elas se reconheçam.



NÃO-BINÁRIES

A letra "N" representa a comunidade de pessoas não-binárias, que englobam uma diversidade de identidades de gênero. Essas pessoas podem transitar entre diferentes gêneros, identificar-se com múltiplos ou com nenhum deles. No cotidiano, frequentemente desafiam as normas binárias de gênero, utilizando artigos como "a", "o" e/ou "e", promovendo reflexões sobre as limitações impostas pelo binarismo de masculino e feminino na linguagem e na cultura.



+

O símbolo "+" inclui uma ampla gama de identidades de gênero, expressões e orientações sexuais que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores. Sua utilização visa abarcar e reconhecer as vivências de pessoas que não se enquadram nas normas da heterocisnormatividade, promovendo uma inclusão abrangente e respeitosa para além das categorias previamente nomeadas.



DEMANDAS

As demandas da população LGBTQIAPN+ apresentam singularidades das quais requerem olhares mais atentos durante o atendimento. Ao pensar nesse público deve-se levar em consideração que cada comunidade pode apresentar necessidades sociais que estão atreladas a contextos históricos particulares.

Em cada política pública (seja saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outras) algumas demandas estarão expostas de formas imediatas, enquanto outras necessitarão de uma escuta qualificada e entendimento de uma totalidade da população.

Exemplos dessas demandas: retificação de nome e identidade de gênero em todos os documentos oficiais, utilização de hormônios para pessoas que desejam realizar modificações no corpo, atendimento de saúde mental para compreender o sofrimento mental, encaminhamentos para cursos e/ou retorno para educação formal. Além desses existem: programas de benefício assistenciais para complemento de renda, necessidade de moradia para os casos de expulsão de suas casas, segurança alimentar, ações de empregabilidade. Portanto, as equipes devem estar em parcerias com instituições especializadas das pessoas LGBTQIAPN+ e realizar o acompanhamento contínuo.



LOCAIS DE ATENDIMENTO EM SERGIPE

11º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DO CIDADÃO DE ARACAJU, ESPECIALIZADA NOS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS

Endereço: Centro Administrativo do Governo, Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Capucho, Aracaju/SE

Telefone: 127 ou 79 3209-2400

ADVERSIDADE EM AÇÃO EM BUSCA DA CIDADANIA LGBT DO BAIXO SÃO FRANCISCO (A.D.A. LGBT/SE)

Instagram: @a.d.a_lgbt / @danielagaspareilly

ASSESSORIA LGBTQIAPN+ DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

Endereço: Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos, Rua Frei Luís Canelo de Noronha, nº 42, Conjunto Costa e Silva, Aracaju/SE

Telefone: 79 4009-7818 / 7929

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DE SERGIPE (ADHONES)

Instagram: @adhonesergipe / @marcelolimamenezesmenezes

ASSOCIAÇÃO DE TRANSGÊNEROS DE ESTÂNCIA (ASTRAES)

Instagram: @astraesdhlgbt

ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS DE ARACAJU (ASTRA)

Endereço: Av. Pedro Calazans, nº. 464-2, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE

Telefone: 79 3041-1303 / 98127-5585

Instagram: @astralgbtse

ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS UNIDAS NA LUTA PELA CIDADANIA (UNIDAS)

Endereço: Rua da Integração, 212, Luzia, Aracaju/SE

Instagram: @unidassergipe

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO SERGIPANO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS (AMOSERTRANS)

Instagram: @amosertrans

ASSOCIAÇÃO LGBTQIA+ SIMÃO DIAS (AGS)

Instagram: @agslgbtsimao_dias

CASAMOR NEIDE SILVA

Endereço: Rua “I”, nº. 214, Conjunto Inácio
Barbosa, Aracaju/SE

Instagram: @casamorlgbtqi

CENTRO DE REFERÊNCIA E
DIREITOS HUMANOS LGBTQIAPN+
DE SERGIPE

Endereço: Edifício Estado de Sergipe, 21º
andar, Centro, Aracaju/SE

Telefone: 79 3211-3405

Instagram: @centrolgbtise

COMISSÃO DE DIREITO LGBTQIAP+,
DA OAB/SE

Endereço: Av. Ivo do Prado, nº. 1072,
Bairro São José, Aracaju/SE

Telefone: 79 3301-9100

COMITÊ DA EQUIDADE DE GÊNERO E
RAÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SERGIPE

Endereço: Praça Fausto Cardoso, nº. 112,
Bairro Centro, Aracaju/SE

Telefone: 79 3226-3100

CONSELHO ESTADUAL DE
PROMOÇÃO DOS DIREITOS
LGBTQIA+

Endereço: Rua Santa Luzia, nº. 680. Bairro
São José, Aracaju/SE

Telefone: 79 3179- 7676

Instagram: @conlgbtseoficial

COORDENADORIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO
LGBTQIAPN+ DE SÃO CRISTÓVÃO

Endereço: Rua Almirante Amintas Jorge,
sem número, Centro, São Cristóvão/SE

Telefone: 79 99888-9268

COORDENADORIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO
LGBTQIAPN+ DE SERGIPE

Endereço: Avenida Hermes Fontes, 2120
(Anexo a Caixa), Luzia, Aracaju/SE

Telefone: 79 3179-7676

DAGV (DEPARTAMENTO DE
ATENDIMENTO AOS GRUPOS
VULNERÁVEIS), DA POLÍCIA CIVIL
DE SERGIPE

Endereço: Rua Itabaiana, nº. 258, Bairro
São José, Aracaju/SE

Telefone: 79 3205-9400

GABINETA DA DEPUTADA
ESTADUAL LINDA BRASIL

Endereço: Rua Itabaiana, 138, Centro,
Aracaju - SE

Telefone: 79 3023-2268

GRUPO ATHENA DE SERGIPE

Instagram: @grupoathenase

REMONTA LGBTQIAPN+

Telefone: 79 99105-3477

Instagram: @projeto.remonta

APÊNDICE VIII
FORMULÁRIO-MODELO PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS LGBTQIAPN+

Identificação

Nome ou Nome Social:

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Estado civil:

Identidade de Gênero:

Sexualidade:

Raça:

Migrante: () Sim Local de procedência? () Não

Pessoa com Deficiência: () Sim Qual? () Não

Interesse em retificação de nome e gênero: () Sim () Não

Data de Cadastro:

Órgão que Encaminhou:

Motivo do Encaminhamento:

Moradia e Contato

Possui endereço fixo ou de referência: () Sim () Não

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Situação Habitacional: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

N.º de Cômodos:

Tipo de Construção: () Alvenaria () Taipa () Madeira () Outros

Abastecimento de Água: () Rede Pública () Poço/Nascente () Outros

Escoamento Sanitário: () Rede Pública () Fossa () Céu Aberto () Outros

Destino do Lixo: () Coletado () Céu Aberto () Outros

Telefone:

E-mail:

Campo Educacional e Trabalhista

Ensino Fundamental: () Completo () Incompleto Até qual ano? () Não se aplica

Ensino Médio: () Completo () Incompleto Até qual ano? () Não se aplica

Ensino Superior: () Completo () Incompleto () Não se aplica

Pós Graduação: () Completa () Incompleta () Não se aplica

Interesse em retornar aos estudos: () Sim () Não

Profissão/ Ocupação/ Aptidão:

Interesse em inserção de cursos: () Sim () Não Qual?

Campo Socioassistencial

Renda:

Número de inscrição social (NIS):

Programas de Transferência de Renda e/ ou projetos sociais que a pessoa/ família esteja participando:

Composição da moradia:

Nome	Familiaridade	Situação Ocupacional	Renda

Campo da Saúde

Realiza acompanhamento na rede de saúde: () Sim () Não Onde?

Período da última realização de exames:

Interesse em tratamento hormonal: () Sim () Não

Questionário

Histórico pessoal (A compreensão de si) e familiar (Entorno social, familiar afetivo e comunitário, dar-se de forma positiva, negativa ou neutra):

Demandas principais:

Demandas secundárias identificadas:

Quais as perspectivas de vida (Compreensão da vida social, do mundo, seus interesses, dos compromissos e caminhos para alcançar):

Encaminhamentos

Data	Evolução

Qualificação da equipe

Temáticas para estudo:

Estratégias:

Recursos para mobilização de território: